



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ANTONIA CARDOSO DOS SANTOS**

**MÃES ADOLESCENTES E FAMÍLIA: um cotidiano (des) assistido**

Belém Pará  
Agosto 2009



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ANTONIA CARDOSO DOS SANTOS**

**MÃES ADOLESCENTES E FAMÍLIA: um cotidiano (des) assistido**

Dissertação de Mestrado apresentada à  
Universidade Federal do Pará (UFPA)  
para obtenção do título de Mestre em  
Serviço Social no Programa de Pós-  
Graduação em Serviço Social.

**Orientador: Prof. Dr. Josep Pont Vidal**

Belém Pará  
Agosto 2009

Dados internacionais de catalogação-na-publicação (CIP)  
Biblioteca Armando Corrêa Pinto – ICSA/UFPA

S237m Santos, Antônia Cardoso dos  
Mães adolescentes: um cotidiano (dês) assistido / Antônia Cardoso dos Santos; orientador Josep Pont Vidal. – 2009.  
121 fl. ; 30cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Mestrado em Serviço Social, Belém, 2009.

1. Maternidade. 2. Adolescentes. 3. Socialização. I. Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. II. Título.

**ANTONIA CARDOSO DOS SANTOS**

**MÃES ADOLESCENTES E FAMÍLIA: um cotidiano (des) assistido**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA) como requisito para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Banca Examinadora

---

**Prof. Dr. Josep Pont Vidal**  
Orientador / UFPA

---

**Profa. Dra. Kátia Mendonça**  
Examinadora Externa / UFPA

---

**Verônica Couto Abreu**  
Examinadora Externa / UFPA

Belém Pará  
Agosto 2009

Dedico este trabalho ao meu amigo e orientador, professor Josep Pont Vidal, pela paciência durante o acompanhamento do meu processo de aprendizado no mestrado; pelos conhecimentos transmitidos e pelo apoio para a conclusão desta dissertação.

Aos amigos Alberto Damasceno, Émina Márcia, Ney Cristina, Orlando Nobre e Kátia Mendonça pela confiança, pelas oportunidades que me fizeram crescer como profissional e pessoa, bem como a amizade dedicada ao longo desses anos.

Aos meus pais, *in memoriam*, pelos momentos em que pude partilhar de suas companhias. E pelo amor dedicado aos meus filhos.

Aos meus filhos Dyo, Davyd e Anny pela experiência de ser mãe. Aos meus netos Dannyel e Davyson pelo seu existir e por me fazerem voltar a sentir todas as emoções do crescimento e do desenvolvimento de uma criança, em outro momento de minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

A DEUS, minha segurança;

À Nossa Senhora de Nazaré, minha fortaleza;

À Universidade Federal do Pará (UFPA), ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), pelo compromisso com a qualificação profissional;

Aos professores do Mestrado pela contribuição com seus ensinamentos;

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas da Família, Infância e Adolescência (GEPIA), pela oportunidade que me proporcionou aprimorar o conhecimento e a troca de experiências;

Aos meus colegas do mestrado, turmas 2007/2008: Jéssica, Michele, Fábria, Welson, Sônia Baía, Rosana, Sônia Batista, Elizabeth Castro, Flávia, Carmem, Raquel Sabará. Pela amizade e pelos momentos de descontração que nos foi possível vivenciar nesses anos de estudos;

Aos amigos Sâmia, Vanessa, Carolina, Silvia Martins, Pedro, Vinicius, Leonardo, Maíra, Ana Sena, Rodrigo, Danny e Karla; Terezinha Arnaud, Raimundo Sócrates, Helena Aood, Doracy Moraes, Nilzaléia Santos, Mirian Salomão, Cecília Maria e Ediene, Patrícia Alves e Kátya Sueli. Lembro-me de todas as lutas, meus bons companheiros, as suas palavras de força, de fé e de carinho me deram a certeza de que nunca estive sozinha. A vocês que sempre me incentivaram, apoiaram e seguiram ao meu lado, meus eternos agradecimentos;

Aos meus irmãos pela ajuda e torcida por meu sucesso, em especial ao meu compadre André Santos, que por diversas vezes, em minha ausência desempenhou com muita responsabilidade o papel de pai e mãe de meus filhos;

Às mães adolescentes que fizeram parte de minha pesquisa. Obrigada pela troca de conhecimentos;

A todos que, de alguma forma, contribuíram para meu sucesso e materialização deste trabalho.

“Eu vi um *menino* correndo  
Eu vi o tempo parando ao redor do  
caminho daquele menino (...)  
Eu vi a mulher preparando outra pessoa  
O tempo parou para eu olhar para aquela  
barriga (...)”

(Força Estranha Roberto Carlos)

## RESUMO

O presente estudo é o resultado da pesquisa realizada com 05 (cinco) mães adolescentes, residentes em área de ocupação espontânea (invasão) denominada “A Praça é Nossa”, localizada no bairro do Jurunas, na Região Metropolitana de Belém (RMB). A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, tendo na etnografia sua aplicação. Objetivou-se realizar um estudo sobre o significado da maternidade para as mães adolescentes a partir da socialização primária e, conseqüentemente, da socialização secundária, percebendo como essas mães adolescentes constroem o cotidiano familiar. Os dados explorados na pesquisa foram: 1) a discussão sobre os conceitos de adolescência e; 2) a precocidade do tornar-se mãe. Na conclusão da pesquisa é possível compreender que, para essas adolescentes, pelas próprias circunstâncias vividas e pelas narrativas de suas histórias de vida ao longo de seus processos formadores, culminando com a fase da adolescência e o tornar-se mãe precoce, tornaram-se mães sem compreender o significado da maternidade. Quanto à noção de cotidiano o que ficou evidente, na realidade, é que o dia-a-dia delas está diretamente ligado ao agir sem pensar, ou seja, os acontecimentos se repetem de maneira inconsciente, movidos pela ação rotineira dos hábitos, que se desenvolvem nas relações diárias, geralmente associadas a elas e os acontecimentos que cercam suas vidas.

Palavras-chave: adolescentes, maternidade, socialização primária, socialização secundária e cotidiano.



## ABSTRACT

This study talks about the results of the research made with 5 (five) teenagers who are mothers that live in an area of spontaneous occupation (invasion) called “A Praça é Nossa”, which is located at Jurunas, Metropolitan Region of Belém. The methodology used was the qualitative research, where the ethnic science was applied. The objective was to do a study about the meaning of motherhood for these teenagers mothers from the first socialization and, after that, the second socialization, perceiving how these teenagers mothers build their familiar everyday life. The facts that were explored on this research were: 1) the discussion about the concepts of adolescence and; 2) the precocious act of becoming a mother. On the conclusion of this research it is possible to understand that for these teenagers, because of life circumstances and by the narrative of their lives, along their formation process, culminating with the adolescence stage and with being a premature mother, they become mothers without understand the meaning of motherhood. About the notion of everyday life, what stayed in evidence is that their everyday life is directly connecter with act without think, that means that the facts are repeating in an unconscious way, moved by repeating habits, that are develop on everyday relation, generally associated to them and the events about their lifes.

**Key Words:** teenagers, motherhood, quotidian, primary socialization, secondary socialization

## SUMÁRIO

Pág.

|   |           |
|---|-----------|
| <b>APRESENTAÇÃO</b> .....   | <b>12</b> |
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | <b>17</b> |
| <b>CAPÍTULO 1: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....  | <b>27</b> |
| 1.1 ESTUDO ETNOGRÁFICO: CARACTERÍSTICA .....  | 27        |
| 1.2 AS QUESTÕES NORTEADORAS .....   | 30        |
| 1.3 UNIVERSOS DA PESQUISA .....   | 36        |
| 1.4 O PROCESSO DA PESQUISA .....  | 39        |
| <b>CAPÍTULO 2: MARCO TEÓRICO-ANALÍTICO SEGUNDO O INTERACIONISMO<br/>SIMBÓLICO DE BERGER &amp; LUCKMANN E O MARXISMO DE AGNES HELLER</b> | <b>43</b> |
| 2.1 SOCIALIZAÇÃO PRIMÁRIA: A FORMAÇÃO FAMILIAR .....  | 43        |
| 2.2 A SOCIALIZAÇÃO SECUNDÁRIA: O VIVER EM SOCIEDADE .....   | 48        |
| 2.3 COTIDIANO: A REALIDADE INTERPRETADA .....   | 51        |
| <b>CAPÍTULO 3: MARCO CONCEITUAL DE FAMÍLIA, MATERNIDADE E<br/>ADOLESCÊNCIA</b> .....  | <b>58</b> |
| 3.1 FAMÍLIA: UM CONCEITO EM MUDANÇA.....  | 58        |
| 3.2 FAMÍLIA BRASILEIRA: DA TRADIÇÃO A MODERNIDADE .....   | 60        |
| 3.3 FAMÍLIA: MODELOS CONTEMPORÂNEOS .....   | 62        |
| 3.4 MATERNIDADE: A CONDIÇÃO SOCIAL FEMININA .....   | 66        |
| 3.5 APROXIMAÇÕES AO CONCEITO DE ADOLESCÊNCIA .....  | 70        |
| 3.6 O ADOLESCENTE E A SEXUALIDADE .....   | 72        |
| 3.7 A ADOLESCÊNCIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA .....   | 76        |
| <b>CAPÍTULO 4: A PESQUISA ETNOGRÁFICA: um cotidiano (de) assistido</b> .....  | <b>81</b> |
| 4.1 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA .....  | 81        |
| 4.2 FAMÍLIAS, CRIANÇAS MÃES E SEUS PARCEIROS: DESCOBRINDO A<br>GRAVIDEZ .....   | 83        |
| 4.3 A PARTICIPAÇÃO MASCULINA .....  | 87        |
| 4.4 MATERNIDADE: O DESEJO .....   | 88        |
| 4.5 O SER MÃE: O SIGNIFICADO .....  | 90        |
| 4.6 O COTIDIANO.....  | 91        |

|  |            |
|--|------------|
| 4.7 AS DIFICULDADES .....                            | 93         |
| 4.8 O TORNAR-SE MÃE .....                            | 94         |
| 4.9 O APOIO RECEBIDO.....                            | 95         |
| 4.10 SUPERANDO AS DIFICULDADES DO TORNAR-SE MÃE..... | 96         |
| 4.11 A INTERPRETAÇÃO SUBJETIVA DE FAMÍLIA .....      | 97         |
| 4.12 A VIDA SEXUAL E AMOROSA PÓS - MATERNIDADE ..... | 99         |
| 4.13 A RECONSTRUÇÃO DA VIDA PÓS-MATERNIDADE .....    | 100        |
| 4.14 O FUTURO DE MÃES E FILHOS .....                 | 101        |
| 4.15 A DEMANDA ATUAL .....                           | 102        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                    | <b>103</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>              | <b>118</b> |

## APRESENTAÇÃO

Apresentar este estudo não é possível sem antes falar dos motivos pessoais que direcionaram a pesquisa sobre maternidade na adolescência. Sempre que há questionamento a respeito do assunto, informo que vai além da atividade profissional. Portanto, resgatar um pouco de minha história pessoal se faz necessário para que a pesquisa ganhe direcionamento.

No início dos anos 80, quando ainda adolescente tornei-me mãe, período de muitas dificuldades, pois como ainda estudava não tinha condições de levar em frente uma gravidez. Sem poder contar com meu parceiro, a saída foi buscar apoio na família. Com um núcleo familiar extenso (12 irmãos) e meus pais realizando trabalhos esporádicos em decorrência de sua condição educacional (pai analfabeto e mãe com ensino fundamental), foi muito complicado tornar-me mãe naquele momento, uma vez que minha família sobrevivia do trabalho coletivo, independente da idade. Mais um integrante implicaria em gastos extras e o núcleo familiar não suportaria, até porque as necessidades materiais eram solucionadas, na medida do possível, com a solidariedade dos amigos ou vizinhos, e as afetivas muitas vezes “superávamos”.

Com a gravidez perdi os amigos, a escola e a liberdade, afinal me tornei *mãe solteira* o que, para a época, era *imoral*. Foram momentos de angústia, carência e isolamento; minha mãe pouco conversava, e isso para mim soava como algo negativo, procurava entendê-la, mas era muito difícil. Percebia que o silêncio decorria de alguns fatores tais como: ela ter sido mãe precocemente e não saber como agir neste momento, falta de tempo em função das longas horas diárias de trabalho ou, quem sabe, por não ter aprendido em seu processo socializador primário, por exemplo, a conversar abertamente sobre sexo, gravidez, doenças sexuais. Suas atitudes me faziam crer que ela sentia-se culpada por essa minha condição. Mesmo assim, nunca procurou saber como me sentia, se necessitava de apoio, de afeto, coisas comuns para uma pessoa em situação de abandono. Precisava ouvir que estaria a meu lado, *incondicionalmente*, mas este momento nunca chegou. Como minha família não tinha condições de me ajudar, precisei trabalhar cedo, o mais difícil foi conciliar maternidade e trabalho. Então trabalhava

em casa como lavadeira enquanto o bebê necessitava de minha presença constante, e como doméstica quando ele podia passar o dia com outras pessoas, no caso minha mãe.

Os anos passaram, meu filho cresceu, continuei a trabalhar e voltei a estudar, fiz dos estudos minha fuga e refúgio. Minha mãe não entendia a necessidade que eu tinha de voltar a estudar. Afinal, havia me tornado mãe e tinha o dever de anular-me como pessoa em nome de meu filho. Não concordava com suas idéias, no entanto, sempre fazia o que ela me pedia, com receio de magoá-la, mantinha-me passiva diante da realidade, apesar do incômodo que me causava. Meu único objetivo era sair da situação de inércia, dar direção às nossas vidas. Sonhava com o melhor para nós, e acreditava que a meu filho não faltaria o que me faltou na infância: amor, companhia e atenção.

Então, passei a viver em função dele, escolhia amizades, diversões, brinquedos e roupas; na verdade projetei-me em sua vida, acreditando que assim pareceria *boa mãe* aos seus olhos e das pessoas em nossa volta. Vivi a incondicionalidade desse amor de todas as formas, com receio de falhar mais uma vez. Isso porque meu filho não tinha pai e se eu falhasse, a cobrança viria em dose dupla. Primeiro por não ter conseguido um homem para orientar e educar meu filho, e segundo por ser mulher e sozinha; todos acreditavam que essa criança cresceria sem limites e sem conceito moral.

Perdi minha mãe, o que me abalou bastante, pois, de forma parcial, era ela que tomava conta de meu filho para que pudesse estudar e trabalhar. Mas não desisti de meus sonhos, um ano depois ingressei na academia, outro marco em minha vida, porque de 13 irmãos, mesmo desacreditada pela família, fui a primeira a ingressar em uma universidade. Minha família nunca viu com bons olhos meu interesse pelos estudos, sempre fui criticada, por ser pobre e priorizar o estudo em relação ao trabalho. Acreditavam que por sermos de classe baixa não tínhamos o direito de sonhar com dias melhores, ou com uma profissão. Com muita dificuldade iniciei na universidade; em dias bons conseguia ir de ônibus, outros andando, mas nunca desistir ou perdi a esperança. Consegui me formar, e também arrumar um grupo de amigos que por muito tempo foi minha família, me ajudando como podiam. Sempre me incentivando e acreditando em mim, muitas vezes mais que eu.

Mas tudo isso não me fez trilhar por outro caminho. Como havia acontecido com minha mãe e comigo, aos 18 anos meu filho tornou-se pai. Sem acreditar que minhas orientações e conversas de nada adiantaram, confesso que senti fracasso, decepção e revolta, porque aos meus olhos ele ainda era uma criança. E só percebi que estava enganada diante da atitude dele em não abandonar sua parceira grávida. Havia educado um homem de caráter e, talvez ali, percebi como ser mãe e amiga faz bem para a formação do ser humano. Procurei fazer desse evento um momento de prazer, não algo negativo, carregado de culpa. Tornar-me avó foi tão bom quanto ser mãe.

Hoje posso dizer que experimentei a maternidade com toda sua intensidade e incondicionalidade, em dois momentos distintos de minha vida na fase precoce e na maturidade, sempre com medo de errar na forma de amar e educar meus filhos. Dezoito anos depois, tornei-me mãe novamente e ainda encontrei forças para adotar uma terceira criança, e contribuir na educação de meus netos com o mesmo receio da primeira, desta vez, sem o apoio de meus pais. Mas com muita fé em meu potencial.

Muito tempo mais tarde, como assistente social, e desenvolvendo trabalhos de visitas domiciliares, ou no atendimento de famílias em situações de vulnerabilidade, passei a frequentar um grande número de residências, tanto em Belém como em municípios paraenses, onde pude constatar as condições em que várias famílias estão inseridas e socializando seus filhos. Percebi, ainda, que em muitas famílias a presença masculina era raridade e, quando aparecia, era doente, desempregado, ou desenvolvia trabalhos esporádicos ou sazonais, que mal supriam as necessidades básicas do núcleo, exigindo a entrada da esposa no mercado de trabalho, tirando-a do convívio dos filhos e, em alguns casos, deixando crianças entregues à própria sorte. Muitas famílias sobrevivem do trabalho infanto-juvenil. Em outros casos, mães choram a perda de seus filhos por conta da violência, adolescentes estão em conflito com a lei, crianças estão tornando-se mães e abandonando seus filhos. Isso tudo me fazendo refletir até que ponto podemos responsabilizar as famílias pelo insucesso social de seus filhos? Será que a nova configuração familiar influencia nesse processo, as famílias estão mesmo desestruturadas a ponto de prevermos seu desaparecimento? Então decidi voltar à academia em busca de respostas às minhas inquietações pessoais e profissionais.

Com o mestrado, tive a oportunidade de reaprender coisas relativas às experiências que foram adquiridas ao longo de minha vida, mas que não conseguia assimilar de forma adequada, ou ordenada. A primeira disciplina, *Família, Infância, Adolescência, Juventude*, me fez jogar por terra todos os conceitos sedimentados em minha consciência referentes à família. À medida que as aulas se desenvolviam, era como se eu levasse “socos no estômago”, porque tudo era diferente do que havia aprendido, do que me fizeram acreditar por muitos anos, no que tange a ser mãe, ao conceito de família e maternidade, entre outras coisas. Acredito que esse foi o primeiro choque entre socializações em minha vida. As disciplinas posteriores contemplaram o leque de informações que consegui acumular em dois anos, todo esse armazenamento de conteúdo foi decisivo na hora de melhor apreender meu objeto de estudo. E, a partir de então, minha prática profissional ganhou maior substância e qualidade.

Saí para a pesquisa de campo, despida de qualquer pré-julgamento relativo à família, à adolescência e à maternidade, para que meu trabalho pudesse evoluir de forma responsável. Muitas vezes portei-me friamente para não despertar nenhum tipo de sentimento contrário ou induzir minhas entrevistadas a respostas coerentes, ou melhor, não queria dar resposta à sociedade, mas sim às minhas inquietações. Penso que informar para outros profissionais da área que quando se tem dúvidas o melhor a fazer é conhecer o fenômeno em sua totalidade, mergulhar em sua cotidianidade, pois será assim que ele se apresentará a nós, pesquisadores, em seu estado natural desenvolvendo, então, um relacionamento sem pré-noção ou preconceito com o objeto selecionado.

Finalizo este momento realizado, por ter revivido meu passado para poder dissertar sobre um assunto que tem muita importância. Sei que minha história é só mais uma, como tantas outras que ouvi no processo de pesquisa. Com um diferencial: tive a capacidade de mudar o rumo da história, mesmo vivendo de forma precária, em ambiente familiar onde o alcoolismo e a violência doméstica se fizeram presentes, e o afeto era servido de maneira que pudesse sanar a dor do momento e ainda dividido entre 13 irmãos. Agarrei em algo superior a mim e sobrevivi, porque acreditei que comigo seria diferente e foi. Heller (1970) é um grande exemplo para ser citado neste momento quando diz que “a vida nos dá várias oportunidades e apenas dois caminhos, cabendo a nós, enquanto seres humanos, escolhermos o

melhor e a, partir dele, traçarmos nossas metas futuras”. Esta dissertação se constitui em um movimento para além de minhas indagações. Tento dar um passo na trilha do conhecimento e contribuir para a melhor compreensão do fenômeno e demonstrar que o desejo de maternidade não é algo natural ou do destino feminino, mas uma construção social, podendo ser negativo para algumas mulheres ou positivo para outras. Tudo vai depender do olhar que cada uma direcionar a ele.



## INTRODUÇÃO

Trabalhar com o tema da adolescência em nosso país consiste em um grande desafio, pois ainda que inúmeros esforços nas áreas da saúde, da educação e dos direitos humanos e sociais tenham sido realizados e tenham influenciado políticas públicas. A implementação de ações voltadas para adolescentes não tem sido tarefa fácil, principalmente em um tempo e em um Estado e as suas responsabilidades encontrando-se de forma discreta, principalmente em relação a estes segmentos. Na Região Amazônica, especificamente no Arquipélago do Marajó, no Estado do Pará, a miserabilidade de famílias tem acarretado problemas sociais de todas as ordens, com destaque para o comércio sexual de crianças e adolescentes, o trabalho infantil, bem como o tráfico de drogas e de seres humanos. Todos esses caracterizam a região como marcada pelas tantas desigualdades de cunho econômico, político e social.

O Brasil nunca teve tantos jovens como atualmente, e a preocupação com seus futuros passou a ocupar espaço crescente nas agendas governamentais, principalmente porque regiões como a amazônica e o nordeste, caracterizam-se por apresentarem maior grau de vulnerabilidades sociais do país; muitos jovens vivem em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com elevado grau de miséria, de analfabetismo e de violência. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê que todas as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, nas mais diferentes condições sociais e individuais em que vivem as famílias.

É importante observar que o recorte de faixa etária dos 10 aos 18 anos, como categoria específica de políticas públicas, tem permanecido numa zona obscura, principalmente em se tratando de sexualidade e de reprodução. Ilustra essa situação o fato de que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incluiu a faixa de 10 a 14 anos nos indicadores de fecundidade apenas no último censo (2000); antes disso simplesmente não existiam dados disponíveis de fecundidade para essa faixa etária. A ausência desses dados durante décadas não significa a ausência de vida sexual e reprodutiva desses jovens, em especial das meninas nessa faixa etária. Dados sobre fecundidade na faixa de 10 a 14 anos foram recentemente incluídos no

censo (2006). As dificuldades em encarar o exercício da sexualidade de adolescentes como fato tem sido um dos principais obstáculos para a implantação de programas de educação sexual e de serviços de saúde para jovens.

Na área da educação, pesquisas recentes como as das sociólogas Mary Garcia Castro, Miriam Abramovay e Lorena Bernadete (Brasília, 2004), em parceria com a UNESCO, cujo tema é *Juventude e Sexualidade*, buscam discutir subtemas como: sexualidade juvenil e gravidez precoce, entre outros, a partir da ótica da educação. Para as pesquisadoras as escolas não podem se furtar de informar aos adolescentes que eles, enquanto sujeitos de direitos, devem se preparar para exercerem uma vida sexual saudável, lançando mão dos recursos de saúde disponíveis na sociedade à qual pertencem (Castro, 2004). A pesquisa reforça ainda que tais recursos devem incluir o acesso aos serviços de saúde que ofereçam às mulheres assistência básica de prevenções específicas à gravidez. Entretanto, melhor seria se os serviços de saúde para adolescentes oferecessem ao mesmo tempo serviços médicos e educativos, que auxiliassem na formação do comportamento sexual baseado na prevenção da gravidez precoce e no respeito aos parceiros em geral.

Portanto, não podemos negar que, ao tratarmos de adolescentes do sexo feminino na faixa dos 10 aos 18 anos, a situação fica ainda mais complexa, principalmente quando o nosso olhar se volta para um contexto familiar hostil no tocante à sexualidade dessas mulheres: são adolescentes, vivendo em condição peculiar de subalternidade, sem ações institucionais que dêem conta das especificidades do recorte etário no qual elas se inserem, ou do fato de serem mulheres com pouca idade, inúmeras já com histórico de vida sexual ativa desde os primeiros anos da adolescência. No entanto, percebe-se também mulheres submetidas a um cotidiano de violência, fruto de ações naturalizadas dentro do machismo dominante, ou naturais da situação humilhante a que estão submetidas. São sujeitos vulneráveis, sem acesso a instrumentos de proteção ou de apoio institucionais dirigidos a essa faixa etária. Trata-se de uma realidade inadmissível, todavia existente em nossa sociedade.

Cabe destacar, ainda, que as dificuldades de intervenção junto à adolescência sofrem também os efeitos perversos do conservadorismo cultural que nos assola diariamente. Muitas vezes, como se não bastasse a gama de

preconceitos oriundos da nossa sociedade, nos deparamos com idéias oportunamente importadas de outros países. Convivemos com a capacidade de reconhecer situações de violência sexual; de identificar fatos pela convivência e mediação da própria família; e com a escassez de políticas públicas direcionadas para a juventude. As políticas que se encontram em funcionamento somente direcionam-se para grupos específicos de jovens como, por exemplo, os programas do governo federal: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM). No Estado do Pará, temos a Bolsa Trabalho (BT). Todavia ainda temos que tolerar justificativas que indicam a comercialização do sexo na infância e na adolescência, na maioria das vezes com a desculpa de que a violência acontece como fruto da sedução das garotas diante de homens que, quando seduzidos, não podem resistir aos “encantos das jovens”.

O Brasil tem sido apontado como um dos países que apresentam taxas acima da média mundial de gravidez na adolescência, que é de 50 nascimentos por mil mulheres (Relatório Mundial sobre População da ONU-2006). Este estudo tende a argumentar que a gravidez na adolescência repercutiria em abandono da escola, redução da escolaridade, formação de famílias sem a presença do pai, pauperização dessas famílias (ABECHE, 2002). De fato, segundo Berquó e Cavenaghi (Instituto Ecos, 2003), o aumento da fecundidade (42%) aconteceu entre jovens com renda familiar per capita abaixo de um quarto de salário mínimo por mês; entre as jovens com renda acima de cinco salários mínimos o crescimento foi de 15%. É preciso destacar que tais repercussões atingem as mulheres jovens e adultas, uma vez que em nossa estrutura familiar o cuidado com os filhos é ainda exercido por elas, por dispormos de poucas creches públicas. “A gravidez na adolescência pode ser fruto da falta de acesso a métodos contraceptivos e a outras informações sobre reprodução, como também da desinformação sobre o uso de camisinha”. (BERQUÒ e CAVENAGHI, 2003).

Diante desse contexto, há um dado que tem chamado a atenção de estudiosos de todas as áreas e motivou este estudo: a gravidez de jovens com idade entre 10 e 18 anos. A literatura científica é ainda carente de investigações a respeito da vivência da maternidade na adolescência, particularmente no grupo de jovens de 10 a 18 anos. Vitale & Amâncio (2003) informam que “a gravidez na adolescência é um fato social marcante há pelo menos uma década. Ser mãe na adolescência não

é um fenômeno contemporâneo, tampouco uma característica exclusiva da sociedade ocidental”. Porém, “a gravidez de mulheres muito jovens tem sido apontada como um problema social, sobretudo quando associada à pobreza” (VITALE & AMÂNCIO, 2003).

A área da saúde tem apontado a gravidez na adolescência como uma epidemia, em particular nos países pobres. Segundo dados do relatório do Instituto Ecos (Relatório, 2006) dois discursos ganham destaque nesse tema: um aponta para os riscos obstétrico-pediátricos, riscos psicossociais para as jovens mães e para seus filhos; outros apontam para a falta de responsabilização pelos adolescentes, parceiros das jovens, quanto à vida sexual e reprodutiva. De modo geral, a apreciação com relação à gravidez na adolescência é quase sempre negativa, não apenas pelas instituições públicas, profissionais de saúde e de educação, mas também pela produção acadêmica (Instituto ECOS- 2006).

A visão sobre a maternidade na adolescência necessita de abordagem pautada nas possibilidades de compreensão das origens e das possíveis causas do fenômeno, assim como perceber a necessidade premente de abertura dialógica entre o assistente social e a comunidade em que atua. Deste modo, nossa compreensão nos conduz a refletir que o contexto sócio cultural mais amplo absorve nosso interesse de pesquisa. Logo, chegamos à observação de que no aspecto da condição de adolescente grávida existe um contexto social e cultural que precisa ser compreendido, extrapolando a visão biológica e adentrando no campo social de nossa prática.

A questão não é simples, e merece comprometimento e pensamento crítico por parte de nós, educadores sociais, atores deste cenário também, para que possamos incorporar novas estratégias de trabalho e detectar demandas sociais importante. É preciso reforçar a idéia de que nós, enquanto profissionais, somos formuladores de estudos e pesquisas que podem contribuir para a implantação de políticas públicas, e que a natureza de nossos trabalhos requer que detenhamos um arsenal suficiente de conhecimentos.

Sabe-se que as adolescentes engravidam mais a cada dia e em idades cada vez mais precoces. Adolescentes que iniciam a vida sexual precocemente, ou engravidam nesse período, geralmente vêm de famílias cujas mães tem o mesmo histórico no que tange ao início da vida sexual. Além da precocidade das relações

sexuais, a condição financeira das famílias, a falta de perspectivas para o futuro faz com que a gravidez seja um subterfúgio para diversos problemas vivenciados pelos adolescentes. A falsa idéia do *comigo não vai acontecer* em relação a não prevenção da concepção, são fatores que estão presentes nesse contexto. Nas adolescentes das classes consideradas baixas (classes C e D), os condicionantes para a gravidez precoce são maiores, principalmente porque essas adolescentes são mais destituídas de benefícios sociais e mais expostas às pressões dos riscos de exclusão.

Sabemos que qualquer existência em grupo, por mais primitiva que seja, pressupõe o estabelecimento de um conjunto de normas de convivência, isto é, pressupõe a existência de certos usos e costumes, ou seja, de certas normas explícitas ou tácitas de comportamento. Todo e qualquer indivíduo deve, necessariamente, se apropriar dessas regras de conduta social. É o caso, por exemplo, das normas que regem nosso comportamento sexual.

Na prática, isso significou propiciar a reconstituição de nexos teóricos e históricos que presidem as relações entre, de um lado, as situações concretas em que pais responsáveis pela socialização primária de seus filhos repassam valores e normas sociais, e, de outros estão os filhos inseridos em um contexto sócio-cultural vivenciando estes valores de forma coletiva, fora do âmbito familiar. Isto é o que Berger e Luckmann (1995) descrevem como o choque entre a “socialização primária” e “socialização secundária”. Ao considerar a necessidade de enfrentar este problema e o desejo de ampliar a discussão sobre a temática é que pretendo contribuir com reflexões sobre o assunto. Este trabalho, pelo próprio conteúdo da problemática sobre a qual disserta, quer contribuir para a aproximação e, simultaneamente, para a análise das experiências práticas de meu exercício profissional, enquanto parte das estratégias utilizadas para a construção dessa dissertação. Mas devo explicar de que adolescentes estou falando quando descrevo essas jovens.

Etimologicamente o termo adolescência vem do verbo latino “adolescere”, estando implícito neste conceito a condição e o processo de crescimento, apontando para as mudanças que começariam com o início da puberdade e terminariam quando as responsabilidades adultas fossem assumidas. (MUSSEN, 1995, p. 144).

Este autor destaca os fatos evidenciados por alguns filósofos de que a adolescência “começa na biologia e termina na cultura”, tanto que nas sociedades mais simples essa fase pode ser breve, em oposição às sociedades tecnologicamente mais desenvolvidas, nas quais tende a se prolongar. Entretanto, é evidente na literatura psicológica e sociológica, a tendência para falar de adolescência como uma categoria descontextualizada, seja como uma fase do desenvolvimento, etapa da vida que, portanto, remete à biologia e a estados do corpo, ou como categoria sócio e demográfica que remete a parâmetros etários.

Essa ambigüidade não deixa de gerar problemas operacionais, dificultando a conceituação e até a definição de limites etários aceitáveis pelos diferentes atores sociais. A Organização Mundial de Saúde (OMS) define adolescência como a fase do desenvolvimento compreendida entre os 10 e os 19 anos, critério adotado no Brasil pelo Ministério da Saúde (MS) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No entanto, essa visão naturalizante está em oposição ao caráter sócio e construído do termo e à complexidade com a qual nos deparamos quando nos aprofundamos nessa temática. Mostra-se, de fato, como uma condição perpassada pela situação de gênero, classe social e contextos sócio-culturais, de forma que é impossível defini-la como algo acabado, pronto para ser estudado (MUSSEN, 1995, p.145). O exemplo disso é a utilização, nas últimas décadas, por parte da OMS inclusive, do termo juventude para evocar a faixa etária entre 15 e 24 anos, em função do alongamento dessa fase na qual não são assumidas as responsabilidades ditas adultas.

Deve-se, portanto, situar sempre a adolescência ou juventude, no contexto das condições sócio históricas que definem sua especificidade enquanto objeto de estudo. Todavia será a partir dos condicionantes do final do século XIX e início do XX, que se passa a identificar essa fase como um período de transição entre a infância e a idade adulta, sendo constituída como um período específico (Mussen, 1995, 147/148). Por outro lado, como categoria identitária, adolescência alude apenas a formas particulares de subjetivação que estão em permanente mudança, de modo que é impossível defini-la como entidade estática e acabada. Concordo com Margulis (2001), que diz acreditar que “estas formas particulares de subjetivação fazem parte do sistema de significações com que, em cada marco institucional, se definem as identidades”. (MARGULIS, 2001, p. 42).

Contudo, o autor fazendo referência à juventude, afirma que esta alude à identidade social dos sujeitos envolvidos e, como tal, não apenas identifica, mas considerando que toda identidade é relacional, refere sempre a sistemas de relações articuladas nos diferentes marcos institucionais e práticas sociais (família, escola, comunidade). Essa posição coincide com Berger & Luckmann (1995), quando falam de identidade como “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados e interpelados nos sistemas sócio-culturais que nos rodeiam.”

Estas considerações indicam que se deve falar de adolescências (no plural), observando que a caracterização de cada uma em particular, como já foi colocada, depende de variáveis sóciodemográficas tais como gênero, classe social e contexto historicocultural. Para além existem as diferenças de classe, de lugar, de moradia e da geração a que pertence segundo Berger & Luckmann (1995), a diversidade e o pluralismo culturais dos últimos anos, que chegam através da mídia a todos os contextos sociais, oferecem um panorama variado e mutante que compreende comportamentos, referências identitárias, linguagens e, principalmente, as formas de socializações.

No processo foram investigadas as peculiaridades da maternidade na adolescência e suas manifestações nas relações pessoais entre mães e filhos. Privilegiei uma abordagem metodológica que compreendesse o ser humano como um ser social e histórico que, mesmo no contexto de determinações socioeconômicas, políticas e culturais, pode interferir por si próprio na construção da realidade social e pode se tornar agente transformador deste contexto (GUERRA, 1998 *apud* SILVA, 2005).

Devido à complexidade do objeto de estudo, considero imprescindível adotar a perspectiva etnográfica baseada na corrente interacionista, a qual deriva da fenomenologia. Esta perspectiva considera a explicação rigorosa da essência dos fenômenos, sem enfatizar suas causas. Fundamenta-se, sobretudo, no foco primordial sobre o objeto em sua *intenção total*, ou seja, busca identificar o modo singular de sua existência (MINAYO, 1994, p 54).

Assim o presente trabalho teve por base o livro dos interacionistas simbólicos Peter Berger e Thomas Luckmann, *A Construção Social da Realidade* (1995) e *O Cotidiano e a História da Filósofa Agnes Heller* (1970), marxista da Escola de

Budapeste e discípula das idéias de Georg Luckács. Estes autores enfatizam que a construção do ser humano, enquanto ser social dependerá muito de seu processo de socialização primária, no qual sua formação, por meio dos grupos responsáveis por este momento, deverá criar condições para o amadurecimento humano, dando ao homem funções através de papéis sociais, os quais deverão ser desempenhados de forma responsável para que não haja disfunções sociais, quando este realizar suas atividades fora do grupo de origem, na socialização secundária.

Como pesquisadora, participei diretamente dos movimentos dos sujeitos pesquisados, adentrando a realidade que pretendia conhecer. O conhecimento por mim acumulado anteriormente não teve função meramente contemplativa à realidade interagiu com as falas das pesquisadas. A ação investigativa foi guiada por este conhecimento, para que pudesse se libertar das limitações.

Para o encontro e diálogo com o grupo pesquisado foi necessário investir tempo para construir paulatinamente todo um processo de observação, de abordagem, de aproximação, de confiança e de receptividade. O processo de investigação propriamente dito teve início quando percebi que as meninas estavam dispostas a falar espontaneamente sobre as relações familiares e suas relações exteriores ao âmbito familiar.

Em minha relação de pesquisadora com as entrevistadas, tinha a consciência da necessidade de ser contingente, pois seriam estas últimas, as verdadeiras protagonistas em atribuir significados ao fenômeno pesquisado, cabendo-me compreender e indagar sobre os princípios gerais que serviriam aos sujeitos na organização de suas experiências. Para ir ao encontro destes sujeitos e para melhor observar as manifestações do objeto, lancei-me em uma verdadeira aventura que me fez desvincular momentaneamente dos conhecimentos que me embasavam.

Em referência às representações sociais numa perspectiva marxista, considero que se os conhecimentos científicos possuem uma racionalidade, o senso comum também realiza construções e interpretações baseadas no cotidiano que é, por sua vez, dotado de significados, logo, chão onde se dá a produção e a reprodução das relações sociais, da sociabilidade humana. É a base das produções materiais da vida em sua dimensão social, política, econômica, cultural e histórica (HELLER, 1970, p17).



Os procedimentos metodológicos para a realização desta pesquisa foram organizados da seguinte maneira. A pesquisa bibliográfica, como parte da estratégia metodológica da pesquisa, permitiu construir um referencial conceitual sobre a temática em estudo através da consulta sistemática a publicações periódicas sobre os conceitos contemporâneos de família tais como: *Família a Base de Tudo*, SARTI, Cintia. *A Família como Espelho* 2002; SZYMANSKI, Heloisa. *Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudanças*. 2002, CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. *A Família Contemporânea em Debate*, 2000. KOLOUSTIAN, Silvio Manoug. *Família Brasileira: a base de tudo*, 2002. SANTOS, Lucinete S. *Adoção: da maternidade à maternagem - uma crítica ao mito do amor materno*, 1998. BADINTE, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, 1985. BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*, 1995. MARGULIS, M. *La Juventud es más que una palabra*, 1996. Vale dizer que obras e autores citados são referências para a discussão teórico conceitual sobre maternidade na adolescência, cotidiano, socialização primária e secundária, dentre outros.

A pesquisa de campo foi realizada em 06 (seis) meses, de agosto de 2008 a janeiro de 2009, com mães adolescentes residentes no município de Belém, no bairro do Jurunas, em uma área ocupação espontânea (invasão) denominada “A Praça é Nossa”. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, tendo na etnografia sua aplicação, baseada nos pressupostos fenomenológicos, como categorias centrais que serviram de eixos norteadores da presente dissertação: maternidade na adolescência, cotidiano, socialização primária e socialização secundária, destacando que as questões sobre cotidiano, socialização primária e secundária nortearam todo desenvolvimento da pesquisa.

Para a pesquisa de campo, elegi como público alvo, um grupo de 05 (cinco) mães adolescentes. A coleta de dados em fontes primárias se deu através de técnicas e instrumentos comumente utilizados por métodos qualitativos de pesquisas, tais como as entrevistas semi-estruturadas. Construí um diário de campo, no qual pude anotar dados sobre informações relevantes no processo de entrevista, durante as reuniões com as adolescentes, os objetivos das entrevistas, e as falas que não foram gravadas por opção das entrevistadas, assim como a opção de utilizar nomes fictícios na tentativa de protegê-las. Utilizei a observação, a entrevista

semi-estruturada baseada num roteiro orientador em que constam dados de identificação relacionados à gravidez precoce, à sexualidade, noção de cotidiano, relação de afetividade, noções de família, papel masculino, concepção de ser mãe, sexo e amor entre os adolescentes.

## **CAPÍTULO 1**

### **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

#### **1.1 ESTUDO ETNOGRÁFICO: CARACTERÍSTICA**

A etnografia é uma modalidade de pesquisa social que foi desenvolvida pelos antropólogos, Boas e Malinoviski, estudiosos considerados os criadores dessa metodologia, ocorrida no início deste século. Segundo LAPLANTINE (1994), “a etnografia tem como fundamento a ruptura inicial em relação ao abstrato, especulativo e com tudo aquilo que não esteja baseado na observação direta dos comportamentos sociais a partir de uma relação humana”. Considera-se, ainda, que para a captação profunda de um fenômeno é preciso compreendê-lo alternadamente, tal como percebe o observador, mas também tal como os atores sociais os vivem.

O fundamento deste movimento de desdobramento ininterrupto diz respeito à especificidade do objeto antropológico. A etnografia, segundo LAPLANTINE (1994, p.40), em seu sentido mais amplo, pode ser definida como um processo sistemático de observar, detalhar, descrever, documentar e analisar o estilo de vida ou padrões específicos de uma cultura ou subcultura, para aprender o seu modo de viver em seu ambiente natural.

Segundo SPRADLEY (1980, p.45), o elemento essencial da etnografia busca compreender o modo de vida de pessoas ou grupos, na sua própria perspectiva. Assim, envolve estudo disciplinado e sistemático de como é o mundo para as pessoas que aprenderam a ver, ouvir, falar, pensar e agir de modo específico. Acrescenta que é fundamental a preocupação com o significado das ações e eventos para as pessoas que se procura conhecer. Elas fazem uso constante deste sistema complexo de significados para organizar seu comportamento, compreender a si mesmas e aos demais, e dar sentido ao mundo. O sistema de significados constitui a sua cultura e a etnografia sempre implica buscar e construir a teoria geral da cultura, objetivando gerar hipóteses e viabilizar investigações subsequentes.

Para SPRADLEY (1980, p.49, 50), os dados culturais de uma etnografia

derivam de abstrações daquilo que as pessoas fazem, ou dizem que fazem ou, ainda, a forma como interpretam aquilo que fazem. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que há duas abordagens teóricas na conceituação de cultura. Uma engloba o sistema comportamental e a outra o cognitivo.

Os estudos comportamentais (o que as pessoas fazem) focalizam padrões observáveis de comportamento dos membros de um determinado grupo social. Esses estudos restringem a visão de cultura ao sistema de idéias de uma determinada sociedade, os quais buscam estudar as crenças, os valores e os conhecimentos sobre certo fenômeno. Então, se o pesquisador optar pela primeira conceituação terá como foco de investigação os objetos, os eventos e as cenas culturais. Optar pela outra conceituação concentra a investigação nas informações dadas pelas pessoas que possuem ou fazem uso do conhecimento da cultura que abriga o fenômeno a ser estudado.

A diferença reside no que é uma atividade humana observável, através de técnicas de observação naturalísticas, ou análise de um sistema de códigos de linguagem, a partir do que as pessoas sabem, ou como o interpretam. A autora admite que estas duas posições possam ser utilizadas num mesmo estudo com o objetivo de complementaridade. Faz uma ressalva, porém, que a abordagem do estudo etnográfico depende, por um lado, da postura do posicionamento do pesquisador diante da investigação, por outro, do fenômeno a ser estudado.

Numa perspectiva ética, as manifestações de comportamentos são interpretadas e explicadas, na dimensão teórica e de linguagem do pesquisador, a partir do estudo comparativo de várias culturas, cujos critérios são considerados universais. Como se pode observar nas considerações feitas acima, várias podem ser as abordagens utilizadas na etnografia, em decorrência de sua gênese na antropologia. Esta, enquanto disciplina,

Abriga estilos bastante diferenciados, uma vez que fatores como contexto de pesquisa, orientação teórica, momento sócio histórico e até personalidade do pesquisador e ethos dos pesquisados influenciam o resultado obtido. A mesma autora afirma que não são grandes teorias nem abrangentes arcabouços teóricos que as informam, mas ao contrastar os nossos conceitos com outros conceitos nativos, ela se propõe formular uma idéia de humanidade construída pelas diferenças (SPRADLEY, 1980, P. 48).

A busca etnográfica se consolida por meio do trabalho de campo. Segundo MINAYO (1993, p.25), o campo representa “o recorte espacial que corresponde à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto da investigação”. Assim, considera que o trabalho de campo inclui tanto os referenciais teóricos, nos quais o pesquisador se fundamenta quanto aspectos operacionais que envolvem questões conceituais. Desse modo, o pesquisador, ao delimitar um campo, seleciona os fenômenos a serem estudados e o modo de coletar dados, o qual as pessoas e grupos específicos constituem o foco principal. O pesquisador só poderá apreender a perspectiva do grupo estudado por meio de um processo de imersão na cultura.

A etnografia é antes uma experiência de uma imersão total, constituindo uma verdadeira aculturação invertida, na qual, longe de compreender uma sociedade em suas manifestações exteriores, deve-se interrogá-la nas significações que os próprios indivíduos atribuem a seus comportamentos (LAPLANTINE, 1994, p.62)

Em decorrência, torna-se essencial a interação entre o pesquisador e os pesquisados. O envolvimento do pesquisador com os informantes demanda atributos pessoais de sensibilidade, empatia e capacidade de interação. Isto significa colocar-se o mais próximo possível do que é vivido pelas pessoas, mesmo sob o risco de, em certos momentos, perderem a identidade e sair modificado desta experiência.

O trabalho de campo se estrutura pelo uso de várias técnicas e estratégias para a coleta de dados, estas são consideradas essenciais à observação participante e à entrevista. A técnica da observação participante se realiza por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno estudado, com a finalidade de obter informações sobre a realidade das pessoas em seus próprios contextos. Malinowski (1953) salienta que “a realidade não é um esquema lógico coerente, mas antes, uma mistura em ebulição de princípios em conflito, e para a apreensão da realidade, o trabalho de campo é condição *sine qua non*”. (1953, p.47).

A observação participante é concebida como a técnica de coleta de dados menos estruturada, pois não supõe nenhum instrumento específico para o seu direcionamento, e a responsabilidade pelo seu resultado recai inteiramente no pesquisador. Tem como pré-requisito a presença constante do observador no campo, convivendo com os informantes no seu ambiente natural durante algum

tempo. A interação social produzida ocasiona modificações no contexto observado, ao mesmo tempo em que torna o observador receptáculo de influências do contexto. Considero, portanto, que a observação participante representa um modo de obter informação, ao mesmo tempo em que implica em uma série de comportamentos nas situações em que se está envolvido. Dessa maneira, o pesquisador se move nos papéis de observador e participante, conforme as condições encontradas no seu dia-a-dia no trabalho de campo.

Há diferentes tipos de papéis que o pesquisador social pode assumir no trabalho de campo. Tais papéis variam do observador total ao participante total e devem ser consideradas também as versões intermediárias, tais como: o observador como participante e o participante como observador. A definição de tal papel condiciona-se ao grau de envolvimento desejado pelo investigador no processo de pesquisa. Num extremo, coleta os dados apenas observando, sem se envolver com a cena e num outro, mantém alto nível de envolvimento, especialmente quando se trata de situações às quais já é participante comum, grupos de discussões, conversas informais, visitas domiciliares e abordagens.

## 1.2 AS QUESTÕES NORTEADORAS

O mundo social integra o processo de construção da subjetividade. Esse processo é entendido no contexto desta apresentação como socialização e foi muito bem estudado por Berger & Luckmann. Esses autores definem a relação homem/sociedade como dialética. Essa relação supõe três momentos: a interiorização, a objetivação e a exteriorização. Através da interiorização, o mundo subjetivo é reintroduzido na consciência pelo processo de socialização. Nota-se que a socialização é a “ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela” (Berger e Luckmann, 1987, p.175).

A socialização primária é entendida como interiorização da realidade a partir da relação entre a criança e os outros significativos. Para Berger & Luckmann, esses outros significativos selecionam, segundo a localização que ocupam na estrutura social e mediante suas idiossincrasias individuais, aspectos da vida social a serem transmitidos. A criança vai se identificando com os outros significativos através de inúmeros mecanismos emocionais, absorvendo os papéis e as atitudes destes

“outros”, isto é, por meio desta identificação vai se desenvolvendo o processo de construção da identidade.

O mundo interiorizado na primeira infância através da socialização primária é fortemente mantido na consciência e, no decorrer da vida, novas interiorizações ocorrem: é a chamada socialização secundária, que facilita a adaptação dos indivíduos a novos papéis. Todos nós, em nosso percurso de vida, repetidamente nos confrontamos com situações, encontros e acontecimentos que se tornam fonte de transmissão daquela realidade que foi interiorizada pelo processo de socialização primária.

Observa-se que, o exame do processo de socialização requer a focalização de um olhar sobre a família e suas relações cotidianas. A família não é o único canal pelo qual se pode tratar a questão da socialização, mas é sem dúvida um âmbito privilegiado, uma vez que este tende a ser o primeiro grupo responsável pela tarefa socializadora (VITALE, 2000). A família constitui uma das mediações entre o homem e a sociedade. Sob este prisma, a família não só interioriza aspectos ideológicos dominantes na sociedade, como projeta, ainda, em outros grupos os modelos de relação criados e recriados dentro do próprio grupo (VITALE, 2000, p).

Independente das múltiplas formas e desenho que a família contemporânea apresenta, ela se constitui num canal de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais (CARVALHO, 2000, p.93). Como canal de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais, a instituição família constitui-se em um *locus* primário por onde os indivíduos desenvolvem suas primeiras experiências como membro da sociedade em geral (MACIEL, 2002, p.123).

Isso se deve ao fato de que, quando nasce, o indivíduo não é por si só membro de uma sociedade, mas “nasce com predisposição para a sociabilidade e tornar-se membro da sociedade. Por conseguinte, na vida de cada indivíduo existe uma sequência temporal no curso da qual é introduzido a tomar parte da dialética da sociedade” (BERGER & LUCKMANN, 1987, p.173). Isto quer dizer que é no decorrer da seqüência temporal da vida de cada indivíduo que este passa pelo processo de socialização pelo qual se torna membro de uma sociedade.

Kaloustian (2000) argumenta que a família apesar de todo o discurso sobre a sua desagregação ou enfraquecimento, está presente e permanece enquanto espaço privilegiado de socialização, de práticas de tolerância e divisão de

responsabilidade de busca coletiva pela sobrevivência, e lugar inicial para o exercício da cidadania sob o parâmetro da igualdade, do respeito e dos direitos humanos (KALOUSTIAN, 2000, p.11).

Em um grupo familiar seus membros não somente absorverão os papéis como as atitudes, assumindo para si o mundo das pessoas responsáveis pela sua socialização. Todas as identificações realizam-se em horizontes que implicam um mundo social específico. Logo, a criança aprende que é aquilo que é chamada, todo nome implica uma nomenclatura, que por sua vez implica uma localização social determinada. Receber uma identidade implica na atribuição de um lugar específico no mundo (BERGER & LUCKMANN, 2000, p.184).

Sobre a socialização secundária é pertinente dizer que vem de outros agentes e instituições com os quais a criança vai conviver, trazendo novos valores e significados que serão acrescidos de contrapostos aqueles já apreendidos. É a interiorização de *submundos* institucionais ou baseados em instituições. São as aquisições do conhecimento de funções específicas, funções direta; exige a aquisição de vocábulos específicos de funções, seria em primeiro lugar a interiorização de campos semânticos que estruturam interpretações e condutas de rotinas em uma área institucional (BERGER & LUCKMANN, 2000, p.185).

Os processos formais da socialização secundária são determinados por seu problema fundamental, a suposição de um processo precedente de socialização primária, isto é, deve tratar do homem com uma personalidade já formada e um mundo já interiorizado. Isso representa um problema, porque a realidade já interiorizada tem a tendência a persistir, sejam quais forem os novos conteúdos que devam agora ser interiorizado, precisam de certo modo sobrepor-se a esta realidade já presente. Neste processo, instituições como escolas, passam a desempenhar papéis de destaque na vida deste homem, pois o ajudarão a ampliar seu mundo social (HELLER, 1970, p.20).

Enquanto a socialização primária não pode ser realizada sem a identificação, carregada de emoções, da criança com seus outros significativos, a maior parte da socialização secundária pode dispensar este tipo de identificação e prosseguir eficientemente só com a quantidade de identificação mútua incluída em qualquer comunicação entre seres humanos. A criança interioriza o mundo dos pais como



sendo o “mundo”, e não como o mundo pertencente a um contexto institucional específico.

Algumas das crises que acontecem depois da socialização primária são causadas, na verdade, pelo reconhecimento de que o mundo dos pais não é o único existente, mas tem uma localização social muito particular, talvez mesmo com uma conotação pejorativa (BERGER & LUCKMANN, 2000). Como já citei anteriormente, a escola é o principal canal deste momento em que a socialização será posta em xeque através do conhecimento, do convívio com o outro mundo. A criança vive, quer queira ou não, no mundo tal como foi definido por seus pais.

Cada família, em seu cotidiano, constrói suas relações, estabelecendo ligações interpessoais, através das quais se percebe a qualidade do vínculo estabelecido entre eles no processo de socialização. Se este for pautado em reciprocidade, indicarão quais os conteúdos vivenciados e os sentimentos que circulam entre os membros da família, como o amor, o ódio, a tolerância, a bondade e o respeito. Serão estes mesmos sentimentos que irão indicar o conteúdo relacional e como esses valores serão expressos no seio familiar.

A formação dos sentimentos se dá ao longo do tempo, desde a infância, com a convivência familiar que é a principal referência nesse processo de evolução. É principalmente na família que se aprende a fazer juízo de valor, a desenvolver um sentimento positivo como o amor, o respeito, ou um sentimento negativo como o preconceito que, segundo Heller (1970), é construção social, portanto, produto da vida e do cotidiano humano.

Por esse motivo, convém refletir, na condição dos pais ou dos responsáveis, e perceber sobre que condições estão sendo realizadas as formações de crianças e adolescentes que se encontram sob seus cuidados e proteção. Inúmeros são os desafios que permeiam o cotidiano familiar na contemporaneidade. Temáticas como violência, desemprego, pobreza, drogas, gravidez precoce e tantas outras situações atingem dolorosamente a família e desafiam sua capacidade de resistir e encontrar saídas. Por outro lado, as mudanças sociais construídas, em especial ao longo da segunda metade do último século, têm redefinido progressivamente os laços familiares (VITALE, 2000, p. 45).

Essas mudanças suscitaram muitas discussões, levantando a tese que a família está em processo de desagregação ou de enfraquecimento; há também

quem acredite em seu desaparecimento. Kaloustian (2000) acredita que essas previsões não se concretizaram, uma vez que a família está presente e permanece enquanto espaço privilegiado de socialização e lugar inicial para o exercício de cidadania, dividindo, é claro, essa tarefa com outras instituições como a escola e a igreja. Ainda para Kaloustian (2000, p. 11-12), a família permanece como matriz do processo civilizatório, como condição para a humanização e para a garantia da sobrevivência, do desenvolvimento e da proteção integral dos seus membros, independente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando.

Heller (1970) acrescenta novo elemento à compreensão sobre a família quando nos faz refletir que é na vida cotidiana que são engendradas a reprodução ideológica, os valores, as normas e as visões para a realização de certas práticas, onde se enquadra o conhecimento, sendo a partir deste que os elementos ideológicos podem ser forçados, transformados ou extintos. Heller (1970) explica que a vida cotidiana seria o conjunto de tarefas que possibilita a reprodução privada, que por sua vez possibilita a reprodução social.

A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens, subjetivamente dotada de sentidos para eles na medida em que forma um mundo coerente. Este mundo não é somente tomado como uma realidade de sentidos, uma realidade certa pelos membros ordinários da sociedade na conduta subjetivamente dotada de sentidos que imprimem a suas vidas, mas é um mundo que tem origens no pensamento e nas ações como real para eles.

Portanto, será a partir da concepção da maternidade na adolescência que busco entender o processo de socialização de famílias formadas por adolescentes. Nota-se que na sociedade burguesa a maternidade é celebrada e concebida como um momento único, um marco essencial na vida da mulher, um mandato social cujo cumprimento leva ao reconhecimento pessoal e social, e cujo não cumprimento encerra punições sociais e preconceitos (SOUZA, 2005, p.20).

As transformações psicológicas que a maternidade acarreta no que tange aos aspectos sexuais, afetivos e familiares, configuram a identidade feminina, bem como a forma pela qual elas colaboram para a realização da mulher. Surge, então, como um momento privilegiado que possibilita à mulher refazer suas próprias experiências de filhas, colocando em destaque seus medos, anseios, temores e, conseqüentemente, redefinindo seus valores, sua identidade. Tais representações,

adquiridas culturalmente, constituem, durante a gestação, uma imagem idealizada sobre o que é ser mãe e o que o filho representa para ela e, após o parto, passam a fazer parte de uma realidade concreta. Em outras palavras, a condição da maternidade leva a mulher a incorporar as representações de mãe e filho que ela desenvolveu e que irão contribuir para a constituição de sua própria identidade materna.

No entanto, as representações sobre o papel materno, uma vez incorporadas à identidade feminina, serão as responsáveis pela transformação total da mulher que passa a ser regida por sua identidade de mãe. Contrariamente à perspectiva biológica, portanto, a mãe não é aquela que gera um filho, mas a que deseja um filho, se identifica com o papel de mãe e, por conseguinte, o ama.

Na busca por agregar conhecimento específico, pertinente à realidade de famílias de mães adolescentes; com base nas reflexões teóricas, dos dados disponíveis das questões norteadoras que relacionam as categorias de análises, socialização primária e socialização secundária, como a formação dessas crianças ocorrem, a partir do cotidiano familiar, escolhi como universo a ser pesquisado um grupo de cinco mães adolescentes que fazem do espaço da rua o local de socialização e sociabilidade de seus filhos.

O presente estudo demanda uma nova forma de trabalho para o Serviço Social, à medida que busca romper com conceitos sedimentados sobre maternidade e família que muitos profissionais possuem, e visa subsidiar novos estudos direcionados à maternidade na adolescência. Para tanto, se faz necessário apresentar as seguintes questões norteadoras expostas adiantes, que embasaram a pesquisa.

A família está presente e permanece enquanto espaço privilegiado de socialização e lugar inicial para o exercício de cidadania, dividindo essa tarefa com outras instituições. Isso reflete significativamente na forma como as mães adolescentes orientam a socialização de seus filhos, a partir de suas realidades e histórias de vida. Essas questões se materializam a partir de seus depoimentos.

A formação dos sentimentos se dá ao longo do tempo, desde a infância, sendo a convivência com o outro a principal referência nesse processo de evolução. São construções sociais, produtos da vida e do pensamento cotidiano. Essas questões são observadas com os relatos e, principalmente, com o conhecimento do

cotidiano familiar de mães adolescentes, nos quais é possível perceber em que circunstâncias se concebem famílias de mães adolescentes como lugar de proteção.

O amor é uma ação, a prática de um poder humano que só pode ser exercido na liberdade. De modo mais geral, o caráter ativo do amor pode ser descrito afirmando-se que este, antes de tudo, consiste em dar, e não receber. Sobre o amor materno costuma-se pensar e afirmar, com muita naturalidade, que este é um sentimento inato à natureza feminina. Então, toda e qualquer mulher deveria vivenciar tal sentimento, independentemente da cultura ou das condições objetivas ou subjetivas vivenciadas. Diante do abandono dos filhos pelas mães pensa-se ser a ausência do amor materno um desvio feminino, pois uma “mulher normal” não abandona ou abre mão do seu filho; passa privações, riscos, mas não o deixa. Essa questão se operacionaliza a partir de uma análise de como as mães adolescentes interpretam e percebem a maternidade a partir da gravidez precoce.

### 1.3 UNIVERSOS DA PESQUISA

A pesquisa tem como foco de análise as famílias chefiadas por adolescente feminino, que residem em uma área de ocupação espontânea (invasão) denominada “A Praça é Nossa”, localizada no bairro do Jurunas, no município de Belém. O interesse em realizar a pesquisa nesta área surgiu a partir de meu envolvimento como técnica do programa do governo federal Benefício de Prestação Continuada (BPC), o qual é coordenado e operacionalizado no município de Belém pela Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), sendo esta fundação responsável pela dinamização das políticas de assistência no referido município.

O trabalho de revisão e inclusão de pessoas idosas e pessoas com deficiência ao benefício assistencial BPC, foi por mim realizado no período de 02 (dois) anos. Contribuiu para inserção no cotidiano de famílias residentes em municípios paraenses e na cidade de Belém, para que pudesse observar de forma empírica como vivem e se relacionam as mesmas, tanto na zona urbana como na zona rural, onde o cotidiano familiar é muito complexo, permeado de fenômenos sociais que submetem famílias a uma realidade distorcida, que as exclui e marginaliza. Na oportunidade pude observar empiricamente um fenômeno que ganha espaço em nossa sociedade, meninas adolescentes que hoje se encontram

chefiando famílias.

A situação dessas adolescentes não difere muito de um bairro para o outro, como pude observar em visitas nas áreas. Bairros como Pratinha I e II, em Icoaraci; Cabanagem; Bengui; Barreiro; Sacramento; Guamá; Terra Firme; e Jurunas, por serem bairros periféricos que contam com a presença de grande número de famílias de baixa renda com fenômenos sociais de todas as espécies, os quais englobam desde a questão habitacional perpassando pela educação, saúde, assistência. É “comum”, é “natural” encontrar meninas adolescentes com crianças no colo ou tomando conta dos filhos de outras adolescentes, que segundo elas “foram arrumar do leite”, bebendo ou mesmo no comércio ilegal das drogas.

Os bairros Jurunas e Pratinha I e II caracterizam-se como áreas portuárias, com grande fluxo diário de pessoas que chegam ou saem da cidade na tentativa de um futuro próspero, daí é comum encontrarmos crianças e adolescentes nos portos, na tentativa de conseguirem através da venda de seus corpos, ou de drogas, um meio de alimentarem a si e aos filhos. Sendo que a maioria não conta com o apoio do pai da criança, pois em alguns casos, não sabem ao certo quem são, ou onde estão. Em outros casos estão mortos ou estão cumprindo penas em penitenciárias estaduais por furto, ou tráfico de droga, tendo elas assumido o lugar do marido, ou namorado. Ao serem questionadas sobre seus familiares muitas se limitam em responder que não tem família, ou que saíram de casa, ou que vieram do “interior” e como perderam o contato com suas famílias estão “tentando a sorte”, ou ainda tentam fugir da miséria na qual estão submetidas, buscam coisas melhores como vida nova na “cidade grande”.

No bairro do Jurunas a situação é muito preocupante. Na área de ocupação “A Praça é Nossa”, universo de minha pesquisa, há um grande número de mães adolescentes que estão na prostituição, no alcoolismo, na mendicância ou no comércio ilegal das drogas. Fazem dos filhos fontes de renda, uma vez que submetem os mesmos à marginalidade desde muito cedo, pois quando não conseguem adquirir alimentos para ambos, induzem os menores a pequenos furtos ou a pedirem nas feiras ou em residências próximas. Há adolescentes que desenvolvem trabalhos eventuais, mas o rendimento adquirido acaba comprometido com o vício, deixando os filhos em segundo plano.

O bairro do Jurunas é considerado um bairro tipicamente periférico

compondo, juntamente com o bairro do Guamá, o binômio mais populoso da Região Metropolitana de Belém (RMB), com aproximadamente 66 mil habitantes. Apresentam problemas sociais muito elevados, o número de pessoas que se encontram fora do mercado de trabalho também é significativo, o que contribui para demarcar um perfil miserável e violento de bairro.

Através de trabalhos como revisão e inclusão de benefícios assistenciais realizados na área, observou-se empiricamente o nível de vulnerabilidade dos adolescentes do bairro, expostos a um contexto social perpassado pela precariedade de serviços de infraestrutura, alto índice de evasão escolar, relações familiares fortemente marcadas pela hierarquia de gênero e de geração, e pela ausência, para ambos os sexos, de perspectivas e oportunidades acadêmicas e profissionais.

Esta situação, caracterizada pela violação dos direitos legalmente assegurados a crianças e adolescentes, limita a consolidação de projetos de vida que transcendem os tradicionais papéis sexuais e a inserção no mercado informal de trabalho. Com isso, naturaliza-se o ciclo de reprodução da pobreza e a potencialização dos riscos aos quais esses segmentos populacionais encontram-se expostos, particularmente os decorrentes das diferentes formas de violência e exclusão social, com restrito acesso aos recursos materiais ou simbólicos necessários ao seu pleno desenvolvimento.

Observei também que a violência, em todas as suas manifestações, vitimiza particularmente os grupos mais fragilizados dessas camadas sociais, como mulheres, crianças, adolescentes e idosos. Apesar da constante insistência das comunidades do bairro em obter dos órgãos públicos trabalhos voltados para a superação desses fenômenos sociais. Os mesmos contribuem para sua exclusão e são voltados, principalmente, para questões como, o aumento no número de meninos e meninas em situação de rua, a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, a discriminação racial e de gênero, ou a ampliação do mercado de drogas. Percebeu-se que a estrutura de desigualdades e injustiças vigente ainda é mais forte, resultando na permanente reprodução dos mecanismos da violência.

A escolha da área para o desenvolvimento da pesquisa levou em conta fatores relevantes, tais como: 1) a presença de um número significativo de famílias oriundas de municípios que, de alguma forma, foram impactados com as instalações

dos grandes projetos minero metalúrgicos na Região Amazônica, com destaque para os municípios de Barcarena, Parauapebas, Tucuruí e Oriximiná, os mais atingidos; 2) a percepção de que nas proximidades da área em questão existe um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), órgão responsável pela efetivação das políticas assistenciais municipais. Há que se enfatizar o fortalecimento dos laços afetivos das famílias como principal objetivo de seu trabalho, devendo levar em consideração as novas referências familiares para compreender as dinâmicas e as demandas destes núcleos. Acredita-se que são funções básicas da família: prover a proteção e a socialização de seus membros e constituir-se como referência moral de vínculos afetivos e sociais; 3) a compreensão de como essas famílias lidam com as transformações, ou conhecer de que forma a mudança em seu cotidiano pode interferir na dinâmica familiar.

#### 1.4 O PROCESSO DA PESQUISA

Os encontros iniciais com as mães adolescentes iniciaram-se na feira livre do bairro do Jurunas, local conhecido como Complexo de Abastecimento do Jurunas, localizado nas proximidades das residências das adolescentes, ou nos locais que estas denominavam como moradia. Os primeiros contatos com elas aconteceram através de visitas domiciliares nas residências de seus familiares ou de algum vizinho. Nas duas ocasiões o diálogo estabelecido intencionava ganhar confiança para uma possível entrevista individual. Nestes momentos apresentei o objetivo da pesquisa, informei a importância de suas participações no processo.

Em uma primeira tentativa foi negada a mim a gravação das entrevistas, pois as adolescentes não se sentiam à vontade para relatar e gravar suas histórias de vida, temiam por suas integridades, uma vez que como eram “mães solteiras” e viviam a maior parte do tempo no espaço da rua, sentiam-se fragilizadas, desprezadas pelas famílias e, desse modo, podiam ser banidas a qualquer momento por pessoas que frequentam o local, pela polícia, ou mesmo pelos representantes da feira que as vêem como problema para o bom funcionamento do local.

Em um segundo momento, estabeleceu-se um “pacto de fidelidade”, no qual como pesquisadora realizaria as entrevistas em momentos e lugares alternados, sem gravar para que não despertasse curiosidade nas pessoas que transitavam

diariamente na feira. Em seguida, reunia grupos de três mães em locais seguros escolhidos pelas adolescentes e poderia gravar, sendo que as entrevistas não poderiam passar de 30 minutos. Após o terceiro encontro se conseguiu ganhar a confiança das entrevistadas e realizar um encontro com um grupo de três mães adolescentes.

Como este processo não contemplou o objetivo, houve insistência para que os próximos encontros fossem individuais, pois só dessa maneira poderia perceber o fenômeno na singularidade de cada entrevistada. Privilegiou-se o *face a face* com as entrevistadas. Berger & Luckmann (1995, p.46) explicam que essa experiência com os outros ocorre na situação de estar *face a face*, que é o caso prototípico da interação social. Na situação supracitada o outro é apreendido por mim num vívido presente partilhado por nós dois. Sei que no mesmo vívido presente sou apreendido por ele. Meu “aqui e agora” e o dele colidem continuamente um com o outro enquanto dura a situação.

Na situação *face a face*, a subjetividade do outro é acessível a mim mediante o máximo de sintomas. Nenhuma outra forma de relacionamento social pode reproduzir a plenitude de sintomas da subjetividade presentes na situação *face a face*. Somente aqui a subjetividade do outro é expressivamente “próxima”. Todas as outras formas de relacionamento com o outro são, em graus variáveis, “remotas”. Na situação *face a face* o outro é plenamente real. Esta realidade é parte da realidade global da vida cotidiana e, como tal, maciça e irresistível.

As relações com os outros na situação *face a face* são altamente flexíveis. É relativamente difícil impor padrões rígidos à interação *face a face*. Sejam quais forem os padrões que se introduza terão de ser continuamente modificados devido ao intercâmbio extremamente variado e sutil de significados subjetivos que têm lugar. O padrão não pode resistir à maciça demonstração da subjetividade alheia de que tomo conhecimento na situação *face a face*. Em contraposição, é muito mais fácil ignorar essa demonstração a mim, desde que não encontre o outro *face a face*.

Embora seja relativamente difícil impor padrões rígidos à interação *face a face*, desde o início já é padronizada se ocorre dentro da rotina da vida cotidiana. A realidade da vida cotidiana contém esquemas tipificadores em termos dos quais os outros são apreendidos, sendo estabelecidos os modos como “lidamos” com eles nos encontros *face a face*. Nesta situação, apreendo o outro como “mulher”,



“adolescente”, “mãe”, “negra” etc. Todas estas tipificações afetam continuamente minha interação com o outro, por exemplo, quando decido entrevistá-las na rua antes de explicar qual seria o verdadeiro objetivo de meu trabalho.

Os esquemas tipificadores que entram nas situações face a face são naturalmente recíprocos. O outro também me apreende de uma maneira tipificada, como “mulher”, “negra”, “pesquisadora”, “pessoa inteligente” etc. As tipificações do outro são tão suscetíveis de sofrerem interferências de minha parte como as minhas são da parte dele. Os dois esquemas tipificadores entram em contínua “negociação” nessa situação. Na vida diária esta “negociação” provavelmente estará pré-determinada de uma maneira típica, como no característico processo de barganha entre compradores e vendedores. Na maior parte do tempo, meus encontros com os outros na vida cotidiana são típicos em duplo sentido, apreendo o outro como um tipo, e interatuo com ele numa situação que é por si mesma típica. As tipificações da interação social tornam-se progressivamente anônimas à medida que se afastam da situação *face a face* (BERGER & LUCKMANN, 1995, p.46).

Desse modo acredito ter facilitado o diálogo e, ao mesmo tempo, ter libertado as entrevistadas dos “constrangimentos” que poderiam sentir em grupos. Os encontros em grupos, previstos originalmente, foram substituídos por entrevistas individuais que possibilitaram maior privacidade às falas das adolescentes. As entrevistas individuais foram muito reveladoras, as entrevistadas as iniciavam não muito à vontade, pois era algo novo para elas, falar de suas vidas, desejos, sonhos, maternidade, filhos, amor, família. Mas ao refletirem sobre suas condições atuais, sentiam-se constrangidas em lembrar fatos passados que contribuíram para o estado momentâneo, especialmente por imaginarem que poderiam ter mudado ou, ainda, que podem mudar o rumo de suas histórias de vida. Acreditam não possuírem futuro, isso é mostrado na fala de uma entrevistada: “eu acho que para mim não tem mais nada, que o mundo tá acabado, eu não tenho perspectiva de vida” (Eli, 18 anos, mãe de 07 filhos).

O trabalho de campo foi uma tarefa muito árdua de realizar, sempre com o cuidado de não deixar o lado emocional transparecer durante o processo de entrevista. Tive vontade de acariciar cada criança (porque é isso que elas são) que sentava em minha frente para responder de forma sistemática perguntas que para elas eram difíceis ter respostas exatas. Desde o primeiro encontro realizei o

exercício de escutá-las, tanto pelas falas, como pelos gestos. Após cada entrevista a sensação de vazio e angústia que ficava me diminuía como ser humano, e me fazia refletir e sentir que a miséria afetiva corrói o ser humano muito mais que a carência alimentar. Ao final de cada entrevista, era quase impossível não se emocionar, diante de tanta dor e de histórias de vida marcadas por falta de afetividade e respeito. Isto sabemos que a tendência é a reprodução, com os filhos, da situação vivenciada pelas mães, uma vez que, mesmo com toda a privação, muitas não os abandonaram e estão levando essas crianças para o mesmo destino.

## CAPÍTULO 2

### MARCO TEÓRICO-ANALÍTICO SEGUNDO O INTERACIONISMO SIMBÓLICO DE BERGER & LUCKMANN E O MARXISMO DE AGNES HELLER

#### 2.1 SOCIALIZAÇÃO PRIMÁRIA: A FORMAÇÃO FAMILIAR

A família é o primeiro sujeito que referencia e totaliza a proteção e a socialização dos indivíduos (CARVALHO, 2000). Independente das múltiplas formas e desenhos que a família contemporânea apresenta, ela se constitui num canal de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais (CARVALHO, 2000, p.93). Como canal dessa iniciação e desse aprendizado, a instituição família constitui-se em *locus* primário por onde os indivíduos desenvolvem suas primeiras experiências como membro da sociedade em geral (MACIEL, 2002, p.123).

Isso se deve ao fato de que, quando nasce, o indivíduo não é por si só membro de uma sociedade, mas nasce com predisposição para a sociabilidade e tornar-se membro da sociedade. “Por conseguinte, na vida de cada indivíduo existe uma sequência temporal no curso da qual é introduzido a tomar parte da dialética da sociedade” (BERGER & LUCKMANN, 1995, p.173). Isto quer dizer que, é no decorrer da sequência temporal da vida de cada indivíduo que este passa pelo processo de socialização pelo qual se torna membro de uma sociedade.

Kaloustian (2000) argumenta que a família, apesar de todo o discurso sobre a sua desagregação ou enfraquecimento, está presente e permanece enquanto espaço privilegiado de socialização, de prática de tolerância e de divisão de responsabilidade, de busca coletiva pela sobrevivência e lugar inicial para o exercício da cidadania sob o parâmetro da igualdade, do respeito e dos direitos humanos (KALOUSTIAN, 2000, p.11).

Esta sequência temporal não pode ser vista como um processo descontínuo, em que ocorre uma evolução organizada e harmônica dos indivíduos em patamares estanques de sociabilidade, mas deve ser percebida como um movimento carregado de descontinuidade e contradições, tendo em vista a relação contraditória entre os

membros da família e desta com as outras instituições sociais (MACIEL, 2002, p.124).

Não obstante, a família se constitui em uma instituição privilegiada em que se desenvolvem os primeiros processos socializadores a que o indivíduo fica sujeito, motivo pelo qual ela adquire uma relevância social e histórica que imputa a necessidade de maior reflexão sobre a mesma (MACIEL, 2002, p.124). Esta relevância está diretamente relacionada ao fato de que a socialização “primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, em virtude da qual se torna membro da sociedade” (BERGER & LUCKMANN, 1995, p. 175).

Portanto, a socialização primária é de importância significativa para o indivíduo, pois implica a apreensão de elementos cognoscitivos e afetivos que, combinados em um processo de identificação, vão desenhando uma identidade subjetivamente coerente e plausível no indivíduo. Esse processo, por ser dinâmico, inclui a compreensão e introjeção, mas também o questionamento e a ressignificação dos valores e hábitos adquiridos (BERGER & LUCKMANN, 1995, P.177).

A família não é o único canal pelo qual se pode compreender o processo de socialização, mas é sem dúvida, um espaço privilegiado, por ser o primeiro grupo responsável pela tarefa socializadora. Para tanto, não se pode perder de vista que a família, não só interioriza aspectos ideológicos dominantes na sociedade, como projeta, ainda em outra, em outros grupos os modelos de relação criada dentro do próprio grupo (VITALLE, 2000, p.95).

O processo pelo qual isto se realiza é a interiorização, a saber, é a apreensão ou a interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, isto é, como manifestação de processos subjetivos de outrem, que desta maneira torna-se subjetivamente significativo para o homem (BERGER & LUCKMANN, 1995, p.175). Significa dizer que neste primeiro momento o indivíduo está sendo “capacitado” para o convívio em sociedade. Será através dele que encontraremos meios de formar seres bons ou não, em que o indivíduo participa de um “laboratório” de repasse de informações que será utilizado por ele durante sua vida social. Esse papel bem definido significa que o grupo responsável pelo amadurecimento do indivíduo, exerceu de forma correta sua função socializadora (HELLER, 1970, p.19).

Neste processo a família representa o maior exemplo a ser citado, pois será através dela que seus membros “nascerão” para o convívio social, sua função inicial é repassar valores e regras capazes de compor um arcabouço social a ser utilizado pelo indivíduo no percurso de sua vida. Uma família que durante o processo de socialização cria um ambiente de agressividade, de promiscuidade, de valores morais baseados na falta de compromisso com o outro, não poderá esperar que seus membros sejam pessoas socialmente respeitadas, pois as regras sociais já ditam que para um bom desempenho social o indivíduo deverá seguir as normas já estabelecidas, mesmo antes de seu nascimento.

O homem no processo de “amadurecimento” encontra-se no seio familiar sendo moldado para o convívio social, ou seja, recebendo todas as normas sociais, valores que de alguma forma levará por toda vida. Tendo a família o papel fundamental nesta etapa, pois será ela a primeira instituição que fornecerá ao homem as habilidades necessárias (HELLER, 1970, p.19).

Berger & Luckmann (1995) descrevem que a socialização primária tende a ocorrer em circunstâncias carregadas por altos graus emocionais, pois caso isto não seja possível o processo não surtirá efeito. A interiorização só se realiza quando há identificação, entre a realidade objetiva experimentada pelo indivíduo e os processos emocionais vividos por este. Este processo, como um todo dialético, garante o sucesso da socialização primária que, por sua vez, contribui na construção da identidade social do indivíduo. Na identificação, o indivíduo absorve os significados da realidade objetiva por ele experimentado. (BERGER & LUCKMANN, 1995, p.178). Nessa absorção, via de regra, ocorre um movimento de endoculturação (Maciel apud Laraia, 1993), em que os significados absorvidos são seletivamente colocados pela cultura da instituição em que a socialização se realiza.

Em um grupo familiar, seus membros não somente absorverão os papéis, como as atitudes, assumindo para si o mundo das pessoas responsáveis pela sua socialização. Todas as identificações realizam-se em horizontes que implicam um mundo social específico. Logo, a criança aprende que é aquilo que é chamada, que todo nome implica uma nomenclatura, que por sua vez implica uma localização social determinada. Berger & Luckmann (1995) explicam que receber uma identidade implica na atribuição de um lugar específico no mundo.

Então, se torna importante o cuidado com falamos às crianças ou do que as chamamos, os rótulos tais como: vagabundo, preguiçoso, prostituta, vadio ou as frases: “quer vida fácil; vai morar na cadeia”; ”você tem tudo para se dar bem na vida, beleza não lhe falta”. Esses tipos de críticas e situações não contribuem em nada, não agregam nenhum valor positivo, muito pelo contrário, são valores destrutivos e fazem com que a criança acredite na possibilidade de que roubando e indo para a cadeia terá vida fácil e beleza é fundamental para ganhar dinheiro e ter sucesso na vida. Muitas vezes quem fala são as pessoas encarregadas pela socialização das crianças, no caso os pais, os avós, os tios, entre outros, alguém em quem confiam e idealizam como pessoas verdadeiras, que não mentem e que amam seus filhos.

Logo, esta identidade é subjetivamente apreendida pela criança, o mesmo se dá com o mundo para o qual esta identidade aponta. Nesse aspecto, torna-se importante inserir a criança em um ambiente de relação baseada em afetividade e respeito mútuo, para que possa registrar em seu mundo interior vínculos fortes que irão acompanhá-la e ajudá-la a construir uma identidade segura capaz de desenvolver um caráter fortalecedor de sua personalidade. Deste modo, a criança não interioriza o mundo dos outros que são significativos para eles, como sendo um dos muitos mundos possíveis. “Interioriza-se como sendo o mundo, o único mundo existente e concebível, o mundo tout court” (BERGER & LUCKMANN, 1995, p180).

A socialização primária cria na consciência da criança uma abstração progressiva dos papéis e das atitudes dos outros particulares para os papéis e atitudes em geral. A formação na consciência do outro generalizado marca uma fase decisiva na socialização. Implica a interiorização da sociedade enquanto tal, e da realidade objetiva nela estabelecida e, ao mesmo tempo, o estabelecimento subjetivo de uma identidade coerente e contínua. A sociedade, a identidade e a realidade se cristalizam subjetivamente no mesmo processo de interiorização (BERGER & LUCKMANN, 1995, p.179). “O homem aprende nos grupos os elementos da cotidianidade, o percurso realizado pelo homem desde seu nascimento no grupo, prepara-o de forma consciente para o exercício de seu “papéis” social” (HELLER, 1970, p. 20).

Na socialização primária não há problema de identificação, não há escolhas dos outros significativos. A sociedade apresentada ao candidato à socialização

aparece como um conjunto antecipadamente definido de outros significativos, que tem de ser aceito como tais sem possibilidades de optar por outros arranjos. Os conteúdos específicos que são interiorizados na socialização primária variam naturalmente de sociedade para sociedade.

A linguagem aparece, então, como fator importante, será por meio dela que vários esquemas motivacionais e interpretativos são interiorizados como valor institucional definido (BERGER & LUCKMANN, 1995, P.180/181). A socialização primária termina quando o conceito do outro generalizado foi estabelecido na consciência do indivíduo. Neste momento, a pessoa torna-se membro efetivo da sociedade e possui subjetivamente uma personalidade e um mundo. Mas esta interiorização da sociedade, da identidade e da realidade não se faz de uma vez para sempre (BERGER & LUCKMANN, 1995, P.184).

O homem estará sempre pondo em prova seu mundo, sua identidade e sua realidade; à medida que busca firmar-se como cidadão cabe à família, enquanto instituição primária formadora de seu caráter, garantir ao mesmo meio para que sua personalidade seja fortalecida por normas e valores capazes de direcionar este a um caminho social condizente com seus valores. Sem dúvida, as famílias que vivem em situação de exclusão social, que não têm acesso aos bens e serviços da sociedade, enfrentam diariamente situações que ameaçam não somente seus corpos, mas também seus vínculos e subjetividade, porém, têm seus laços familiares fragilizados e até mesmo rompidos.

Santos (2007) descreve muito bem este processo quando fala que a família pode ser espaço tanto de construção de identidade, como também uma unidade de adestramento e violação de direitos, partindo do princípio de que o ser humano é complexo, ambivalente em seus sentimentos e condutas, capaz de construir e de destruir. Esta relação é agravada em condições sociais de escassez, de privação e de falta de perspectivas, chegando prejudicar a sua capacidade de educar, comprometendo, portanto, as possibilidades de amar, de construir e de respeitar o outro (SANTOS, 2007, p.32).

Ocorrerá sempre um processo de socialização primária, seja no contexto de relações sociais que vão moldando uma individualidade formatada para a reprodução de relações hegemônicas de dominação e subalternização, seja formatando uma individualidade não direcionalizada dentro de relações cidadãs e

propiciadoras da emancipação humana (MACIEL, 2002, p.126). Nota-se que ocorre um processo de subjetivação fertilizado pela objetividade das relações concretas que moldam e sustentam a socialização experienciada pelo indivíduo.

## 2.2 A SOCIALIZAÇÃO SECUNDÁRIA: O VIVER EM SOCIEDADE

Sobre a socialização secundária é pertinente dizer que vem de outros agentes e instituições com os quais a criança vai conviver, trazendo novos valores e significados que serão acrescidos de contrapostos aqueles já apreendidos. É a interiorização de “submundos” institucionais ou baseados em instituições. São as aquisições do conhecimento de funções específicas, funções diretas, o que exige a aquisição de vocabulários específicos de funções, ou seja, seria em primeiro lugar a interiorização de campos semânticos que estruturam interpretações e condutas de rotinas em uma área institucional (BERGER & LUCKMANN, 1995, p185).

Os processos formais da socialização secundária são determinados por seu problema fundamental, a suposição de um processo precedente de socialização primária, isto é, deve tratar do homem com uma personalidade já formada e um mundo já interiorizado. Isso representa um problema, porque a realidade já interiorizada tem a tendência a persistir, sejam quais forem os novos conteúdos que devam agora ser interiorizados, precisam de certo modo sobrepor-se a esta realidade já presente. “Neste processo instituições como escolas, passam a desempenhar papéis de destaque na vida deste homem, pois o ajudará a ampliar seu mundo social” (HELLER, 1970, p.20).

Enquanto a socialização primária não pode ser realizada sem a identificação, carregada de emoções, da criança com seus outros significativos, a maior parte da socialização secundária pode dispensar este tipo de identificação e prosseguir eficientemente só com a quantidade de identificação mútua incluída em qualquer comunicação entre seres humanos. A criança interioriza o mundo dos pais como sendo o “mundo”, e não como o mundo pertencente a um contexto institucional específico.

Segundo Berger & Luckmann (1995), o tom da realidade do conhecimento interiorizado na socialização primária é dado quase que automaticamente. Na socialização secundária aquela tem de ser reforçada. Na socialização secundária o



presente é interpretado de modo a manter-se numa relação contínua com passado, existindo a tendência a minimizar as transformações realmente ocorridas, Neste sentido, a realidade básica para a re-socialização é o presente, para a socialização secundária é o passado.

Então, cada família constrói suas relações, estabelecendo ligações interpessoais, através das quais se percebe a qualidade do vínculo estabelecido entre os membros do grupo no processo de socialização primária. Neste processo se os relacionamentos forem pautados em reciprocidade, vão indicar o conteúdo vivenciado, e os sentimentos que circulam ente os componentes da família. Serão estes mesmos sentimentos que irão indicar o conteúdo relacional e como essas forças serão expressas no seio familiar.

A formação dos sentimentos se dá ao longo do tempo, desde a infância, sendo a convivência familiar a principal referência nesse processo de evolução. É principalmente na família que se aprende a fazer um juízo de valor, a desenvolver-se um preconceito, que, segundo Heller (1970), são construções sociais, portanto, produtos da vida e do pensamento cotidiano. Por isso, convém refletir, na condição dos pais ou dos responsáveis, sobre que condições estão sendo realizadas as formações de crianças e adolescentes que se encontram sob seus cuidados e proteção.

As instituições como a família, por exemplo, implicam, além disso, a historicidade e o controle. As instituições têm sempre uma história, da qual são produtos. É impossível compreender adequadamente a instituição família sem antes entender o processo histórico em que foi produzida. As instituições, também, pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de condutas, que canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis (BERGER & LUCKMANN, 1995).

Concordo com Santos (2007) quando diz acreditar que a família é um espaço propício para se desenvolver a prática do amor, uma vez que nela se pressupõe que exista a preocupação ativa pelo crescimento de cada um de seus membros; quando falta essa preocupação ativa não há amor. Para tanto, a família que exercita a prática do amor consegue desenvolver melhor uma relação capaz de produzir sujeitos melhores, preparados para o convívio social, já que eles são capazes de

desenvolver melhor, as habilidades necessárias para o enfrentamento dos problemas da realidade.

Sobre a prática do amor, Fromm (1966) descreve ser um processo de construção, ou seja, o amor é uma arte e como qualquer outra arte necessita de uma teoria e de uma prática, e na medida em que nos propomos a aprender tal prática devemos dominar estes dois momentos importantes desta arte. Para o autor, o amor é uma ação, a prática de um poder humano, que só pode ser exercido na liberdade e nunca como resultado de uma compulsão. O amor é uma atividade, e não um afeto passivo; é um “erguimento” e não uma “queda”. De modo mais geral, o caráter ativo do amor pode ser descrito afirmando-se que o amor, antes de tudo, consiste em dar, não em receber (FROMM, 1966).

Dar implica fazer da outra pessoa também um doador e ambos compartilham da alegria de haver trazido algo à vida. No ato de dar algo nasce, e ambas as pessoas envolvidas são gratas pela vida que para ambas nasceu. Com relação especificamente ao amor, isso significa: o amor é uma força que produz amor; impotência é a incapacidade de produzir amor. O amor não é primacialmente uma relação para com uma pessoa específica: é uma atitude, uma orientação de caráter, que determina a relação de alguém para com o mundo como um todo (FROMM, 1966).

Para Fromm (1966), o meio único de conhecimento completo está no ato do amor. Esse ato transcende o pensamento, transcende as palavras. É o mergulho ousado na experiência da união. Contudo, o conhecimento pelo pensamento, que é conhecimento psicológico, torna-se condição necessária para o pleno conhecimento no ato do amor. Só se conhecer objetivamente um ser humano, poderá conhecê-lo em sua essência última, no ato de amor. A explicação que Fromm (1966) nos dá a respeito do aprendizado da arte do amor é aquela pautada na noção de existência humana. Perceber o homem no mundo, existente no universo e consciente de sua racionalidade, ser vivo e tendo consciência de si e de seu semelhante, com direitos e deveres, portador de uma vida, com noção de passado e futuro (FROMM, 1966, p.40).

No caso de uma negação dessa percepção, a maior consequência será o isolamento, a loucura, a solidão, que o faz prisioneiro, sem a interação em um meio social, sem pessoas para uma união saudável. Para Fromm (1966), ser separado é

ser cortado sem capacidade de utilizar os poderes humanos, ocasionando uma incapacidade de apreender o mundo da melhor forma possível para sua convivência. Essa separação faz do homem um ser ansioso causando vergonha e culpa, o que o autor descreve como a consciente separação sem a reunião pelo amor. Nota-se, portanto, que a maior e mais profunda necessidade humana é superar este isolamento, romper com a solidão, tendo o máximo de cuidado para não falhar diante de seus objetivos (FROMM, 1966, p.49/50).

### 2.3 COTIDIANO: A REALIDADE INTERPRETADA

Compreende-se por cotidiano a unidade de medida da sucessão de acontecimentos vividos pelo homem em seu dia a dia na diversidade do tempo, do espaço e do sujeito envolvido nessa dinâmica (HELLER, 1970, p.17). O cotidiano exerce na vida do sujeito a qualidade de dar forma, direção e rumo para essa vivência diária. Permite ao sujeito que neste caminho, exponha o seu estilo de vida, o ser, que ao mesmo tempo é compartilhado e reconhecido pelo outro, constituindo-se a história social (HELLER, 1970, p.17). As atividades habitualmente realizadas fazem parte do cotidiano do homem e registram sua passagem pela história. Essas atividades assumem diferentes papéis, dependendo do contexto em que são realizadas, da cultura e do social. Tem para cada sujeito um significado, conteúdo, interesse, habilidades, potencialidades, necessidades, dificuldades, medo e capacidades (HELLER, 1970, p. 18).

Quando se faz referência ao cotidiano, se está falando sob o olhar da representação social do dia a dia, entretanto, falar de cotidiano em um primeiro momento leva a pensar diretamente em ações que dizem respeito às nossas rotinas, e a tudo que realizamos repetidamente, é o viver de uma forma quase que banal. No entanto, pensar cotidiano a partir do teórico implica desvendar o incomum no repetido. É saber que a essência do cotidiano está na cotidianidade. (GUIMARÃES, 1989, p.12/13). O cotidiano está contido na história, tornando-se pouco proveitoso perceber esta senão permeada pelos acontecimentos daquele, de onde tudo parte como sugere Heller ao afirmar que a “vida cotidiana não está fora da história pelo contrário, está no centro do acontecer histórico: é a verdadeira essência da substância social” (HELLER, 1970, p.20). Ela é a vida do indivíduo como ser

particular e ser genérico. É o homem atuando em sua individualidade, em algo que só a ele interessa, como uma característica própria, todavia também como homem social em sua totalidade humana, mas não é um ser singular, sempre integrado (HELLER, 1970, p.20 e 21).

Desse modo, as relações sociais e todas as ações que, quando destacadas sobressaem-se ao dia-a-dia, partem da vida diária, ganham particularidades graças ao cotidiano, onde são gestadas e postas em funcionamento. Portanto, o cotidiano é à base de sustentação das relações humanas. É assim a percepção do “comum”, daquilo que se tornou habitual, mas sem o qual não viveríamos humanamente, não reconheceríamos uns aos outros e muito menos o mundo. É, portanto, no cotidiano que se inscreve a cultura como um sistema de saberes, lugar onde tudo pode ser reconhecido, como desejável ou não, para as realizações da vida diária. Guimarães (1989) informa que a confirmação de uma visão ideológica da realidade, os hábitos do dia a dia, as possibilidades das relações familiares, os saberes prévios do cotidiano nos orienta sobre como agir, o que evitar aceitar ou questionar (1989, p. 15).

Para Heller (1970), a vida cotidiana é a constituição e a reprodução do próprio indivíduo e, conseqüentemente, da própria sociedade, através das objetivações. Esse processo se caracteriza por essa reprodução, que não ocorre do nada para se efetivar, ela pressupõe uma ação do homem sobre o objeto, transformando-o para seu uso e benefício. A vida cotidiana, portanto, é a vida do homem inteiro, do homem em todos os seus aspectos, sua individualidade, sua personalidade. Nela colocam-se em funcionamento todos seus sentidos, suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, suas paixões, suas idéias e ideologias. Berger & Luckmann (1995) afirmam sobre que a vida cotidiana:

Apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens, e subjetivamente dotada de sentidos para eles na medida em que forma um mundo coerente. Este mundo não é somente tomado como uma realidade certa pelos membros ordinários da sociedade na conduta subjetivamente dotada de sentidos que imprimem a suas vidas, mas é um mundo que tem origens no pensamento sendo firmado como real para os homens comuns, sendo firmado como real para eles (BERGER & LUCKANN, 1995, p. 32).

Para Heller (1970), a formação dos indivíduos começa sempre nas esferas da vida cotidiana. Esse processo de formação se inicia já no momento de seu nascimento e inserção no universo cultural humano estendendo-se por toda a vida. Ainda a autora explica que a vida cotidiana é parte inerente à existência de todo e qualquer indivíduo. Nessa esfera do ser social, o indivíduo apropria-se da linguagem, dos objetos e dos instrumentos culturais, bem como dos usos e costumes de sua sociedade. Sem a apropriação dessas objetivações seria impossível a sua existência e sua convivência em qualquer sociedade humana, independentemente do nível de desenvolvimento dessa mesma sociedade.

Na verdade, descreve a autora, seria inviável a existência do indivíduo como ser humano. Dessa forma, Heller afirma que a vida cotidiana é composta pelo conjunto das atividades voltadas para a reprodução da existência do indivíduo e a vida não-cotidiana é composta por aquelas atividades voltada para a reprodução em sociedade. A cotidianidade consiste no espaço de satisfação das necessidades essenciais do indivíduo e, portanto, as atividades cotidianas são basicamente determinadas por motivações de caráter particular. Por sua vez, as atividades não cotidianas são determinadas por motivações genéricas, isto é, que aludem à universalidade do gênero humano, a qual também não pode ser considerada um dado natural já existente no início da história humana, devendo ser vista como um dos resultados possíveis do processo (HELLER, 1970, p.18).

O homem já nasce inserido em sua cotidianidade. O amadurecimento do homem significa que, em qualquer sociedade, o indivíduo adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade (camada social) em questão. É adulto quem for capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade. O adulto deve dominar, antes de tudo, a manipulação das coisas, deve aprender a manipular os objetos, os instrumentos e utensílios de sua cultura. Apropriando-se, por exemplo, do uso e do significado social das coisas que são necessárias para sua vida em sociedade. E como não existe apropriação que não seja mediada, direta ou indiretamente, por outro indivíduo, esse processo pressupõe, por sua vez, a apropriação de certas relações sociais, bem como a apropriação da linguagem como forma básica de comunicação entre os indivíduos de um determinado grupo (HELLER, 1970, p.18/19).

Ao voltar-me para meu objeto de estudo, percebo a relação existente entre o que a autora descreve como papel mediador do grupo entre homem e sociedade, e a vivência cotidiana das pessoas a partir do processo socializador primário, onde há

a percepção de como os grupos orientam seus membros para a vida comunitária. Posteriormente, o processo socializador secundário, que mostra de que forma esses componentes irão vivenciar esses valores em sociedade. Com relação às mães adolescentes pesquisadas, desvelaram-se situações adversas de transmissões e vivências inadequadas, comprometendo o convívio em sociedade.

Os responsáveis pelo processo socializador, muitas vezes vêm de famílias cujos valores básicos do convívio social são autoridade, violência e desrespeito com o outro. A disciplina como fator agregador de responsabilidade não é levada em conta. Aparece sim, mas, não como explicada por Fromm (1966, p.53) o qual informa que o cuidado e a preocupação implicam na responsabilidade, tornando-se esta o ato inteiramente voluntário; a resposta que damos às necessidades, expressas ou não, de outro ser humano.

Ser “responsável” significa ter de “responder”, estar pronto para isso, para conviver com o outro, amando-o e orientando-o de forma consciente para a vida em grupo. Outro elemento ativo que Fromm (1966, p. 53) descreve como fundamental para a relação com outro é o respeito, que significa a preocupação de que a outra pessoa cresça e se desenvolva como é. Isso implica na ausência de exploração. Se há o respeito com o outro, deve-se sentir como ele, mas tal como é, não como se necessite que sejam para objeto de uso pessoal. Respeitar uma pessoa não é possível sem conhecê-la; sem cuidar, e sentir-se responsável pelo outro, tais sentimentos seriam vazios se não fossem motivados pela preocupação.

A gravidez precoce de muitas mães não lhes garantiu a oportunidade de aprender em família como orientar de forma correta as filhas, algumas também por muito tempo habitaram lares violentos, fragilizados e foram vítimas de algum tipo de exploração, o mais comum foi o trabalho infantil. Em outros casos, muito cedo conheceram o mundo da rua, uma vez que suas famílias sobreviviam da renda obtida com a contribuição de todos, e seu trabalho seja lá qual fosse, tornou-se decisivo no orçamento doméstico. Nesta vivência cotidiana também se tornaram mães, sem conhecer a diferença entre maternidade e maternagem, vivendo em um mundo de submissão e desrespeito, internalizaram este mundo para os filhos e, conseqüentemente, para os netos. O retorno para o núcleo familiar muitas vezes representou conflitos e revoltas, e a não aceitação de um novo membro. Então, o cotidiano dessas famílias desenvolve-se a partir de relações duvidosas, sem

responsabilidades e compromissos morais ou de afetividade. Kehl (2004) chama atenção para “a fragilidade das relações parentais. Existe uma crise da juventude. Isso faz com que os adultos, alienem-se da condição de pais levando à fragilização do adulto” (2004, p. 31).

As famílias das adolescentes ao terem conhecimento da gravidez de suas filhas, passam exigir dessas meninas atitudes de pessoas adultas, mesmo sem perceber que elas ainda encontram-se em processo de construção de personalidade. Sabe-se que qualquer existência em grupo, por mais primitiva que seja, pressupõe o estabelecimento de um conjunto de normas de convivência, isto é, pressupõe a existência de certos usos e costumes, de certas normas explícitas ou tácitas de comportamento. Todo e qualquer indivíduo deve necessariamente se apropriar dessas regras de conduta social. É o caso, por exemplo, das normas que regem nosso comportamento sexual. Sobre este fato as palavras de Heller tornam-se pertinentes.

Essa assimilação, esse “amadurecimento” para a cotidianidade, começa sempre “por grupos”, (em nosso dia-a-dia na família, na escola, em pequenas comunidades. Esses grupos *face - to - face* estabelecem uma *mediação* entre o indivíduo e os costumes, as normas e a ética de outras integrações maiores (HELLER, 1970, p. 19).

Heller (1970) informa ainda que a reprodução da vida cotidiana, por excelência, deveria ser na família, como núcleo central e natural, pois a vida cotidiana é o lugar natural de reprodução das características das particularidades da vida cotidiana, isso ainda é assegurado nas características como imitação que envolve os primeiros anos de vida. Hoje, como as características das famílias mudaram, não temos mais o modelo patriarcal predominando no cotidiano. A família está assentada em novas composições tais, como: mães, filhos e avós; netos e avós ou ainda um agregado de pessoas que a partir de novos casamentos formam novas famílias com outros filhos e parentes.

Vive-se a maior parte do tempo fora do ambiente familiar, muitos na rua, no trabalho; as formas de reprodução da vida cotidiana se tornaram muitas fontes. As responsabilidades desapareceram, as pessoas tornam-se independentes, um não é mais responsável pelo outro nem mesmo pelos filhos, privam-se de sua importante função de reproduzir a vida cotidiana da família (HELLER, 1989, p.19/20). Mas é fato

que elas continuam se reproduzindo e caracterizando as ações e pensamento que compõem a particularidade da vida cotidiana de cada um e de todos.

A realidade da vida cotidiana entre as múltiplas realidades é a que se apresenta como sendo a realidade por excelência; sua posição privilegiada autoriza a dar-lhe a designação da realidade predominante. Segundo Berger e Luckmann (1995), aparece já objetivada, isto é, construída por uma ordem de objetos que foram designados como objetos antes da entrada em cena do homem. Esta realidade apresenta-se a ele como um mundo intersubjetivo, no qual participa em conjunto ou com outros homens. Esta intersubjetividade diferencia nitidamente a vida cotidiana de outras realidades das quais o homem tem consciência.

O “*aquí*” de alguns é o “*lá*” de outros. O “*agora*” de uns não se superpõe completamente a de outros. Os projetos diferem e podem mesmo entrar em conflitos. Deste modo, ambos vivem em um mundo em comum. O que tem a maior importância é que há uma contínua correspondência, neste mundo em que partilham em comum, no que respeita a realidade de ambos (BERGER & LUCKMANN, 1985, p.47). A mais importante experiência dos outros ocorre na situação de estar face a face com o outro que é o prototípico da interação social. Na situação face à face o outro é apreendido num vivido presente partilhado, como resultado há um intercâmbio. Nesta situação, segundo Berger & Luckmann, o outro é plenamente real. Esta realidade global da vida cotidiana é maciça e irresistível.

Sem dúvida, o outro se torna real para mim à medida que tomo conhecimento dele, sem que eu o tenha encontrado, começo a produzir um estereótipo pelo nome, ou por algum outro significativo que possa caracterizá-lo. Com relação às mães adolescentes, no início de minha pesquisa ouvia os outros descrevê-las tipificando-as como prostitutas, moradoras de rua ou mesmo como mendigas. Quando pude encontrá-las pessoalmente, várias percepções desvelaram-se e, a partir de nossos encontros, iniciei um processo de intersubjetividade, descaracterizando-as passei a ignorar os conceitos negativos que as pessoas possuem em relação a elas.

Berger e Luckmann, descrevem que a realidade social da vida cotidiana é, portanto, apreendida num contínuo de tipificações, que se vão tornando progressivamente anônimas à medida que se distanciam do “aqui e agora” da situação face à face. A estrutura da vida social é a soma dessas tipificações e dos padrões



recorrentes de interações estabelecidos por meio delas. Assim, a estrutura social é um elemento essencial da realidade da vida cotidiana (1985 p. 52/53).

## **CAPÍTULO 3**

### **MARCO CONCEITUAL DE FAMÍLIA, MATERNIDADE E ADOLESCÊNCIA**

#### **3.1 FAMÍLIA: UM CONCEITO EM MUDANÇA**

Inúmeros são os desafios que permeiam a vida da família contemporânea. As temáticas violência, desemprego, pobreza, droga, gravidez precoce e tantas outras situações atingem dolorosamente a família e desafiam sua capacidade de resistir e encontrar saídas. Por outro lado, as mudanças sociais construídas, em especial, ao longo da segunda metade do último século, têm redefinido progressivamente os laços familiares (VITALE, 2002, p45). Esta autora argumenta que o impacto desses desafios e dessas mudanças sobre o cotidiano das relações familiares acaba sendo absorvido pelo profissional que trabalha com famílias, na medida em que também os vive. A família, como aponta a autora (2002,p.46) para a maior parte daqueles que a pesquisam ou com ela trabalham, é uma realidade com a qual temos bastante intimidade, pois afinal todos têm uma família, ou pelo menos um modelo internalizado.

Bruschini (1993) considera que um conceito geral sobre família não pode ter relevância científica porque, como afirma a autora, não existe uma única estrutura de família. Cabe de fato afirmar que é altamente diversificado o leque de modalidades específicas de associações familiares que acompanham a história da humanidade desde seus primórdios. Segundo a autora, expressões como grupo conjugal, rede de parentesco, unidade doméstica, grupo familiar, embora semelhantes, podem revelar significados distintos dependendo das dinâmicas sociais prevalentes e do momento histórico específico. Ainda segundo a autora, conclui-se que família, até então percebida por muitos como monolítica, natural e imutável é, na realidade, produto de um processo de construção social.

A família nuclear, tal qual a concebemos hoje, se constituiu ao longo dos séculos XVI ao XVIII e teve como uma das bases de sustentação a privacidade, a afirmação dos laços conjugais, dos sentimentos entre pais e filhos e, especialmente, do amor materno. Áries (1981) explica sobre este processo que as famílias dos

séculos XVI e XVII não desempenhavam função socializadora e que foi com o surgimento da família nuclear burguesa que emergiram as relações de autoridade e do cultivo do amor materno à criança.

A família que fez do lar um espaço de individualidade, se difere das outras pela valorização da relação do casal, da autoridade e dos sentimentos entre pais e filhos, especialmente do amor materno. Aos poucos uma nova estrutura familiar se consolida, com o aumento da privacidade e da intimidade. Já no século XVIII com estas transformações sociais, nota-se uma preocupação com a divisão dos cômodos das casas. Os espaços coletivos cedem lugar para os individuais.

Mas o modelo de família nuclear burguesa foi se adequando aos diferentes extratos sociais. As famílias pertencentes à aristocracia burguesa não tinham como hábito a privacidade doméstica, os laços conjugais não se estabeleciam a partir do afeto e os cuidados infantis não eram de responsabilidades das mães (BRUSCHINI, 1993). Aos poucos uma nova estrutura familiar emerge, o estabelecimento da família patriarcal como modelo dominante se dá como resultado de uma secular preparação entre os segmentos da burguesia e dos efeitos do capitalismo (HABERMAS, 1982).

Concordo com Santos (2007) quando ressalta a importância da busca pelo conhecimento sobre a família, a partir da mudança de foco da família nuclear. Ao longo da história este modelo de família foi referência na sociedade brasileira, como modelo de organização predominante, sendo necessário despir-se das concepções moralistas e preconceituosas, a fim de compreender outras formas de convivências estabelecidas entre os indivíduos com vista a entender as relações do contexto familiar pesquisado (SANTOS, 2007, p.17).

As mudanças ocorridas nas últimas décadas não somente no plano econômico, como político, social e cultural vem interferindo na dinâmica e na estrutura familiar, imprimindo alterações no padrão, na organização e nas suas relações. Essas mudanças suscitaram muitas discussões levantando a tese que a família está em processo de desagregação ou de enfraquecimento, há também quem acredite em seu desaparecimento (SANTOS, 2007, p.18).

Para Kaloustian (2000) essas previsões não se concretizarão, uma vez que a família está presente e permanece enquanto espaço privilegiado de socialização e lugar inicial para o exercício de cidadania, dividindo, é claro, essa tarefa com outras instituições como a escola e a igreja. Para o autor (2000, p.10/11), a família

permanece como matriz do processo civilizatório, como condição para a humanização e para a garantia da sobrevivência, do desenvolvimento e da proteção integral dos seus membros, independente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando.

Heller (1970) acrescenta novo elemento à compreensão sobre a família quando faz ver que é na vida cotidiana que são engendradas a reprodução ideológica, os valores, as normas e as visões com realizações de certas práticas se adequando ao conhecimento e a partir deles os elementos ideológicos podem ser forçados, transformados ou extintos. Ainda em referência à autora (1970), a vida cotidiana seria o conjunto de tarefas que possibilita a reprodução privada, que por sua vez possibilita a reprodução social

O homem já nasce inserido em sua cotidianidade. O amadurecimento do homem significa, em qualquer sociedade, que o indivíduo adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade (camada social) em questão. É adulto, quem é capaz de viver por si mesmo sua cotidianidade. O adulto deve dominar antes de qualquer coisa a manipulação das coisas (das coisas, certamente, que são imprescindíveis para a vida da cotidianidade em questão) (HELLER, 1970, p.18).

Então, é no cotidiano com o amadurecimento, que homens e mulheres internalizam as regras e se habilitam para o manejo das relações sociais. Estes aprendizados têm como *locus* a família e a escola, que por meio do processo de socialização, mediam as relações entre os indivíduos e os costumes, as normas e a ética.

### 3.2 FAMÍLIA BRASILEIRA: DA TRADIÇÃO A MODERNIDADE

O padrão que povoa o imaginário social brasileiro foi influenciado pelo modelo tradicional e patriarcal de família extensa, de origem ibérica e mais recentemente, com a modernização pelo modelo europeu, mas assimilou também outras formas, de diferentes origens (SILVA apud NADER, 2002). O modelo se fazia presente em todo país e contribuiu, gradativamente, para desestruturar as formas de organização familiar dos índios e dos escravos existente até então no Brasil (Bruschini, 1993).

No final do século XIX o país vivia profundas transformações políticas e econômicas com o fim do trabalho escravo: a proclamação da República; a

urbanização; as perspectivas da industrialização; o deslocamento econômico e das decisões políticas do nordeste para o centro-sul; ascensão dos setores agrários paulistas e a separação entre a Igreja e o Estado (BRUSCHINI, 1993).

O país, influenciado pelos modelos industriais europeus, realizou mudanças econômicas por meio de uma modernização conservadora, que excluía a participação política das classes populares, e dentre elas os escravos libertos. Estas influências se estenderam às relações sociais quando o estado passou a engendrar e a investir em outra organização familiar, a família nuclear moderna (BRUSCHINI, 1993, p). Esta nova concepção teve, segundo Rocha-Coutinho (1994), influência sobre o papel feminino. A mulher moderna deveria ser educada para desempenhar as funções de mãe e educadora, de suporte para o homem, para que este pudesse enfrentar o trabalho fora de casa.

Seu principal cuidado deve ser instruir e educar os filhos cristamente, cuidar com diligência das coisas da casa, não sair dela sem necessidade sem permissão de seu marido, cujo amor deve ser superior a todos, depois de Deus (ROCHA-COUTINHO, 1994, p.70)

A nova família burguesa centra-se agora em torno da mulher mãe. Ela passa a ser a principal responsável pelo bem estar da criança e de seu esposo. A casa, fechada às influências externas, passa a constituir o novo reino da mulher e a maternidade seu mais almejado desejo. Para esta nova importância atribuída à maternidade, vai contribuir para uma nova concepção da criança, que se transforma agora no mais precioso dos bens, um ser que não pode ser substituído e que é vital para o novo estado em formação, precisando, portanto, ser controlado, vigiado, educado. As responsabilidades da nova mãe vão sendo, daqui por diante, cada vez mais ampliadas (ROCHA-COUTINHO 1994, p.75).

A fim de se assegurar sua permanência no espaço fechado do lar começam, a partir de então, a serem demarcadas para as mulheres certas características e capacidades especificamente femininas, entre elas a relação natural com a criança, que elevou a maternidade à função primeira de toda mulher e, portanto, compartilhado por todas as mulheres (ROCHA-COUTINHO, 1994, p.78/79). É deste modo que características biológicas da maternidade inscritas no corpo feminino passam a assumir um significado social.

A mãe passa, então, a ser considerada a mentora por excelência, o primeiro educador de seu filho. E da maneira como ela os educa vai depender o destino da família e da sociedade. Ela passa a trabalhar junto com a nova escola que desponta uma “escola transformada, instrumento de disciplina severa, protegida pela justiça e pela polícia (ÁRIES, 1981, p.227). Nas palavras de Rocha-Coutinho (1994), família e escola começam desta forma, a atuar juntas na vigilância e no controle desta nova criança que surge, preparando-a para sua vida futura.

### 3.3 FAMÍLIA: MODELOS CONTEMPORÂNEOS

Na contemporaneidade os modelos familiares se formam para além da manutenção dos laços consangüíneos e de patrimônio. Ter família representa estar mais reunido em torno da vontade das pessoas do que uma determinação social. Sarti (1982) compreende família na contemporaneidade como associação de pessoas que escolhem conviver por razões afetivas e assumem compromisso de cuidado múltiplo.

Historicamente a família tem sido um dos temas mais discutidos nas diversas áreas do saber no Brasil, mas só recentemente ela é problematizada como uma instância reprodutiva que expressa as contradições da estrutura material na qual está assentada (NASCIMENTO, 2005). Os modos de vida nas famílias vêm se transformando, em um tempo histórico-cultural, criando novas articulações de gênero e gerações anteriores. Quando a família é submetida à condição tão adversa, que longe de constituí-la em um núcleo de satisfação das necessidades básicas do indivíduo, mal possibilitam que ela atue como fator de proteção contra a indigência e a miséria. Na atualidade essas transformações se apresentam como novos desafios que “colocam em xeque” o caráter universal e único da família a partir do surgimento de novos modelos familiares (SZYMANSKI, 2002, p.12).

Vitalle (2000) explica que a família monoparental, ou melhor, a entidade familiar formada por qualquer um dos pais e seus descendentes, só veio ser reconhecida como forma de família a partir de 1988, com a Carta Magna. Apesar de seu reconhecimento jurídico só ter ocorrido no final da década, essa entidade familiar sempre existiu como realidade, e talvez sua existência como tal seja muito

longínqua do que se possa imaginar. Foi, porém, nas três últimas décadas que a família monoparental afirmou-se como fenômeno social.

Bruschini (1981) em seus estudos chama a atenção para a nova forma familiar, pois retratam também a dura realidade a que estão submetidas essas famílias. Apontam que, embora já houvesse no Brasil um contingente expressivo de famílias chefiadas por mulheres, devem ser pensadas no contexto da rede familiar e assinalada a preocupação de se evitar explicações reducionistas sobre as mesmas. As análises contemporâneas seguem, contudo, um novo tipo de determinismo onde a mulher chefe de família é vista no quadro das estratégias de sobrevivência. Isto é, das respostas à adaptação às condições de extrema pobreza (VITALLE, 2000, p.46).

Famílias chefiadas por mulheres nem sempre devem ser confundidas com famílias monoparentais pois, no sentido atribuído por Vitalle (2000), este conceito nem sempre se aplica. Sobre este assunto a pesquisa de Carvalho (1996) torna-se pertinente para ilustrar tal conceito. Para a autora a denominação chefia de família é reveladora, pois é empregada tão somente quando o homem adulto não está presente, como se a família chefiada por mulheres fosse uma anomalia (CARVALHO, 1996, p. 77). A autora ainda afirma que o real dimensionamento do fenômeno chefia feminino e a comparação entre países, o critério e as definições são utilizados para conceituar família e domicílio. Em alguns países o critério é dado pela indicação dos próprios membros e em outros este processo ocorre por quem mantém a responsabilidade econômica do domicílio. “Domicílios e família são conceitos carregados de diferentes significados, além de desempenhar diferentes funções que variam de acordo com regiões e culturas” (CARVALHO, 1996, p.77).

Com relação à pobreza nem todos os domicílios chefiados por mulheres são necessariamente mais pobres; quando esses domicílios são resultados da tradição e costumes de certas sociedades, eles estão em situação relativamente mais privilegiada do que outros domicílios chefiados por homens (CARVALHO, 1996, p.78). No caso brasileiro, não há como negar as evidências empíricas comprovando que as famílias chefiadas por mulheres predominam entre as famílias mais pobres. Esse predomínio é tão maior quanto mais se move de áreas rurais para urbanas, e destas para áreas metropolitanas. É mais provável que a incidência de família chefiada por mulheres nas regiões mais pobres seja mais o reflexo da pouca

oportunidade econômica da região do que características intrínsecas dos domicílios chefiados por mulheres (CARVALHO, 1996, p.80/81).

Na contemporaneidade em decorrência das transformações ocorridas na sociedade, não podemos falar de família, mas famílias, para que se possa tentar contemplar a diversidade de relações que convivem na sociedade. Pode-se considerar a família um grupo social de acordo com os estudos de Heller (1970) e Berger & Luckmann (1995), composto de pessoas que se relacionam cotidianamente gerando uma complexa trama de emoções. Entretanto, há dificuldades de se definir famílias, cujos aspectos vão depender do contexto sócio cultural em que a mesma está inserida.

Ainda seguindo os estudos de Heller (1970), podemos considerar família como uma construção social variando segundo as épocas, permanecendo, no entanto, o que denominamos de sentimento de pertencimento que se forma a partir de um emaranhado de emoções e ações pessoais, familiares e culturais, compondo o universo familiar. Esse universo do mundo familiar é único para cada família, mas circula na sociedade nas interações com o meio social em que vivem.

A educação repassada à criança de forma bem sucedida pela família é que vai dar suporte a este indivíduo e ao seu comportamento quando adulto, a família foi e será a influência mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade e do caráter das pessoas. A família faz parte do universo de experiência real ou simbólica dos seres humanos no decorrer de sua história. Essa proximidade com a realidade defronta as pessoas com suas próprias questões familiares, recaindo em assuntos particulares próximos à experiência pessoal de cada indivíduo e, por isso, tornam-se cheios de significativos afetivos.

A família remete a sentimentos, identidade, afetividade com significado único para cada ser humano, que estando inserido no seu meio ambiente, integra a cultura do seu grupo social de pertencimento. Estudar família de modo contextualizado considerando a subjetividade de cada ser, cada indivíduo com suas próprias representações de famílias, ou seja, da real à pensada, representações ligadas a concepções, sentimentos, expectativas correspondidas (CARVALHO, 1996, p. 81). Família não é algo concreto, mas algo que se constrói a partir de elementos da realidade vivida. Como explica Kaloustian (2000), a família encontra novas formas



de estruturação que, de alguma maneira, a reconstituem, sendo reconhecida como estrutura básica permanente da experiência humana.

O estabelecimento de vínculos próprios do ser humano e a família como grupo social primário, são o *locus* para a concretização desta experiência. A confiança que o indivíduo tem de que pode estar no mundo e estar entre os outros lhe é transmitida pela sua aceitação dentro do grupo familiar (CARVALHO, 1996, p 83). O sentir-se pertencente a um grupo, no caso a família, lhe possibilita no decorrer de sua vida pertencer a outros grupos sociais (CARVALHO, 1996, 84). Para as famílias das classes consideradas baixas (C e D), marcadas pela pobreza, fome e miséria material e afetiva, o ambiente doméstico representa espaço de privação, de instabilidade e de esfacelamento dos vínculos afetivos e de solidariedade.

As consequências das transformações econômicas a que estão sujeitas as famílias das classes baixas, antecipam a entrada de seus filhos menores para o espaço da rua, em muitos casos o abandono da escola e o trabalho precoce com o objetivo de ajudar no rendimento familiar mensal. Essa situação, inicialmente temporária, pode se estabelecer à medida que as relações na rua se fortalecem, ficando o retorno desses jovens ao convívio sócio familiar cada vez mais distante.

No processo de pesquisa, o que se desvelou também foi a precocidade com que muitas famílias introduzem seus filhos no mercado de trabalho, o que contribui para o desenlace de vínculos afetivos e como consequências tornam-se cada vez mais vulneráveis. A questão dessas famílias pode parecer como uma lacuna mais cruel quando seus filhos encontram nas ruas situações de violência, drogatização, alcoolismo e para as meninas a prostituição, muitas vezes a gravidez precoce e como resultado o aumento do núcleo familiar.

Percebe-se que para essa família a perda ou o rompimento dos vínculos produz sofrimento e leva, no caso das adolescentes que engravidam precocemente, à descrença de si mesmo, tornando-as frágeis e com baixa auto-estima. Este descrédito as conduz ainda a se desfazer do que pode haver de mais significativo para o ser humano: capacidade de amar, de respeitar e de proteger, incorporando a idéia de sentimento desagregador à medida que são rejeitadas no seio familiar e passam a desenvolver seus papéis sociais de mães de forma precária e sem reconhecimento para a comunidade que as cercam. Em muitos casos abandonam essas crianças à própria sorte por não poderem contar com a solidariedade do grupo

de origem. Comprometem seus destinos, pois não possuem uma pessoa de referência para contribuir com sua educação.

### 3.4 MATERNIDADE: A CONDIÇÃO SOCIAL FEMININA

Desde as mais longínquas épocas, a crença de que gerar a vida faz parte da natureza da mulher tornou a maternidade intrinsecamente vinculada à identidade feminina. A imagem de mãe e mulher já se apresentavam indissociadas, contribuindo para que, historicamente, a maternidade tenha sido considerada uma vicissitude biológica, isto é, uma decorrência natural e inevitável à condição feminina (SOUZA & FERREIRA, 2005, p.19).

A maternidade surge, então, como um momento privilegiado que possibilita à mulher refazer suas próprias representações do que é ser mãe, bem como reviver as próprias experiências de filhas, colocando em destaque seus medos, anseios, temores e, por conseguinte, redefinindo seus valores, sua estima e suas identidades (SOUZA & FERREIRA, 2005, p.20).

As autoras informam ainda que tais representações, adquiridas culturalmente, constituem, durante a gestação, uma imagem idealizada sobre o que é ser mãe e o que é ser filho, e após o parto passam a fazer parte de uma realidade concreta. Em outras palavras, descrevem que a condição da maternidade leva à mulher a incorporar as representações de mãe e de filho que ela desenvolveu e que irão contribuir para a constituição de sua própria identidade materna.

Santos (1998) informam que no senso comum costuma-se pensar e afirmar, com muita naturalidade, que o amor materno não é um sentimento inato a natureza feminina. Diante disso, toda e qualquer mulher deveria vivenciar tal sentimento, independentemente da cultura ou das condições objetivas e subjetivas vivenciadas. Diante do abandono dos filhos pelas mães, dirão alguns é a ausência do amor materno uma anomalia ou um desvio feminino, pois uma mulher normal não abandona ou abre mão do seu filho, passa privações, riscos, mas não o deixa (SANTOS, 1998, p.102).

Esse discurso vai se reproduzindo ou se repetindo no senso comum, sendo reforçado pela moral burguesa que impregna o espaço público e privado de forma harmônica, lançando nas mulheres que efetivamente não podem ou não desejam

maternar seus filhos o sentimento de culpa e do dever de manter a qualquer custo, sobretudo para a criança, o filho sob seus cuidados (SANTOS, 1998, p.104). Tais pensamentos nos remetem aos estudos de Badinter (1985), a excelente pesquisa histórica realizada por esta autora, na qual afirma que “o amor materno é apenas um sentimento humano como outro qualquer e como tal incerto, frágil. Pode existir ou não, pode aparecer ou desaparecer, mostrar-se forte ou frágil, preferir um filho ou ser de todos”. Portanto, não é um sentimento que esteja inscrito na natureza feminina.

Em uma investigação minuciosa sobre o comportamento feminino nos séculos XVII e XVIII, Badinter desvenda a diversidade desse comportamento em relação aos filhos e vai mostrar, com base numa farta documentação histórica, que o amor materno pode existir ou não, dependendo da época e das circunstâncias materiais em que vivem as mães. Também, e principalmente, “que este amor não existe em toda mulher, em todos os lugares e épocas” (BADINTER, 1995, p.146) como se pretende fazer crer a moral burguesa, principalmente a partir de meados do século XIX.

Observa Badinter que o amor materno, na forma como é entendido hoje, é produto da evolução social a partir do século XIX. Nos dois séculos anteriores, as crianças eram normalmente entregues desde o nascimento às amas, para por estas serem criadas, só retornando ao lar, (quando sobreviviam e retornavam) depois dos cinco anos. Ainda sobre a pesquisa de Badinter, a autora revela que na França dos séculos XVII e XVIII, a morte de crianças era coisa banal, dos bebês confinados às babás, uma entre quatro não ultrapassava a etapa do primeiro ano de vida.

É com base nesse contexto que Badinter (1995) afirma que o hábito tão frequente nas diferentes classes sociais dos dois últimos séculos, de entregar os filhos às amas de leite, é um infanticídio disfarçado. “Sobretudo quando, somos tentadas a pensar que se todas essas crianças tivessem sido conservadas pelas mães, ainda que por um ou dois meses, antes de serem abandonadas ou confinadas às babas, quase um terço delas teria sobrevivido. (BADINTER, 1995, p. 143).

Será somente a partir do final do século XVIII que se lançará mão, à luz do *Émile* de Rousseau, de argumentos que convocam as mães para sua atividade “instintiva”. E como nos relata Badinter, “será preciso apelar ao seu senso de dever,

culpá-la e até ameaçá-la para reconduzi-la à sua função matritícia e maternante, dita natural e espontânea (BANDINTER, 1995, p.144). É, portanto, impondo às mulheres a obrigação de ser mãe, antes de tudo, que se engendrará o mito do amor materno espontâneo e intrínseco a elas.

Santos (1998) relata que não se pretende com tais considerações, negar a existência do sentimento materno ou a inexistência em todos os tempos, porém quer mostrar que ele não é novo em relação aos dois séculos precedentes, é a exaltação do amor materno como um valor ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie e à sociedade. Igualmente nova é a associação das duas palavras, “amor” e “materno”, que significa não só a promoção do sentimento, como também a da mulher enquanto mãe (SANTOS, 1998, p. 105).

Desse modo, será sob a influência do discurso moralizador de Rousseau, de médico e outros pensadores do período, que se desenhará uma nova imagem de mãe, cujos traços irão se acentuar a partir do século XVIII. Como nos diz Badinter, “a era das provas de amor começou. O bebê e a criança transformam-se nos objetos privilegiados da atenção materna. A mulher aceita sacrificar-se para que seu filho viva, e viva melhor, junto dela” (BADINTER, 1985, p. 202).

Santos (1998) acredita que as considerações precedentes tiveram como finalidade apontar, ou melhor, desvendar o fundamento sociocultural e histórico na construção de um padrão de comportamento e sentimentos, que passam a ser veiculados pela ideologia dominante como sendo verdades absolutas e atributos da natureza humana feminina ou masculina. Para a autora importa agora afirmar a importância de outra distinção, e mais uma vez, entre um fenômeno natural e biológico e outro de natureza social. Trata-se da distinção entre maternidade e maternagem. Cabe observar, segundo a autora, que a maternidade se estabelece como fato exclusivamente biológico e a maternagem se forja no universo relacional, intencional entre mãe e filho. (SANTOS, 1998, p. 103).

Para Santos a maternidade diz respeito à procriação. A maternagem se inscreve no âmbito socioafetivo da criação dos filhos. Portanto, a primeira é da esfera do biológico, e a segunda do social. O desejo e a necessidade de vivenciar a maternidade não implicam, necessariamente, o desejo de exercer a maternagem, sendo esta, muitas vezes, integralmente transferida a terceiros: avós, tias e irmãs; hoje estas pessoas estão incumbidas destas funções. Como se observa na

sociedade contemporânea e, principalmente no Brasil, em se tratando de classes com baixo poder aquisitivo. O desejo ou a necessidade de gerar um filho pode ser resultante, ainda que conscientemente, da pressão social que impõe às mulheres a assunção do papel de mãe, conforme modelo ideal traçado desde Rousseau e que subentende a identificação absoluta entre o ser mulher e/ou ser mãe. Assim, um só pode se realizar no outro (SANTOS, 1998, p.103).

Os casos de maternidades não desejadas ou acidentais também dificilmente poderão resultar num processo positivo de maternagem, e tendem a produzir situações familiares problemáticas com repercussões negativas para os filhos, na medida em que, não existindo o desejo de exercer efetivamente a maternagem, fica comprometido o estabelecimento de vínculos afetivos e parentais positivos e formadores de adultos saudáveis (SANTOS, 1998, p. 104).

Trazendo essa discussão para o âmbito da maternidade na adolescência, percebe-se que muitas adolescentes impossibilitadas de manter ao seu lado o filho, seja por precárias condições de vida, ou por não desejar maternar a criança que acidentalmente gerou, vêm sendo socialmente pressionadas a assumi-la, independentemente dos prejuízos que isso possa acarretar para a criança. Encontra-se por trás do discurso moralizador que cobra dessas meninas o dever da maternagem, o mito do amor materno e um determinado e idealizado perfil de mulher.

A vergonha e o medo de desafiar esse mito, e a pressão social dele decorrente, têm levado muitas mulheres a preferir abandonar sorrateiramente suas crianças com alguns parentes, ou repassar seus cuidados a terceiros, que não compõem o quadro familiar destas a fim de não ter de abrir mão voluntariamente do pátrio poder. Torna, assim, pública a sua ausência de instinto, condição material ou afetiva para exercer a maternagem (SANTOS, 1998, p.105).

Ainda Santos, nessa perspectiva, a situação de abandono social em que se encontram as famílias brasileiras de baixa renda ou sem renda, determinada pelo modelo político e econômico adotado no país e por seu histórico descaso com as políticas sociais públicas, não é fator considerado, mas estrategicamente obscurecido, nos discursos que são dominantes em nossa sociedade e que influenciam consideravelmente o imaginário social e o comportamento popular. É nesse contexto que se forjam e se reproduzem os preconceitos e os mitos, necessários, enquanto mecanismos de controle social (SANTOS, 1998, p.107).

Ao tratar da presença do mito do amor materno na formação social do Ocidente, Badinter faz a seguinte indagação, ao se referir às mulheres francesas de classes abastadas dos séculos XVII e XVIII, e que, portanto, não enfrentavam impedimentos de ordem material para maternar seus filhos: “Que pensar dessas mulheres que tinham todos os meios para criar os filhos junto de si, e amá-los, e que durante séculos não o fizeram?”. Naturalmente essa indagação trás embutida a crítica do mito do amor criado em torno do amor materno, na medida em que constata a variabilidade cultural desse sentimento que, como qualquer outro, é adquirido, pode existir ou não (SANTOS, 1998, p. 108-9).

### 3.5 APROXIMAÇÕES AO CONCEITO DE ADOLESCÊNCIA

O conceito de adolescência amplamente aceito foi definido pela Organização Mundial de Saúde (OMS). De acordo com essa organização, a adolescência corresponde a um período em que o indivíduo passa do ponto do aparecimento inicial dos caracteres sexuais secundários para a maturidade sexual, os processos psicológicos do indivíduo e as formas de identificação evoluem da fase infantil para a adulta, a transição do estado de dependência econômica total passa a outro de relativa tendência (MUSSEN, 1995, p.27.).

No entanto, Carjaval (2001) considera o período de adolescência como aquele compreendido entre 10 e 20 anos. A primeira leitura da definição em foco revela sua intenção essencial de contemplar as dimensões biofisiológica, psicológica e econômica que levam o sujeito humano do estado infantil ao adulto. Psicologicamente a adolescência é vista como a fase compreendida entre a puberdade e a idade viril. (CARJAVAL, 2001). É provável que a dificuldade de ter uma definição mais coesa resida no fato de a saúde não possuir nenhuma espécie de teoria própria no interior da qual seus objetivos possam ser devidamente conceituados.

Em virtude disso, impõe-se a tarefa de proceder a um exame dos campos de conhecimento tangenciais ao da saúde que fornecem subsídios à formulação de sua idéia de adolescência (MUSSEN, 1995). A adolescência constitui, portanto, um processo fundamentalmente biológico de vivências orgânicas, no qual se aceleram o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade. Abrange a pré-

adolescência, cuja faixa etária vai de 10 a 14 anos, e a adolescência propriamente dita dos 15 aos 19 anos, conforme a OMS.

Como explica Carjaval (2001, p.17), adolescência é o momento em que o adolescente passa por um verdadeiro estágio de metamorfose, cujo sentido é transformar a criança em adulto. O conjunto de transformações fisiológicas que anuncia o amadurecimento dos órgãos sexuais e o início da adolescência, também descrita como puberdade, é, sem dúvida, um dos aspectos mais importante da adolescência, e quando se manifesta há mudanças físicas tão rápidas e intensas que é impossível não notá-las.

Diversos são os parâmetros para identificar os limites que definem adolescência. Por faixa etária identifica-se adolescência como uma atitude cultural, ou ainda, uma postura do ser humano durante uma fase de seu desenvolvimento, que deve refletir as expectativas da sociedade sobre as características deste grupo. A adolescência é, portanto, um papel social, e esse papel social de adolescente parece sempre ter sido simultâneo à puberdade. Atualmente temos visto cada vez mais precocemente, crianças assumirem papel social de adulto e estes, por sua vez, cada vez mais precocemente assumirem o papel social de adultos.

E dando asas à imaginação, parece, salvo melhor juízo, que essa adolescência precoce tem arrastado consigo a puberdade precoce. Já não se pode explicar a adolescência apenas como sendo fruto da interferência do biológico humano (puberdade) no papel social da pessoa, mas, muito pelo contrário, vamos acabar tendo de explicar a puberdade precoce de crianças como a interferência do panorama social no biológico humano (CARJAVAL, 2001, p.20).

Psicologicamente, a adolescência é definida como um período em que irá ocorrer uma extensa reorganização da personalidade, que terá como resultado novas mudanças maturacionais, atravessadas por suas etapas e crises. Trata-se, em última instância, de um grupo de fenômenos que eclode num momento da vida e que tem um processo e um desenvolvimento finito, para dar lugar a comportamentos, condutas e fenômenos característicos da idade adulta. Carjaval (2001, p.74) demonstra que essas etapas são acompanhadas por crises, considerando que adolescência, em etapa puberal, é aquela onde se inicia o processo da adolescência e se caracteriza fundamentalmente por um rompimento maciço com os fenômenos infantis e um isolamento do mundo externo.

Na etapa nuclear caracterizada pela instalação efervescente das características que em geral damos a adolescência, tais como a grupalização, a liderança. E finalmente a etapa juvenil que consiste no período de transição do modelo de funcionamento essencialmente adolescente para um comportamento similar do adulto (CARJAVAL, 2001, p 41). Quanto aos aspectos sócio culturais, a adolescência é definida como período de vida durante o qual a sociedade em que está inserida não mais a encara como criança, tampouco lhe confere plenamente o status de adulto, isto é, a responsabilidade e o poder de tomar as suas próprias decisões. Uma análise do prisma sócio histórico verá, conforme os estudos de Áries (1981, p.23), que o reconhecimento das categorias crianças e adolescentes enquanto possuidoras de especificidades biológicas e psíquicas foram muitas vezes lentas e tortuosas, não havendo, portanto, nos séculos passados um interesse maior por essas categorias.

O adolescente contemporâneo vive em uma sociedade cujos valores éticos são demarcados pelo consumo, pela tecnologia, um mundo marcado por contradições étnicas, religiosas, políticas e, talvez a mais cruel, a sócio cultural, onde o crime, a corrupção, tornam-se o caminho mais fácil para sua inserção social. Essa influência, portanto, acaba afetando valores básicos do ser humano como a dignidade e o respeito para si e para com os outros, sendo estes substituídos por atitudes e comportamentos negativos pelo quais passam os adolescentes nas últimas décadas, tais como a violência e o desestímulo pela educação.

### 3.6 O ADOLESCENTE E A SEXUALIDADE

Segundo Castro (2004), sexualidade é um conceito em disputa, historicamente e dependendo do olhar informado, da área de conhecimento, dos atores em suas evidências e ideários, toma acentos particulares quanto a referência ao sexo, o que se confunde com distintos construtos de vida. A autora informa ainda, que uma das primeiras formas de classificação no mundo social diz respeito ao sexo das pessoas. A palavra sexo, contudo, pode variar, ter vários sentidos superpostos: ela pode designar o formato físico dos corpos, mas também a atividade sexual. A sexualidade é uma das dimensões do ser humano que envolve gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução. É



experimentada ou expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, atividades, práticas, papéis e relacionamentos (CASTRO, 2004, p.69).

No período compreendido entre o final do século XIX e meados do século XX, vários autores dedicaram a repensar a sexualidade a partir de novos e diferentes paradigmas (CASTRO, 2004). Estudiosos como Giddens (1993) e Almeida (2002) apontam que o conceito de sexualidade só foi possível ser construído no momento em que, na Idade Moderna, a focalização da individualidade se estrutura como constituinte da organização da sociedade capitalista. Para Áries (1981), o conceito de família nuclear, de adolescência, a universalização da escola e as modificações sobre o ensino são algumas das mudanças que a modernidade constituiu.

Contudo, como objeto de estudo em diferentes áreas do conhecimento, a sexualidade era inserida num campo de preocupações associado à regulamentação da reprodução biológica e social das populações (CASTRO, 2004, p.75). A preocupação com a individualidade foi, paralelamente, estruturando saberes sobre identidade e sexualidade. A segunda metade deste século foi marcada por, pelo menos dois importantes eventos que deram novos impulsos para os estudos sobre sexualidade, bem como aos seus sistemas de práticas e representações sociais. O desenvolvimento de métodos contraceptivos que rompe com a associação, até então existente, entre o exercício da sexualidade e a reprodução da espécie (CASTRO, 2004, p.77).

Almeida (2002) informa que a sexualidade marca todos os momentos da vida humana, estando presente desde o nascimento à velhice, sendo considerada a energia de vida, expressão do desejo, da escolha e do amor. É uma forma de comunicação entre os seres humanos, não se limitando somente à possibilidade de obtenção do prazer genital, advindo dos órgãos genitais, mas como tudo que diz respeito ao corpo, seus prazeres e suas dores. Para Giddens (1993) é uma manifestação mais ampla, e por isso vai mais além do que a atividade sexual entre duas pessoas. Ela precisa ser compreendida como uma expressão afetiva sexual que influencia o pensar, o sentir, o agir e o interagir, estando diretamente ligada à preservação da saúde física e mental de cada ser humano. A sua vivência engloba aspectos afetivos, eróticos e amorosos, relacionados à construção da identidade, à história de vida e a valores culturais, morais, sociais e religiosos de cada um (ALMEIDA, 2002, p.108).

De maneira geral, os relacionamentos, o equilíbrio emocional e a manifestação de sentimentos do indivíduo adulto dependem da evolução da sexualidade durante as etapas da infância e da adolescência. O adolescente experimenta a sua sexualidade na rapidez, na leveza e na diversidade. A expressão da sexualidade envolve múltiplas dimensões da experiência humana, como aspectos biológicos, afetivos, sociais e culturais (Giddens, 1993). Na adolescência, ela se abre para a dimensão do sexo propriamente dito. Isto significa adaptar-se ao novo corpo, às novas sensações e tensões, que o colocam diante de situações novas. É uma fase muito dinâmica e sua complexidade reside na característica de que, ao mesmo tempo em que o adolescente está voltado para si mesmo, como uma forma de reconhecer-se, também está envolvido com a tarefa de identificar-se socialmente com o grupo, buscando o reforço necessário para assegurar-se de sua pessoa (GIDDENS, 1993, p.32/33).

A adolescência é um período de vida típico e conhecido como a fase da autoafirmação. Portanto, a vivência da sexualidade e a forma como ela evolui é de extrema importância para os relacionamentos, o equilíbrio emocional e a manifestação dos sentimentos do indivíduo adulto (GIDDENS, 1993). O desenvolvimento da sexualidade acontece durante toda a vida do indivíduo e a maneira como ela se desenvolve pode variar conforme a cultura, a época e as pessoas. É a partir deste conhecimento das diferenças que se criam as idéias sobre o que é masculino e feminino. No entanto, ao pensar desta maneira, construímos condições para selecionar, incluir ou excluir. O que vem reforçar a idéia que a organização social da sexualidade é dinâmica, pois o que se pensa sobre sexo em uma sociedade pode não existir em outras (GIDDENS, 1993, p.35).

Entretanto, segundo Almeida (1993) vale ressaltar que a adolescência é um momento decisivo no desenvolvimento sexual humano, pois é nela que a sexualidade se genitaliza, ocorrendo intensas transformações biopsicossociais que dão ao adolescente a possibilidade de repensar identificações e aquisições anteriores, reestruturando a própria identidade. Ao longo dos tempos, a sociedade vem, pouco a pouco, se familiarizando e compreendendo as diferentes formas de expressão da sexualidade durante o decorrer da vida. Com o objetivo de obter prazer. Segundo a maioria dos especialistas, durante os três primeiros anos de vida, a criança assimila um esboço básico do que é ser homem ou mulher, estabelecendo

a noção de si próprio, ou o sentimento de pertencer a um ou outro sexo (ALMEIDA, 1993, p.110). Aos 10 – 12 anos, com o início da puberdade, os adolescentes dirigem sua atenção ao sexo oposto. O contato em grupo com adolescentes de outro sexo, o “rolo” e o ‘ficar’ são fundamentais para o desenvolvimento do seu papel afetivo e sexual. Igualmente importante, são as relações que ele estabelece com amigos do mesmo sexo, como forma de se proteger do contato com o sexo oposto, que, por ser muito desejado, é temido, em função da timidez e insegurança, comuns nesse momento de transição (CASTRO, p.79).

Para Castro (2002), o adolescente começa a definir lentamente sua identidade sexual por meio do aprendizado decorrente das experiências dos relacionamentos com ambos os sexos, no decorrer da infância e adolescência, sendo definida mais claramente ao alcançar a maturidade. A adolescência é um período de vida típico e conhecido como a fase da auto-afirmação. Portanto, a vivência da sexualidade e a forma como ela evolui é de extrema importância para os relacionamentos, o equilíbrio emocional e a manifestação dos sentimentos do indivíduo adulto.

Na atualidade a adolescência vem ocupando, nas últimas duas décadas, um lugar de significativa relevância no contexto de grandes inquietações que assolam a comunidade mundial, tanto no campo da educação quanto da saúde, contribuindo, em especial, a preocupação com problemas que vêm atingindo os jovens de todo o mundo, como saúde sexual e reprodutiva, a gravidez precoce entre outros (CASTRO, 2002). No Brasil a saúde reprodutiva e os direitos dos jovens vêm gradativamente despertando interesse de pesquisadores e gestores de políticas. Pesquisas realizadas por Berquó (1986) mostram que os jovens vêm iniciando a vida sexual muito mais cedo. Para a autora a juventude é um momento em que a experimentação da sexualidade vai possibilitar uma estruturação de sua

Reconhecer a sexualidade como construção social assemelha-se a dizer que as práticas e desejos são também construídos culturalmente dependendo da diversidade de povos, concepções de mundo e costumes existentes, mesmo quando integrados em um só país, como ocorre no Brasil (BERQUÓ, 1986, p.62).

A juventude é também ciclo decisivo para a demarcação de diferenças de gêneros no campo de identidade. Tais diferenças podem potencializar criatividade,

singularidade, como podem tender a reproduzir divisões sexualizadas com conotações de assimetria e desigualdade (CASTRO, 2002).

### 3.7 A ADOLESCÊNCIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

No contexto da sociedade brasileira contemporânea a adolescência vem ocupando lugar de destaque à medida que vem expressando de forma maciça os grandes dilemas éticos, sociais e políticos de nosso tempo. Tal debate encontra-se pautado, por um lado, no relacionamento da sociedade em relação à necessidade de proteção dos adolescentes, considerados que são seres em desenvolvimento e sujeitos de direitos. Por outro lado, há uma demanda que vem sendo colocada na agenda das políticas sociais e pela pontuação explícita que a execução de tais políticas deve estar orientada para a lógica da proteção integral, conforme versa o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo princípio da integralidade como preconiza a política de saúde, além dos princípios da equidade e da universalidade (CASTRO, 2002).

Diante deste quadro, torna-se preocupante a situação dos adolescentes que se encontram em formação e em busca de inserção social. Por isso considera-se importante tratar de assuntos levando em consideração os aspectos referentes a mercado de trabalho, violência, prostituição infanto-juvenil, gravidez precoce, educação e saúde, e que se tornam mais significativos quando se trata da adolescência. Note-se que à medida que tais situações não encontram respostas no âmbito das políticas sociais, ou encontram somente respostas pontuais e fragmentadas, portanto, não consequentes, está se comprometendo tanto o futuro desta geração como o das subsequentes. Deste modo, se desenha um país cada vez mais desigual e violento.

A mídia tem chamado atenção da sociedade para os fenômenos da gravidez, trabalho infantil, delinquência juvenil entre outros, contribuindo para o aumento das denúncias. Nos últimos anos, periodicamente, programas de televisão, jornais locais e nacionais apresentam com indignação tais fatos. No decorrer do ano de 2008 várias pesquisas foram realizadas com a intenção de mostrar como os adolescentes estão sendo vistos na sociedade contemporânea.

Em março de 2008, pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), com o título de “Planejamento Familiar: desinformação é a maior barreira”, mostrou que é bem menor o número médio de filhos que a mulher brasileira possui durante a sua fase reprodutiva. A taxa de fecundidade em 1970 era em média de 5,8 filhos. Trinta anos depois, em 2000, a média caiu para 2,3 filhos. Nesse tempo, surgiram novos métodos contraceptivos, como a pílula anticoncepcional, e as mulheres conquistaram sua independência profissional e financeira, com a entrada em um mercado de trabalho antes dominado pelos homens (O Diário do Pará- março de 2008).

Toda essa evolução feminista mudou consideravelmente o planejamento familiar das brasileiras, e das paraenses em particular. Hoje, são elas que decidem como se proteger e quantos filhos terão. Apesar de tais esforços, principalmente nas classes mais pobres, ainda existem problemas como gravidez por falta de prevenção e de informação, principalmente entre jovens e adolescentes. Novamente em 2008, em outra pesquisa do IBGE, o Pará ocupou o segundo lugar no ranking de estados que possuem percentagem de adolescentes que já são mães, com 26,8%. (O Diário do Pará- março de 2008).

Já em novembro de 2008, novamente o Pará é manchete na imprensa, sob o título “Mães estão cada vez mais jovens”, a notícia resulta de pesquisa da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que mostra que uma em cada quatro jovens da América Latina é mãe antes de completar 20 anos. Mostra também que a região Norte não apenas tem o segundo maior índice de gravidez na adolescência no mundo, como ele vem subindo em vez de declinar. A taxa de mães jovens na região chega ser de mais de 40% acima dos índices entre as mulheres em geral, alcançando 76,2% por mil. O documento produzido a partir desta pesquisa chama-se “Juventude e coesão social na América Latina”, que aponta para um cenário ainda difícil para os jovens latino-americanos apesar do melhor acesso à educação: e ao emprego, sem qualidade, a pobreza e a violência mantêm as desigualdades sociais da região (O Diário do Pará - novembro de 2008)

De acordo com o relatório da CEPAL, o número de adolescentes grávidas na América Latina caiu até o final da década de 1980. Desde então, voltou a crescer. No Brasil, mostra o estudo, 14,8% das jovens até 19 anos tinham filhos em 2000. Dez anos antes, eram 11,5%. O crescimento foi maior entre as mais pobres. Enquanto na porção mais rica da população a taxa de fertilidade se manteve estável

em torno de 20 adolescentes grávidas por mil, na parcela mais pobre subiu de 120 por mil para 155 por mil. Ainda segundo a CEPAL, o fato das jovens estarem iniciando sua vida sexual mais cedo não é uma explicação convincente para o alto número de jovens grávidas. A educação também é alvo de críticas por parte da CEPAL. Apesar de reconhecer os avanços quantitativos que ajudaram a incluir no sistema educacional a maior parte dos jovens latino americanos, o relatório lembra não apenas que a educação é ruim, como a acusa de manter as desigualdades, especialmente no caso do ensino médio.

A falta de pertinência e relevância dos currículos além da escassez de conhecimentos importantes para o exercício da cidadania afeta em particular os jovens para quem a educação é a única ferramenta que os permitiria ascender a um emprego digno (Relatório CEPAL-2008).

Além dos currículos ruins, a diferença de qualidade entre as escolas termina por repetir os padrões de desigualdades tão comuns na região. O desenho comum dos sistemas educacionais os transforma, paradoxalmente, em uma estrutura desigual e diferenciadora de oportunidades para os jovens, especialmente os mais excluídos. (Relatório CEPAL-2008). Outro aspecto abordado no decorrer do ano de 2008 informa sobre a questão dos registros de nascimento de filhos de mães adolescentes, principalmente com idade inferior a 20 anos.

Em 2006 permaneceu praticamente estável, quando 20,5% dos nascimentos eram de filhos de mães dessa faixa etária, em relação a 2005 que foi de 20,7%, mais ainda está acima do percentual observado em 1996, era de 19,9%, segundo mostra a pesquisa de Registro Civil 2006, divulgada pelo IBGE. (O Diário do Pará- 2008). A pesquisa informa ainda que a única região brasileira a mostrar aumento no percentual de filhos de grávidas adolescentes foi a região Norte com 24,8% em 2005 e 25,4% em 2006. O estado do Pará aparece com a maior proporção de registros de nascimento em mães menores de 20 anos. Quanto ao registro de nascimento tardio o Pará também lidera as estatísticas nacionais.

Pesquisa realizada pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) no final de 2008, desenvolvida com o objetivo de demonstrar o perfil brasileiro dos estados que possuem quadros críticos de violência e prostituição infanto-juvenil. O estado do Pará ocupa a quarta posição no quadro brasileiro dos estados que mais possuem pontos considerados críticos em relação à violência e prostituição de adolescentes

em todo Brasil.

Segundo a PRF, o Pará possui 135 dos 1.918 locais de prostituição de adolescentes, perdendo somente para Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Nesses locais os crimes sexuais, a violência contra crianças e adolescentes ocorre livremente. O estudo também mostra o crescimento do problema em 2006; o órgão havia localizado apenas 19 locais de crimes sexuais contra adolescentes em municípios paraenses, um número dez vezes menor. A pesquisa mostrou ainda que os locais onde esses crimes acontecem com mais frequência, são locais onde o fluxo diário de pessoas é intenso, como os postos de combustíveis, restaurantes, bares e hotéis nas margens das rodovias federais, além de locais próximos a postos fiscais. Dos pontos localizados em todo Brasil, 45% estão em áreas urbanas e 31% se situam em áreas rurais. Grandes partes desses pontos está localizada em municípios pobres (PRF-2008).

Portanto, a pesquisa apresentada mostra uma velha chaga social que se espalha cada vez mais por toda a região brasileira e ocupa o território paraense, começando a se aproximar dos grandes centros urbanos, a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais de todo país. No estado do Pará, onde existe um grande fluxo migratório, este tipo de crime começa a se fortalecer e se mostrar presente na Região Metropolitana de Belém (RMB), há tempo destaca-se nos municípios, onde a situação dos órgãos públicos é restrita (PRF-2008). Dados importantes também foram levantados com referencia ao perfil dos jovens: quanto ao sexo, ambos os sexos estão envolvidos, a menor idade constatada foi 14 anos; mais de 20% entre os que se prostituíam, eram mulheres com menos de 18 anos. Ao todo, 5% eram homens, também com idade inferior a 18 aos. Desse, 80% usam o sexo para prover o sustento da família.

As condições vêm se mostrando desfavoráveis para as famílias, no que pese ao adolescente mais ainda, porque as oportunidades junto ao mercado de trabalho, educação e saúde ficam mais distantes. Muito embora alguns avanços venham ocorrendo com o reconhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), da irregularidade do trabalho infanto-juvenil, e também pelas diversas formas de combatê-lo, ainda é muito pertinente em nosso país os altos índices. Isso demonstra que a criança e o adolescente continuam sendo utilizados como mão-de-obra barata pela classe empresarial, e pela própria família como meio de garantir alimento para o

grupo.

O aspecto educação fica também comprometido considerando as condições desfavoráveis para o bom desempenho escolar, como o cansaço, a fadiga, levando muitos à repetência ou até à desistência da escola, pois não conseguem conciliar a dupla jornada diária (estudo/trabalho). Do que se observa na sociedade como um todo, demonstram o quanto é precário e deficiente o ensino brasileiro, trazendo prejuízo especialmente para o adolescente que utiliza o ensino brasileiro. Contudo, embora a sociedade nos dias atuais tenha procurado atender a infância e a adolescência através da garantia de seus direitos, crianças e adolescentes, principalmente em países como o Brasil, vivem a maioria, em condições de subumanidade, descaso e exploração.



## CAPÍTULO 4

### A PESQUISA ETNOGRÁFICA: um cotidiano (de) assistido

#### 4.1 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

A gravidez na adolescência é, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), aquela que envolve a população até 19 anos. No entanto tal conceito recebe críticas, tanto pelo limite de idade a que circunscreve adolescência (10 a 19 anos), quanto pela ênfase em características do que seria o curso da vida de pessoas em tal ciclo (CASTRO, 2004, p.127). Romero (1991, p.18) considera que o tema deve ser contextualizado, pois a categoria gravidez na adolescência “em alguns cenários nem mesmo faz sentido”. Para Castro (2004), o conceito de gravidez juvenil é mais amplo, uma vez que compreende adolescentes e jovens.

Portanto, como indica Romero (1991), entende-se por gravidez na adolescência aquela que ocorre durante os dois primeiros anos descritos como a menarca (marca os dois primeiros anos ginecológicos zero da vida da mulher), ou quando a adolescente mantém total dependência social e econômica da família (ROMERO, 1991, p.20). No Brasil, como no mundo inteiro, há um aumento da incidência de gravidez na adolescência, tendendo a incrementos maiores nas idades maternas mais baixas (ROMERO, 1991, p.23). No entanto, Corrêa (1996, p.66) salienta que, mesmo que o número de adolescentes grávidas tenha aumentado, a taxa de gravidez na adolescência permaneceu praticamente a mesma. As razões pelas quais as adolescentes engravidam cada vez mais e em idade mais precoce são múltiplas.

Segundo Romero (1991, p.40/41), entre os motivos mencionados pelas adolescentes sobre a falta do uso de métodos contraceptivos, está a pouca informação a respeito da contracepção e da reprodução, bem como sobre o uso correto dos métodos anticoncepcionais. Em geral, adolescentes provenientes de famílias de classes baixas, de pouca instrução, cujas mães tiveram precocemente seu primeiro filho, correm um risco maior de engravidar. Ainda, famílias com histórias de violência e uso de drogas. Aquelas meninas que possuem baixo rendimento escolar também constituem um grupo de risco (ROMERO, 1991, p.26)

Romero (1991, p.29) afirma que a gravidez na adolescência é uma crise que se sobrepõe à crise da adolescência. Para a adolescente, o evento da gravidez pode estar relacionado com uma tentativa de enfrentar qualquer uma de suas tarefas evolutivas (CORRÊA, 1993, p.70). Segundo este autor, em muitos casos existe um desejo inconsciente, ou mesmo consciente, de engravidar. De acordo com Romero (1991, p. 33), o desejo de ter um bebê pode estar ligado a determinados fatores como: solidificar o relacionamento com o parceiro, ter alguém para brincar, adquirir independência, demonstrar uma atitude rebelde contra a família ou libertar-se de um ambiente familiar abusivo.

Para Castro (2004), as mulheres mais jovens estão se posicionando de forma singular em fase de tais processos e não necessariamente com uma orientação considerada moderna, uma vez que a desejada separação entre sexualidade e reprodução não se dá, pois elas estão gerando inclusive, relativamente, mais filhos que as mulheres com idade superior a 20 anos. A gravidez entre jovens se torna visível justamente em tempos de queda de fecundidade e não necessariamente seu crescimento está restrito a países de baixo índice de desenvolvimento, ainda assim, se faz necessário destacar que as taxas de fecundidade entre as jovens que vivem em regiões consideradas desenvolvidas com altas taxas de escolarização tendem a ser menores que as jovens de escolarização mais baixa (ROMERO, 1991, p.34).

Entretanto, Vitalle & Amâncio (1992, p.37) salientam que os riscos associados a esse fenômeno não são resultado das condições fisiológicas e psicossociais intrínsecas à adolescência, mas estão ligados a fatores sócio demográficos (pobreza, educação deficiente e pré-natal inadequado), que aumentam os riscos da gravidez e maternidade precoce. Uma gravidez na adolescência provocaria mudanças maiores ainda na transformação que já vinha ocorrendo de forma natural. Neste caso, muitas vezes a adolescente precisaria de um importante apoio do mundo adulto para saber lidar com esta nova situação. São boas as palavras de Vitalle & Amâncio (1992, p.39-40), segundo as quais a utilização de métodos anticoncepcionais não ocorre de modo eficaz na adolescência, inclusive devido a fatores psicológicos inerentes ao período em questão.

Para Mioto (2001, p.130), a gravidez na adolescência, no contexto da saúde, vem sendo cada vez mais tematizada no âmbito dos chamados direitos sexuais reprodutivos. A idéia de direitos reprodutivos está vinculada à luta das mulheres em

relação à busca de autonomia, na qual a apropriação do próprio corpo e das vivências no campo da reprodução e da sexualidade tornaram-se fundamentais. A discussão desses direitos na esfera da cidadania, ao lado dos direitos classicamente definidos (civis, políticos e sociais) vem trazendo a necessidade de novos direitos legais e sociais e tem criado uma nova agenda no exercício dos direitos políticos. Ao mesmo tempo trazem para a arena da democracia os temas da vida cotidiana e assim, contribuem para a humanização da esfera pública (MIOTO, 2001, p.132).

Ressalta Mito (2001) que a gravidez na adolescência, além de ser problemática para a trajetória de vida de jovens, torna-se um problema social, levando em conta a precariedade dos serviços de saúde, quer para o atendimento pré e pós-natal, quer para os partos e quanto a programas de planejamento familiar. Grande parte das análises que abordam esse fenômeno perdem de vista a contextualização da problemática que, a nosso ver não se reduz a ponderações maniqueístas, tais como: bom, mal; certo, errado; mas que requer uma análise que desvele seus fundamentos históricos, sociais, políticos e psicológicos.

Mito (2001) diz não se tratar aqui de fazer a condenação ou elogio da gravidez precoce na adolescência. Mas sim de trazer à cena uma realidade que, sem negligenciar os perfis epidemiológicos, nos remetem a história: trajetórias que contém sonhos, esperanças, dores, decepções e que permitam às meninas se apropriar das adversidades, para transformar mesmo que ilusoriamente o seu cotidiano em algo que valha apenas ser vivido. Ser mãe, para estas meninas, talvez seja um das poucas formas que lhes restam, no sentido de se colocarem no mundo como sujeitos sociais (MIOTO, 2001, p135).

#### 4.2 FAMÍLIAS, CRIANÇAS MÃES E SEUS PARCEIROS: DESCOBRINDO A GRAVIDEZ

As informações que ora apresento correspondem ao estudo etnográfico realizado pelo acompanhamento de cinco adolescentes no período de seis meses, em suas residências, localizadas, em uma área de ocupação espontânea (invasão) em um bairro periférico na cidade de Belém. As adolescentes foram contatadas por meio de abordagens, entrevistas e visitas domiciliares. Em alguns casos fui ao encontro delas nos locais que descreviam como residência, as barracas de vendas

de uma feira livre.

As adolescentes estudadas estavam na faixa etária de 16 e 18 anos. Entre as adolescentes quatro possuíam o nível fundamental incompleto, e não estudavam, e apenas uma continuava estudos após a gravidez e a maternidade. No momento da gravidez, nenhuma dessas adolescentes possuía função ocupacional, sendo que três delas informaram ganhar dinheiro com a prostituição. Todas declararam uma religião, a católica. Quanto à cor, duas se apresentaram como negras, duas apesar de serem negras negaram a cor e identificaram-se como pardas, e uma declarou-se branca.

A primeira experiência sexual dessas jovens ocorreu por volta dos 13 anos de idade, com exceção de uma que declarou ter perdido a virgindade aos 10 anos, e elas não engravidaram dos seus primeiros parceiros. Todas relataram conhecer algum método contraceptivo, bem como afirmaram ter recebido algum tipo de orientação sexual na escola ou de suas mães, irmãs ou tias. Apesar de demonstrarem conhecimento sobre anticoncepção, nas entrevistas ficou visível a pouca informação que as jovens possuem a respeito do funcionamento do próprio corpo.

Tina: “não me conhecia bem”

Lina: “sabia, mas não ligava para prevenção”

Ciça: “conhecia mais ou menos”

Mila: “conhecia, mas nunca me preveni”

Eli: “não conhecia meu corpo, não tinha conhecimento sobre nada, nadinha”.

Quanto aos métodos contraceptivos utilizados, a camisinha surgiu como o método mais utilizado, Entre as adolescentes que não planejaram a gravidez, nem uma utilizava camisinha.

Tina: “minha mãe nunca conversou comigo, muito menos na escola ouvi falar”.

Lina: “aprendi na rua, nunca conversei com minha mãe. Na escola nem pensar, porque parei de estudar muito cedo”.

Ciça: “minha mãe conversava, mas eu era que nunca usava”.

Mila: “recebi na escola quando estudava, mas nunca usei”

Tina: “como já disse antes nunca me preveni porque acreditava que jamais iria engravidar”.

Eli: “nunca recebi orientação nem da família e muito menos da escola. Nunca usei camisinha porque não conhecia e também porque tinha parceiro fixo, namorei 04 anos com a mesma pessoa. Minha mãe nunca foi de conversar sobre este assunto, ela só veio conversar com nós depois que nenhuma “era mais nada”. Eu fui à última a manter relações lá em casa”.

No caso da gravidez não planejada, as adolescentes possuíam conhecimento sobre métodos anticoncepcionais, no entanto isso não significou a sua devida utilização. Quando uma adolescente declarou não ter hábito de prevenção por ter parceiro fixo, questionei sobre gravidez e doenças sexualmente transmissíveis. Segundo informações das adolescentes elas contam com a “fé em Deus”, de que nada irá acontecer com elas, nem mesmo engravidar. Observei que nas histórias das famílias das adolescentes foi recorrente a presença das mães, das avós e das irmãs, que também foram mães adolescentes.

Lina: “nunca planejei nada, só queria luxar, usar roupas de marcas da moda e como minha mãe não podia me dar eu fazia aquilo mesmo (prostituiu-se)”.

Ciça: “não me planejei para nada, sempre quis ter filhos cedo”.

Mila: “é normal, nunca usei preservativo, mas sabia que podia engravidar, e mesmo assim não me protegia”.

Eli: “depois que eu estava gestante de meu primeiro filho foi que minha mãe veio conversar sobre vida sexual, quando já estava com 03 meses de grávida. Sai de casa para morar com o pai da criança, depois ele foi preso aí tive que voltar para casa de minha mãe. Depois ele morreu só depois que já tinha 03 filhos, quando voltei para casa de minha mãe é que comecei a me cuidar”.

A reação das adolescentes que não tinham plano de tornar-se mãe variou bastante entre a normalidade e o medo, pois algumas diziam que não utilizavam nenhum método preventivo, outras sentiram medo de perder a liberdade que tinham, contudo não se preveniam contra uma gravidez indesejada.

Tina: “nunca desejei ser mãe, mas já que veio o que posso fazer”.

Lina: “nunca pensei em ser mãe, eu só pensava sair, curtir festas, bebidas, beijar gatinhos, só loucuras, curtidão, não me prevenia, mas nem pensei nisso, pensava que estava longe eu pegar filho. Andava com muitos caras porque precisava ter dinheiro, até que engravidei, chorei muito e choro até agora, pois tenho vontade de fazer o que fazia e não posso, é muito pequeno”.

Ciça: “sempre desejei ter filhos cedo porque quero parar cedo, acho legal ser mãe, sonho ter cinco filhos”.

Mila: “eu nunca pensei nisso, eu achava que nunca ia engravidar”.

Eli: “é na brincadeira sempre falei que queria ter um time de futebol e estou

quase lá, mas só falava na brincadeira”.

Quanto à falta de prevenção e cuidados, fica claro o pensamento que acontece com as outras meninas “mas comigo isso nunca vai acontecer”. Em relação à família, a reação variou muito, segundo as adolescentes algumas mães já aguardavam por este momento, pois suas filhas tinham vida sexual ativa desde os 10 anos, como explicam os depoimentos a seguir.

Lina: “minha mãe soube antes de mim, foi normal, porque ela no fundo já esperava por isso”.

Tina: “normal, para minha mãe acredito que ela já esperava, mas meus tios, minha avó foi muito ruim por conta do pai da criança que eles não gostam”.

Ciça: “minha mãe ficou triste porque sempre me falava: primeiro arrume casa, marido e somente depois é que você procura filhos. Fiz o caminho inverso”.

Mila: “eu não queria no início, nem minha mãe, mas foi só no início. Porque o pai tava preso e soube, sua reação foi normal, mas logo que saiu da cadeia morreu, ou melhor, foi assassinado, não teve a oportunidade de conhecer o filho”.

Eli: “minhas relações com minha mãe sempre foram conflituosas, mas com o pai de meus filhos ele me aceitou, logo fomos morar juntos, aí quando ele foi preso começou meu sofrimento na mão da minha cunhada, a minha sogra não me ajudava em nada. Minha mãe também não, porque quem me dava as coisas era ele. Minha cunhada me dava as coisas falando, resolvi vir embora de lá, trouxe meus 02 filhos e um ficou um lá. Quando ele saiu da cadeia, levou mais um para lá. Aí, eu já não queria mais nada com ele”.

Quanto à reação dos parceiros, uma adolescente relatou a indiferença do seu diante da notícia da gravidez, uma vez que este se encontrava preso cumprindo pena por assalto e pouco podia fazer em relação ao bebê. Outra adolescente relatou que seu parceiro sumiu ao saber da gravidez, talvez pela incerteza da paternidade. Quanto às outras três adolescentes, as reações de seus parceiros, segundo elas, foram positivas. Mesmo assim, não houve a necessária assunção dos filhos, e muito menos a ajuda material, ou a devida responsabilidade com as crianças.

Mila: “a reação do pai foi normal até porque ele estava preso, saiu morreu, normal”.

Lina: “o pai sumiu, é isso mesmo sumiu, somente reaparecendo sete meses depois que o bebê nasceu e, ainda veio com uma história de DNA, ele não acredita que é o pai do bebê”.

Tina: “ele ficou mais alegre que eu, acho que o filho foi bom só para ele, com o nascimento do menino ele parou um pouco das besteiras que fazia (era assaltante, foi preso), ficou longe do filho nas primeiras semanas”.

Ciça: “o pai ficou feliz, não sei depois”.

Eli: “como falei, ele aceitou e logo fomos morar juntos”.

Sabe-se que a maioria dos pais dessas crianças é adolescente e, como a mãe encontra-se em formação, pouco ou nada sabem sobre a maternidade ou a paternidade, e as responsabilidades que trazem consigo. Muitas vezes eles também vêm de famílias onde o compromisso com o outro não é algo relevante, onde a afetividade muitas vezes foi substituída pela autoridade. Não sabendo lidar com tais sentimentos. Fromm descreve que os sentimentos são como “a arte do aprender, se você realmente se interessa não deve medir esforços na apreensão e na prática” (1966, p. 33).

#### 4.3 A PARTICIPAÇÃO MASCULINA

O que pude observar no processo de entrevista, é que existem pais que põe em dúvida a paternidade por conta das condições em que ocorreu a gravidez das adolescentes, muitas estavam envolvidas em situação de prostituição, infidelidade e relacionamentos instáveis. Para a maioria das adolescentes a gravidez não fora planejada, mas decorrente de relacionamentos pouco duradouros e de vínculos frágeis com o parceiro, fatos que refletiram na perda do contato com estes durante a gravidez e a não assunção em relação à paternidade. Para Santos (1998), “tudo isso vai corroborando valores historicamente construídos em que o controle da contracepção e o cuidado das crianças são atribuídos às mulheres” (Santos, 1998, p.130).

Tina: “quando ele acha que deve, dá R\$20,00, mas é uma vez na vida e outra nem”.

Lina: “ele sumiu, apareceu depois de 07 meses querendo DNA, pois acredita não ser o pai da criança e, não dá nada”

Ciça: “ele não, a mãe dele sim”

Mila: “ele tava preso quando eu engravidei, quando saiu ele foi assassinado, não influenciou quase nada em minha vida, mas foi barra. Eu me sinto muito só, eu o tinha e ele a mim”.

Eli: “quando ele era vivo, ele um bom pai para meus filhos”.

Diante desse fato, a paternidade, de acordo com os depoimentos das adolescentes, surge de forma surpreendente, em um contexto no qual não houve prevenção e que, portanto pode ser confirmado ou não, tendo em vista o tipo de

relacionamento que existia entre ambos. Um relacionamento casual, muitas vezes sem vínculo afetivo, respeito ou compromisso. Isso faz, muitas vezes, que seus parceiros acreditem que por estarem nas ruas não são dignas de respeito, cuidados ou preocupação. O Cuidado e a preocupação, como aponta Fromm (1966, p.29/30), implica outro aspecto do amor: o da responsabilidade, que é o ato inteiramente voluntário; é a resposta que damos às necessidades, expressas ou não expressas, de outro ser humano. Ser “responsável” significa ter de “responder”, estar pronto para isso.

Há também outro elemento ativo do amor que devemos esclarecer, trata-se do respeito, que significa a preocupação de que a outra pessoa cresça e se desenvolva como é. Respeito implica ausência de exploração. Respeitar uma pessoa não é possível sem conhecê-la; cuidado e responsabilidade seriam cegos se não fossem guiados pelo conhecimento. O conhecimento seria vazio se não fosse motivado pela preocupação (FROMM, 1966, p.34).

#### 4.4 MATERNIDADE: O DESEJO

Badinter (1985) aponta para a necessária desconstrução do mito do amor materno e para as consequências desse mito em relação ao universo feminino e, como parte dessa discussão, está a distinção entre os conceitos de maternidade e maternagem. Revela que a maternidade está ligada com o fator biológico, algo que você pode desejar ou não. Já a maternagem apresenta-se ligada ao processo de afetividade entre mãe e filho, portanto, o amor, a dedicação a proteção e o carinho dispensado. Assim, a primeira é da esfera do biológico e a segunda, do social. Essa descrição relativa à maternidade e à maternagem surgiram como propósito de explicar a importância da criação de vínculos afetivos e parentais entre mães e filhos, independente dos laços biológico decorrentes da maternidade na adolescência.

Tina: “nunca desejei ser mãe, mas já que veio o que posso fazer. Dá muito trabalho ter que aguentar choro é barra, acordar cedo, viver com criança no colo é terrível. Só agora que já me acostumei e me limito em muitas coisas, se vou à festa só fico até meia noite no máximo, fico pensando que ele vai acordar e dar trabalho para minha avó que tá velha e depois meus tios não gostam, tenho muitos problemas com eles por deixar o menino com ela (avó) quando vou para farra”.



Lina: “nunca desejei essa coisa de filho, também nunca pensei em ser mãe, eu só pensava sair, curtir festas, bebidas, não me prevenia, mas nem pensei nisso, pensava que estava longe eu pegar filhos. Andava com muitos caras porque precisava ter dinheiro, até que engravidei, chorei muito e choro até agora, pois tenho vontade de fazer o que fazia e não posso. Minha mãe fala, fica, te acalma que logo ele cresce e você vai fazer tudo o que fazia antes, mas agora te preocupa só com ele. Tenho paciência, sempre tive, pois às vezes cuidava dos filhos de outras colegas quando elas iam “trabalhar”, nunca maltratei nenhum deles”.

Ciça: “sempre desejei ter filhos cedo porque quero parar cedo, acho legal ser mãe, apensar de meu filho ficar mais com a avó paterna, pois preciso trabalhar durante o dia, sonho ter cinco filhos”.

Mila: “eu nunca desejei, eu nunca pensei nisso, eu achava que nunca ia engravidar”.

Eli: “é na brincadeira sempre falei que queria ter um time de futebol e estou quase lá, mas só falava na brincadeira”.

Considerando estes aspectos, Santos (1998), sugere que para adolescentes pobres, provenientes em geral de núcleos familiares pouco provedores de cuidado, proteção e carinho, observa-se uma maior atração (consciente ou inconsciente) pela gravidez. Para estas adolescentes, a maternidade não era significada como algo precoce, mas sim como mais uma etapa natural do processo de desenvolvimento. Como explica Badinter (1985), nos casos de maternidade não desejada ou acidental dificilmente poderão resultar num processo positivo de maternagem, tendem a produzir situações familiares problemáticas com repercussões negativas para os filhos, na medida em que, existindo o desejo de exercer efetivamente a maternagem, fica comprometido o estabelecimento de vínculos afetivos. Os depoimentos acima ilustram muito bem o que a autora descreve a respeito da maternidade. E quando há a precocidade na maternidade, este “instinto” natural feminino dependerá muito da personalidade da cada mulher. Então, para este discurso as palavras de Berger & Luckmann tornam-se pertinentes quando dizem que “a personalidade é uma entidade que retrata as atitudes tomadas pela primeira vez pelos outros significativos com relação ao indivíduo, que se torna o que é pela ação dos outros para ele significativos” (Berger & Luckmann, 1995, p.77).

Mila: “acredito que ser mãe é amar seu filho, cuidar, dar amor e atenção. Eu amo muito meu filho, mas não dou o amor que ele precisa e nem atenção suficiente. Já me faltou muito tudo isso na vida e, eu não aprendi, não posso passar a ele”.

Eli: “minha mãe não é mãe e eu também não sou mãe, minha tia pode ser considerada mãe, pois sempre me ajudou graças a Deus, minha mãe não

me ajuda em nada. Tem dias que eu não tenho nada, outras pessoas podem me ajudar mais que minha mãe. Uma pessoa que nega ajuda a sua filha não pode ser considerada mãe”.

Portanto, a identidade materna implica construir um relacionamento baseado na sua vinculação com o filho. Essa identidade materna tem um componente afetivo expresso pela empatia e responsabilidades materna em relação ao filho. Elas criticam as atitudes das mães, mas acabam reproduzindo com os filhos a mesma conduta que elas dizem que a mãe teve com elas, quer dizer, reproduzem suas histórias no relacionamento com as crianças, negam-lhes afeto, proteção e cuidados. Sobre este assunto Badinter (1985) explica muito bem esta visão distorcida que se tem em relação ao amor de mãe, “o amor materno é apenas um sentimento humano como qualquer outro e como tal incerto, frágil. Pode existir ou não, pode aparecer ou desaparecer, mostrar-se forte ou frágil”. Tudo vai depender da relação inicial de ambos ou do processo socializador das pessoas envolvidas. Ambas podem ser originárias de famílias onde o afeto sempre esteve presente e o respeito para com o outro nunca foi negligenciado, ou o processo de construção de vínculos afetivos sempre fracos, discretos, inexistentes.

#### 4.5 O SER MÃE: O SIGNIFICADO

O desejo ou a necessidade de vivenciar a maternidade não implica necessariamente o desejo de exercer a maternagem, sendo esta, muitas vezes, integralmente transferida a terceiros (principalmente às avós maternas, ou às tias); em decorrência do abandono das crianças pelas mães, elas acabam assumindo a socialização dessas crianças. Percebe-se, portanto, o duplo abandono dessas crianças pelas mães que, sem condições morais, materiais e afetivas renunciam a maternagem dos filhos. Ou, pelos pais que, na dúvida da paternidade, preferem não arriscar e assumir um filho que pode ser ou não seu.

E sem pretensão de me tornar mais ousada, arriscaria descrever um terceiro abandono, por parte das avós. Pois à medida que essas famílias tornam-se extensas, há necessidade do provedor da família sair de casa na busca do sustento. Sendo as mães muitas vezes, quem responde pela renda familiar e, não tendo condições de pagar babá e não contando com creches públicas, passam a contar

com a solidariedade dos vizinhos, ou, deixá-las em casa, com outras crianças maiores, restando como alternativa para essas crianças o mundo da rua. Inicia-se assim, um novo ciclo de sociabilidade a partir de um cotidiano com práticas adquiridas na rua: violência, drogas, assaltos, prostituição, alcoolismo e tudo que suas mães herdaram neste mundo perverso.

Lina: “agora não choro mais, porque gosto dele, quando ele nasceu tinha vontade de largar tudo e ir para festa, porque eu achava que ir para festa era mais interessante e importante que ele, mas minha mãe sempre falava espera, teu filho vai crescer”.

Mila: “eu não sei o que significa isso, quem sempre cuidou de meu filho foi minha mãe. Acredito que ser mãe é tudo (quando perguntei e o que significa este tudo, não soube responder)”.

A percepção que as mães adolescentes têm sobre o significado da maternidade, é algo carregado de frustrações, privações, para elas maternar seus filhos significa por fim em uma vida cotidiana de farras, curtições e incertezas de futuro. Então, a melhor opção é abandonar os filhos com pessoas que elas acreditam possuírem melhor condições de criá-los. Contudo não existe a reflexão por parte das adolescentes que essa pessoa também participou, ou foi responsável pelo processo de sua formação, e que por fatores diversos pode ter falhado, contribuindo para seu “fracasso” enquanto mãe.

#### 4.6 O COTIDIANO

A descrição que HELLER (1970) apresenta sobre cotidiano é de grande importância para que possamos entender a vida diária dessas adolescentes. Para a autora, cotidiano é unidade de medida da sucessão de acontecimentos vividos pelo homem em seu dia a dia na diversidade do tempo, espaço e sujeito envolvido nessa dinâmica. Exerce na vida de qualquer ser humano a qualidade de dar forma, direção e rumo para essa vivência diária.

Permite ao sujeito que neste caminho exponha o seu estilo de vida, o ser, que ao mesmo tempo é compartilhado e reconhecido pelo outro, constituindo-se na história social. Torna-se atividade habitual registrando sua passagem pela história. Essas atividades assumem diferentes papéis, dependendo do contexto em que são

realizados, da cultura, do social. Para cada sujeito há um significado, um conteúdo, um interesse, habilidades, potencialidades, necessidades, dificuldades, medo e capacidades.

Tina: “o meu é ótimo. O que faço é varrer casa e ficar Tina na rua, o meu filho também, é isso todo dia, faço isso todos os dias”

Lina: “acordo às 06:00 h, faço o café, dou banho no bebê, arrumo casa, faço mingau dele, lavo louça de novo, e vou para rua. Volto deito, durmo acordo e rua de novo, sempre com meu filho do lado”.

O que essas adolescentes descrevem como um cotidiano maravilhoso na verdade são dias de intensa ociosidade, perambulam durante o dia na feira, ou nas casas vizinhas na busca de alimentos para seus filhos. Na realidade, a vida cotidiana dessas adolescentes está diretamente ligada ao agir sem pensar, contudo os acontecimentos tornam-se repetitivos, pelo desenvolver do dia-a-dia, são inconscientes, movidos pela ação rotineira dos hábitos que se desenvolvem nas relações diárias, geralmente associadas a elas e aos acontecimentos que cercam suas vidas, numa perspectiva corriqueira onde tudo é lento e imutável.

Mila: “não é todo dia que uso drogas, é um dia sim outro não, mas quando uso não quero mais parar. Mas tenho controle sobre o uso de droga, pelo menos não roubo, quando quero consumir saio pedindo por aí”.

Ao desvendar um pouco mais do cotidiano dessas adolescentes, descobri que são meninas que perambulam à noite, submetidas à violência e a tudo de negativo que uma vida de promiscuidade pode acarretar, perdendo a qualidade do sono, pois passam a noite toda nos bares, nos becos, nas bocas de fumo, nas casas de jogos, ou na feira na tentativa de ganhar dinheiro para suas necessidades básicas. Os filhos acostumados à rotina imposta por suas mães acabam se acostumando, fazendo das barracas suas casas.

Pela manhã, se alimentam basicamente de café com pão quando conseguem com alguém na rua, pois em suas casas é condicionado, se colaboram, têm direito a alimento, caso contrário lhes é negado. Têm na rua seu espaço de sociabilidade juntamente com seus filhos. E acabam assimilando esse mundo como o mundo ideal para a sobrevivência tanto delas quanto de seus filhos. O depoimento abaixo demonstra muito bem esse momento:

Eli: “eu amanheço, vou para feira tomar café da manhã, porque se for para casa é aquela gritaria. Aí depois para almoçar vai pedir comida, ou dinheiro.

Se não consigo nada, vou para as drogas, depois da primeira droga aí pronto, eu me prostituo para comprar mais drogas e mais, e assim passo o dia todo, até chegar à noite”.

Em suma, o cotidiano dessas adolescentes é permeado por contradições com ações que levam tempo de vida onde a história não acontece, mas apenas uma sucessão de eventos necessários para a manutenção da sociabilidade humana. Simmel (1983) descreve essa situação como, “as formas nas quais resulta esse processo ganhando vida própria, tem a ver com a maneira como as relações sociais se dão, ou seja, as formas que elas assumem na prática da vida cotidiana”.

#### 4.7 AS DIFICULDADES

Quanto às dificuldade com a maternidade precoce para esse grupo específico de mães, pude perceber que ela está ligada diretamente ao fator econômico e à responsabilidade que representa o nascimento de uma criança. Afinal, espera-se que os pais sintam-se mais responsável após o nascimento dos filhos, essa é a lógica da sociedade burguesa. Tal responsabilidade implica em garantir o sustento e os bens materiais a sua família, assim como estar presente nos cuidados diários e necessários que a criança requer, dando-lhe carinho e atenção.

Mas o fator afetivo não foi descartado pelas adolescentes que ao falarem sobre seus parceiros, ou dos supostos pais de seus filhos, recordam com grande angústia os momentos em que puderam desfrutar de suas companhias. Talvez para essas adolescentes o mais importante fosse estar com seus companheiros, dividindo com eles as frustrações que a maternidade precoce acarreta.

Tina: “no começo foi barra, é muito triste querer e não ter, mas minha mãe me ajudou bastante e ainda ajuda sempre que recorro a ela, se ela tiver, eu tenho. Meus tios não gostam disso, mas ela é minha mãe”.

Lina: “foi muito difícil aceitar que já era mãe, foi barra porque eu já me vi sem nem um tostão, quando ele precisou ser internado, não tinha nem do ‘bonde’. Foi terrível depender da boa vontade dos vizinhos, pedir para as pessoas me darem dinheiro para levar meu filho para o hospital, mas superei”.

Ciça: “eu sempre dou jeito, de um modo ou de outro. Faço rifas todos os dias e, arrumo nem que seja R\$50,00 por semana. Quando ta faltando algo eu peço, recorro ao pai de meu filho, à mãe dele, alguém tem que me ajudar”.

Mila: “logo que eu soube da gravidez foi muito difícil, quando eu fui ter o bebê, não tinha nada para ele usar, roupas, nadinha, minha mãe saiu pedindo das pessoas. Para mim foi muito humilhante, mas o que podia fazer, já que o pai do bebê estava preso e muito pouco faria se estivesse ao meu lado”.

Eli: “eu tentei trabalhar e morar com minha cunhada, mas foi muito difícil, ela não parava de falar porque o irmão tava preso como se eu tivesse culpa dos erros dele, eu não mandei roubar, juro se dependesse de mim até hoje ele estaria aqui. Ela dava as coisas falando, eu me sentia mal com essa situação, então resolvi sair de lá e voltar para a casa de minha mãe”.

As dificuldades comuns da fase da adolescência, somadas à maternidade, podem levar a situações de conflitos e gerar medos, dúvidas, angústias, fantasias. Sabe-se que no processo de desenvolvimento humano, é na fase da adolescência que ocorrem transformações mais rápidas para todo ser humano. Portanto há uma combinação de fatores internos e externos que se processam ao mesmo tempo provocando mudanças tanto físicas como psicológicas, onde o adolescente experimenta novas emoções por conta das próprias características desta fase. Não estando preparadas para uma gravidez precoce, as adolescentes sentem-se desorientadas e com isso buscam alternativas de superar seus problemas, mesmo que isso exija recorrer a terceiros, quando necessitam.

#### 4.8 O TORNAR-SE MÃE

Como não se sentem seguras com a maternidade e por não conseguirem maior autonomia para dar outras direções em suas vidas, ficam presas à condição da maternidade e jamais chegarão à maternagem. Para as que conseguiram administrar esta situação, as estratégias buscadas foram as ilusões e a esperança que isso vai passar e sua vida vai voltar o normal. Como se a maternidade representasse algo passageiro, com data e hora para acabar.

Tina: “a maternidade foi algo positivo, me tornei um pouco mais responsável, só um pouquinho, pois voltei a estudar”.

Lina: “já não choro muito, estou me acostumando com a idéia”.

Ciça: “nada de muito novo aconteceu além de meu filho”.

Para as adolescentes que não conseguiram superar os problemas advindos com a maternidade, a saída foi buscar refúgio nas drogas, na prostituição. Isso

confirma o pensamento que as adolescentes possuem sobre a maternidade, como algo frustrante e negativo.

Mila: “depois que me tornei mãe não posso dizer que muita coisa boa aconteceu, acho que só negativo, me envolvi nas drogas, antes só bebia muito, mas com o passar do tempo veio as drogas, por conta da solidão que me bate às vezes, penso muito em minha vida em meu filho que abandonei aos sete meses com minha tia”.

Eli: “parei de estudar, larguei tudo, tentei trabalhar, mas não deu certo, fui muito humilhada”.

Os relatos dessas mães demonstram que a exclusão em que viviam muito antes de tornar-se mãe marcou suas vidas de forma contundente. Provenientes de famílias onde as relações cotidianas eram instáveis e conflituosas, buscaram nos espaços da rua a sociabilidade, a sobrevivência e a descoberta da sexualidade. Foram introduzidas na vida sexual de forma violenta e precoce, demonstram passividade diante da maternidade, submetendo-se aos acontecimentos da rua (espancamentos, estupros, agressões físicas e morais).

Em meio ao desconhecimento do próprio corpo, desvencilham o sexo do desejo e o prazer da maternidade ao invés da maternagem, arriscando-se a conviver nos espaços da rua envolvendo-se com drogas, prostituição, abominando qualquer chance da maternagem. Os filhos gerados são entregues a outras pessoas sem a mínima culpa do abandono, acreditando que afastar-se deles é o melhor para ambos.

#### 4.9 O APOIO RECEBIDO

Apesar do distanciamento pela maioria das mães adolescentes quanto aos seus familiares e os pais de seus filhos, é importante destacar que estar junto da família e ter com quem dividir problemas, responsabilidades, são momentos que se constituem como meios para superar situações difíceis, muito embora se saiba que as relações socioeconômicas da família são precárias. Esses momentos são marcados, muitas vezes, pelo retorno ao lar quando encontram-se doentes, com fome, ou quando são vítimas de espancamento, exigindo que seus familiares tomem atitudes contra seus agressores, que na maioria das vezes são vítimas delas.

Tina: “para mim faltou apoio de tio, avô, avó. Eles todos ficaram contra mim, ficaram um bom tempo sem falar comigo. Minha mãe não, sempre me apoiou o resto só vieram falar comigo quando souberam que eu queria alguma coisa da vida. Quando perguntei o que seria querer algo da vida informou que era estudar, acho que seria isso para eles, para mim seria abandonar a vida que levo”.

Mila: “de minha mãe e de meus tios, do pai da criança não”.

Eli: “minha mãe implica muito comigo, briga, é um horror você não tem noção. Sou só eu e mais duas irmãs, nosso pai é falecido. Ela nunca me deu apoio, muito menos carinho”.

Na maioria das situações, foi possível observar que as adolescentes se encontravam em relação de conflito familiar, com o rompimento dos laços de afetividade e o afastamento do ambiente familiar. Nessas situações, a saída foi recorrer a outros meios como buscar auxílio com parentes próximos, os quais nem sempre são receptivos. Por não acreditarem que elas tiveram coragem de abandonar seus filhos à própria sorte, não são dignas de compaixão, ou quaisquer outros sentimentos humanos; estão nessa vida porque são preguiçosas, vadias e não merecem que alguém as ajude, ou sintam pena delas.

#### 4.10 SUPERANDO AS DIFICULDADES DO TORNAR-SE MÃE

Ao tornarem-se mães precoces, essas adolescentes enfrentaram situações que não são peculiares às suas idades. A necessidade de manter os filhos com elas significa muitas vezes abrir mão de uma pseudoliberalidade, acarretando para si responsabilidades, algo que para elas não está ligado a compromisso de educar, amar, cuidar e proteger essas crianças que passam a vivenciar com elas um cotidiano de privações e humilhações. Para elas é quase impossível crer que nessa idade puderam se tornar mães, recorrem muitas vezes à família na busca de apoio, ou envolvem-se diretamente com as drogas, com o intuito de esquecer seus problemas.

Tina: “ainda não caiu a ficha que sou mãe”.

Lina: “sabe que ainda não caiu a ficha, agora minha mãe me ajuda, mas ela sempre falava ‘cuidado filho não é futuro’. Diz, fica fria tu vai voltar a sair, o tempo passa rápido, teu filho vai crescer e tudo vai voltar como era antes. Tem calma, isso é uma fase, só esáa acontecendo porque ele é muito pequeno”.



Mila: “foi difícil, mas superei me envolvendo nas drogas, não foi a melhor coisa me envolver com as drogas, porém foi o meio que utilizei para me recolher ou me esconder dos problemas que são muitos”.

Eli: “eu busco refúgio nas drogas, passo o tempo todo me drogando, porque de minha família não tenho apoio. Se parar em casa, ou seja, na casa de minha mãe é muito complicado. Se abrir a geladeira, minha tia grita aqui não tem comida para vagabunda, só me tratam assim, sua puta, não sei o que, tu não arruma nem comida na rua. É muito humilhante, aí é melhor ficar na rua que em casa”.

A forma como estão superando esta etapa de tornar-se mãe precoce variou muito entre as adolescentes. Algumas, mesmo não tendo a percepção de que seja tornar-se responsável, informaram que a maternidade as fez trilhar este caminho, desejado ou não. Outras buscam nas drogas, o meio mais “fácil” de fugir dos problemas que a maternidade trouxe consigo e, principalmente, de seus filhos. Porque tê-los foi uma ousadia, agora materná-los significa mudança de vida, postura e, acima de tudo, compromisso, algo impossível nesta situação que se encontram. A droga surge como “válvula de escape” momentânea, passando seu efeito à realidade posta e as obriga a cumprirem seus papéis sociais. Sobre este aspecto as palavras de Heller (1970, p.25) tornam-se pertinentes quando explica que a vida cotidiana, encontra-se carregada de alternativas e escolhas que se diferenciam não só do ponto de vista moral, mas também pode encontrar-se motivada por esta mesma moral.

#### 4.11 A INTERPRETAÇÃO SUBJETIVA DE FAMÍLIA

Algumas adolescentes relataram que apesar de viverem em conflito com suas famílias, o apoio quando necessitam vem do próprio núcleo familiar, que em muitos casos não lhes é negado. Este núcleo aparece, portanto, como o principal canal de ajuda para o momento de necessidade e privações. Reforçando o conceito de família defendido por estudiosos como Sarti (1992), e Szymanski (2001) que compreendem família na contemporaneidade como associação de pessoas que escolhem conviver por razões afetivas e assumem compromisso de cuidado mútuo e, se houver, com crianças, adolescentes e adultos. Dessa maneira, mesmo que as adolescentes neguem a família, critiquem suas mães, quando necessitam de apoio é na família que elas o encontram. Pode não haver um forte vínculo afetivo entre mães

e filhas, mas ambas acreditam que ser mãe é cuidar de seus filhos nos momentos que estes precisam, ou solicitam sua ajuda.

Tina: “família para mim é tudo, (perguntei o que seria esse tudo) porque eu acredito que família é só eu e minha mãe”.

Lina: “minha família hoje sou eu, minha mãe, meu padrasto que me ajuda muito com meu filho, eu não tenho mais nada a não serem eles”.

Ciça: “família é tudo porque eu não tenho nada, não tenho pai nem mãe perto de mim, vivo com minha sogra que me ensina as coisas, me orienta, é isso o tudo”.

Eli: “não sei te dizer”.

Há lacunas que necessitam ser preenchidas nestes discursos, como já informei anteriormente, as adolescentes de minha pesquisa foram enfáticas em criticar as atitudes de suas mães, quando dizem que as mesmas não podem ser consideradas mães, porque não concordam com o que elas fazem em relação aos filhos, ou por seus comportamentos. Mas reproduzem as atitudes e erros de suas mães com relação aos filhos. Negam-lhes afetos, companhias, cuidados e proteção, ou, quando dão é insuficiente.

As mães justificam suas ausências pela necessidade de sair do ambiente doméstico para as longas jornadas de trabalho diário, uma vez que não tendo companheiros consigo, a única renda com que a família pode contar é a sua. E as filhas como justificar essa ausência? Elas informam que não sabem lidar com esse sentimento porque nunca lhes foi repassado ou ensinado, o que sempre ouviram dentro de casa eram xingamentos, culpa pelo fracasso amoroso da mãe, resultando nos nascimentos delas e de seus irmãos. Também no abandono dos filhos por conta do emprego da mãe, que a tirou do lar por longas horas diárias, até mesmo nos finais de semanas. Os cuidados muitas vezes ficavam por conta das avós. Sabe-se que amor é um sentimento construído ao longo do tempo, necessitando disposição para que isso ocorra, mas se não há interesse, tudo parece difícil. No decorrer de nossas conversas não houve expressão que indicasse essa vontade, a desculpa sempre foi que não sabiam e não podiam.

Mila: “não sei dizer neste momento, perdi a referência. Acredito que ser mãe é amar seu filho, cuidar, dar amor e atenção. Eu amo muito meu filho, mas não dou o amor que ele precisa e nem atenção suficiente. Já me faltou muito tudo isso na vida e eu não consegui aprender para passar a ele”.

Eli: “minha mãe implicava e ainda implica muito comigo, briga é um horror você não tem noção. Ela nunca me deu apoio muito menos carinho”.

Cabe ressaltar o pensamento de Szymanski (2002) ao explicar que quando a família é submetida à condição tão adversa que longe de constitui-la em um núcleo de satisfação das necessidades básicas do indivíduo, mal possibilitam que ela atue como fator de proteção contra a falta de afetividade, a indigência e a miséria. Portanto, se não foi possível identificar interesse em relação à mudança de atitudes, dificilmente haverá a presença dos sentimentos.

#### 4.12 A VIDA SEXUAL E AMOROSA PÓS - MATERNIDADE

Algumas adolescentes informaram que hoje possuem o hábito da prevenção, utilizam os métodos contraceptivos com frequência, por medo de uma possível gravidez. Mas sabe-se que as declarações não são de todas, existem adolescentes que mesmo sabendo dos riscos, ficam alheias a prevenção, permanecem com suas vidas sexuais ativas, não se prevenindo nem mesmo de doenças sexualmente transmissível. Existindo, portanto o risco de uma nova gravidez, e o conseqüente abandono do filho com as avós, ou, seguindo os caminhos de suas mães, a rua, a droga.

Tina: “agora tá bem, eu estou me prevenindo, eu tomo anticoncepcional direto”.

Ciça: “eu tenho vontade de engravidar novamente, daqui com mais um ano. Pensei que estava grávida novamente, mas graças a Deus era alarme falso, mas se vir agora será melhor, mando me operar logo, ainda penso em ter filhos, quero pelo menos cinco, não vou dizer que não penso nisso, mas só não quero agora, quem sabe daqui a quatro ou cinco anos quando tiver um marido, uma casa, um bom emprego”.

Mila: “ainda administro mal minha vida sexual, não tomo remédio, uso camisinha, por esse motivo não peguei outro filho. Quanto minha vida amorosa tá se reconstruindo”.

Eli: “de forma errada, pois estou grávida pela oitava vez, eu me prostituindo para comer”.

Observa-se os moldes nos quais se estruturaram a vida dessas adolescentes, elas precisam de novos estímulos para desvencilhar-se dos padrões de comportamento adotados anteriormente, e a construir novas formas de se relacionar

e estar no mundo. Precisam assumir responsabilidades, fazendo novas escolhas para continuarem escrevendo suas histórias de vidas, agora em um novo contexto.

#### 4.13 A RECONSTRUÇÃO DA VIDA PÓS-MATERNIDADE

Percebi que muito pouco mudou em suas vidas pós-maternidade, ainda vivem nas ruas, agora na companhia dos filhos. Utilizam drogas, prostituem-se. Usam os filhos como fonte de renda, pois submetem as crianças à mendicância. Muitas são vítimas da violência, praticam assaltos para a compra de alimentos ou de drogas. Apesar de propagarem que houve mudanças, é visível que não há mudança e muito menos perspectiva que possa direcionar para esse caminho, a falta de compromisso com seus filhos ainda é persistente.

Tina: “antes só vivia na balada, hoje em dia não vou para nada, amigas que eu tinha era para tudo, hoje só me olham e passam. Tornei-me mais responsável agora que sou mãe”.

Mila: “no início achava que a gravidez era um problema, no início foi barra eu não tinha e nem tenho paciência com ele batia muito nele, quer dizer bato até hoje, não tenho saco para lidar com moleque. Não houve mudança positiva”.

O depoimento a seguir nos mostra uma situação contraditória, mesmo não seguindo os conselhos das mães, quando diziam a elas para que estudassem, para terem uma profissão capaz de garantir um futuro digno, não foi possível. Acreditavam que por serem jovens precisavam sair, se divertir, namorar e não assumir compromisso. No entanto, com os filhos o pensamento é totalmente contrário, querem que cresçam logo, tornem-se adultos e assim garantam os futuros deles próprios e de suas mães.

Lina: “eu falo a meu filho cresce logo e me ajuda, vai estudar, trabalhar. Depois da maternidade a gente se torna mais mulher, mais mulher mesmo, mas nem tanto.”

Eli: “eu já fui muito feliz com o pai dos meus filhos, hoje não sei de nada, só penso em drogas, em me prostituir para comer, porque eu não tenho mais nada na vida, nem amor de mãe e muito menos dos meus filhos”.

A partir desses depoimentos temos as seguintes percepções: as adolescentes sentem mais falta das festas, dos passeios, da rua e de tudo que faziam antes da

maternidade, do que das crianças que conseguiram gerar. As crianças sempre aparecem em segundo plano, pois ao optarem pela maternidade, acreditam ter perdido o que de melhor tinham na vida: a “liberdade”. Os gestos captados no decorrer das entrevistas nos direcionaram para as seguintes observações: quando falam de suas vidas antes da maternidade, falam com “brilhos nos olhos”, mostrando felicidade porque podiam vivenciar a adolescência sem pensar em futuro, para elas só havia presente. Hoje dizem que perderam tudo, até mesmo a vontade de amar, inclusive seus filhos.

#### 4.14 O FUTURO DE MÃES E FILHOS

As adolescentes relatam o desejo de proporcionar para si e para os filhos oportunidades para a construção de um futuro melhor, sustentadas por uma maior escolaridade. Além disso, as adolescentes expressam claramente a esperança de sair do mundo das drogas. É importante ressaltar que a possibilidade da construção de expectativas futuras para essas adolescentes está intimamente relacionada a conseguir emprego, pois nas ruas “elas não pensavam em nada” de concreto a não ser em divertimento, droga e com isso buscavam a sobrevivência diariamente.

Mila: “quero ser feliz, voltar estudar, sair das drogas. Mas ainda não estou fazendo nada para isso”.

Eli: “eu queria muito me operar agora, parar mais com as drogas. Quanto a meus filhos eu não penso em ficar com este que está aqui (grávida de 08 meses, do oitavo filho), eu falo friamente porque antes não era assim, eu era mãe cuidava deles agora eu perdi o amor de todos inclusive de mãe. Eu era muito doída pelos meus filhos, agora me distancio do amor deles, e até do amor de mãe, é melhor para todos, principalmente para eles”.

Não há dúvida que existe um desejo por parte das adolescentes de mudar de vida, a intenção de dias melhores fica visível em suas falas, apesar de nada de concreto estar sendo feito para que isso aconteça. Percebe-se claramente em seus depoimentos a não inclusão dos filhos no futuro que elas sonham para si. Na verdade o futuro que as adolescentes sonham significa as demandas exigidas hoje pelos jovens que encontram-se nas drogas, gerando crianças sem condições de manutenção, em ambiente insalubre, violento, sem perspectivas futuras.

#### 4.15 A DEMANDA ATUAL

A partir da observação dos depoimentos das adolescentes, há uma diversidade de situações que elas acreditam ou demarcam como problemas. Algumas afirmam que ficar sem divertimento é pior que maternar seus filhos.

Tina: “ficar sem ir para às festa de segunda que só findava na terça”

Lina: “ficar em casa nos finais de semana”

Ciça: “não ter mãe por perto”

O arrependimento e o sentimento de perda pelas coisas que hoje não podem ser feitas, pelo fato de ter sido mãe precocemente, tudo isso desponta como problemas para as adolescentes.

Mila: “sair das drogas, drogas que falo é álcool, pois mais bebo que utilizo outras drogas”.

Eli: “sair das drogas”

Há as que acreditam que saindo das drogas suas vidas ganharão novos rumos, pois em alguns momentos foram as drogas sua companheira de vida. Mas no desenvolver das entrevistas não se percebe desejo de mudança da realidade a qual estão submetidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maternidade na adolescência é um tema que ainda intriga muitos pesquisadores; sua abordagem já foi realizada sob várias óticas. Interrogam-se como e por quê do fenômeno, discutem-se os reflexos deste para a demografia, a saúde, a educação e os direitos humanos. O desafio posto a mim como pesquisadora foi, tentar uma maior aproximação da realidade, vivida por mães adolescentes, na busca da compreensão do desejo da maternidade na adolescência, a partir da socialização primária e, posteriormente, da socialização secundária, para entender como uma adolescente pode vivenciar o tornar-se mãe precoce à luz dos tempos históricos e social presente. Em outras palavras, perceber o cotidiano e a partir dele desvendar o universo familiar em que vivem e que, de fato, representa “o pano de fundo” da pesquisa.

Diante das histórias de vida das adolescentes, o que se pode fazer enquanto pesquisadora foram reflexões, a partir de suas vivências e experiências. É importante perceber que o vivido por elas demonstra, claramente o retrato familiar de tantas outras mães adolescentes em nossa sociedade, e que não podemos nos manter apenas como simples expectadoras, mais que profissionais, temos a responsabilidade e, como pessoa, o compromisso de cidadania para lutar por mudanças.

Cabe compreender que as mães adolescentes viveram e vivem em um contexto familiar onde o afeto, o respeito e a dignidade humana, muitas vezes não existiram, ou lhes foram negados, em decorrência de fatores diversos, que não cabe a mim enquanto pesquisadora fazer qualquer pré-julgamento sem antes aprofundar esta pesquisa. Desenvolveram-se em seu processo de vida, da infância à adolescência, características próprias da fase, e estão se formando e formando outros indivíduos nessa relação de identidade recíproca; e, a partir da sua relação com a sociedade, pode-se perceber que no cotidiano dessas relações e contexto social, muitas possibilidades ocorreram, para que se tornassem vulneráveis.

Então, a pesquisa baseou-se nas experiências de vidas das adolescentes e nos referenciais teóricos a respeito da socialização primária e socialização secundária, desejo de maternidade e cotidiano. Torna-se pertinente uma suposição a respeito do cotidiano dessas mães adolescentes, apresenta-se como um mundo

em mudanças. Constituem um segmento com novas configurações face às mudanças que vêm ocorrendo, por exemplo, do ponto de vista das características que marcam esta fase, com o surgimento de uma adolescência que apresenta começo precoce e um fim prolongado.

Ao acompanhar as histórias de vida dessas jovens mães por um período de seis meses, coloquei-me diante de uma realidade que não se pode mais escamotear, diante da complexidade do fenômeno, o qual aponta para as contradições entre afetividade e maternidade. A partir das histórias projetadas, foi possível imaginar a trajetória de vida dessas meninas. À medida que se acompanhou a reconstituição do processo vivenciado pelas adolescentes, considerando a família e o relacionamento familiar, o processo de adolecer, sua inserção no espaço da rua, no relacionamento com seus parceiros, a gravidez e a maternidade precoce e, a partir daí, o “ser mãe”. Diante de seu novo papel, buscando compreender toda a experiência vivenciada no processo de socialização de seu filho, a relação mãe e filho e todas as dificuldades para tentar se reintegrar à sociedade, e, finalmente, compreender qual o significado da maternidade para essas mães adolescentes.

Contudo se faz necessário lembrar quem são essas jovens que vivenciaram essa experiência e em que contexto sócio cultural estão inseridas. Participaram desta pesquisa 05 mães adolescentes, com idades entre 13 e 18 anos. Residem em Belém, em uma área de ocupação espontânea (invasão), em um bairro periférico. O local caracteriza-se por ser uma área onde os problemas sociais emergem de forma descompensada. O processo de sociabilidade ocorre a partir da solidariedade. É possível presenciar as conversas nas portas das casas, as trocas de alimentos, as visitas aos idosos e aos doentes. Os cuidados com crianças, cujas mães trabalham fora e não contam com creches públicas, sem condições financeiras para pagar babás, ou mesmo escolas para seus filhos.

O lazer é diversificado. As crianças, por não possuírem brinquedos, divertem-se com as sobras de lixos da feira. Entre os rapazes, é comum o jogo de bola, de baralho, sinuca e saltar pipas, ou a reunião para utilizarem bebidas alcoólicas e drogas. Para as meninas o divertimento é reunir nas barracas da feira para ouvir músicas, conversar com outras meninas ou, como costumam dizer, “azarar os meninos”. Quanto ao acesso a escolas, percebi que poucos alunos residentes na



área estudam nos colégios próximos ao local pesquisado. Com relação ao mercado do trabalho, grande parte dos moradores desenvolve trabalhos esporádicos, como feirantes, diaristas, carregadores, vendedores de sacos plásticos ou reparam carros. Também é significativo o número de pessoas que trabalham no comércio de roupas usadas, na venda de churrascos e bebidas alcoólicas.

Mas devo informar que a área em questão apresenta um perfil social bastante complexo, as drogas, a criminalidade, o alcoolismo e a violência doméstica fazem parte do cotidiano de muitas famílias. É crescente o número de jovens envolvidos na venda e no consumo das drogas. Isso faz desencadear, consequências negativas como elevados índices de assaltos, homicídios e prostituição. As famílias submetidas neste cotidiano acabam assimilando e trazendo para dentro do ambiente familiar situações de violência e promiscuidade, comprometendo desta forma a dinâmica familiar. Muitas famílias tornam-se refém da violência à medida que seus membros envolvem-se neste mundo, por acreditarem que ganham dinheiro fácil e rápido. E dentro de uma área que convive com uma realidade de exclusão tão intensa, que rotula e estigmatiza seus moradores, é quase impossível não entrar na criminalidade. Muitos dos jovens que entram no mundo do crime tiveram uma infância conturbada, destituída de afeto e respeito. Outros iniciaram no mercado de trabalho ainda criança, acarretando assim nenhuma oportunidade de acesso à educação.

O comércio das drogas desde muito cedo habita o espaço doméstico, através dos pais que, na perspectiva de renda fácil e visando um lucro alto, tornam-se traficantes e fazem de suas residências seu ponto de venda, ou, como muitos moradores denominam, de “boca”. Por desenvolverem atividade ilícita, e relacionarem-se com pessoas inescrupulosas, passam a ser “respeitados” e “considerados” na área. Contudo a relação que se estabelece no local vai além da venda e consumo, institui-se o poder. Como nos morros cariocas, os moradores recebem a “proteção” dos traficantes, em troca garantem o silêncio. É lei no local: “bandido de fora não pode atuar na área”. Se os moradores decidirem realizar alguma comemoração, primeiramente pede-se permissão aos traficantes, caso contrário, corre o risco da não realização. Quando o traficante é preso, o comando do comércio passa ao filho mais velho, ou para a esposa. É crescente, o número de

adolescentes do sexo feminino comandando quadrilhas de assaltantes no local e crianças com histórico de droga e alcoolismo.

Outro dado importante foi a percepção de que, as pessoas que residem às proximidades do local, discriminam tanto a área quanto os moradores. Descrevem o local como violento e “produtor de malandros e prostitutas”. Não fazem amizades com as pessoas que moram na área e muito menos dão empregos a moradores que residam lá. Não é permitido qualquer envolvimento amoroso entre os filhos dos moradores da rua com os filhos dos “moradores da invasão”.

O isolamento social ao qual estas pessoas estão submetidas é algo muito forte, e contribui para a marginalidade de muitas famílias. As crianças que se encontram em processo de desenvolvimento, estão marcadas pelo preconceito. São rotuladas de coitadas, sem futuro e, conseqüentemente, marginais. Muitas encontram na religião o “caminho para desviarem-se das drogas”, uma vez que as igrejas evangélicas ganham espaços nesse meio de promiscuidade e desventura. Realizam trabalhos constantes com os menores que habitam na área. As crianças que não têm a permissão dos pais para frequentarem os cultos evangélicos ficam alheias a qualquer forma de superação dos problemas. Este retrato sucinto da localidade pesquisada se fez necessário para situar o leitor na realidade do mundo familiar que tive a ousadia de pesquisar, e para que seja possível refletir sobre as condições as mães adolescentes foram socializadas.

Uma adolescente informou residir com a avó, outra com sua sogra e duas na rua, ou, de vez em quando, dormem na casa da suas mães. Outra disse morar com a mãe e o padrasto. Quatro possuem apenas um filho, uma possui sete e no período da entrevista encontrava-se grávida do oitavo filho. A idade das crianças variou entre um e três anos, com exceção da idade dos filhos de uma adolescente, que variou entre 07 e 02 anos. No que tange à escolaridade, prevaleceu o ensino fundamental.

Szymanski (2000) em seus estudos informa que ao iniciamos qualquer trabalho com foco na família, nossas expectativas em relação a elas estão sempre no imaginário coletivo, ainda impregnado de idealizações, das quais as chamadas famílias nucleares burguesas são um dos símbolos. A maior expectativa é de que a família produza proteção, cuidado, afeto, construção de identidade e vínculos relacionais de pertencimento, capazes de promover melhor qualidade de vida a seus membros e efetiva inclusão social na comunidade e sociedade em que vivem. Ainda

segundo a autora, a família é revalorizada na sua função socializadora. Mas que isso: é convocada a exercer autoridade e definir limites. Espera-se uma socialização mais disciplinar e menos permissiva junto a crianças e adolescentes. Quando encontramos famílias que não correspondem aos modelos que idealizamos, acreditamos que tais famílias encontram-se desestruturadas.

Berger & Luckmann (1995) informam que toda instituição implica a historicidade e o controle, da qual são produtos e que toda atividade humana está sujeita ao hábito. O hábito implica, além disso, que a ação em questão pode ser novamente executada no futuro da mesma maneira e com o mesmo esforço econômico tanto na atividade não social, como na atividade social. As ações tornadas habituais estão claras, conservam seu caráter plenamente significativo para o indivíduo, embora o significado em questão se torne incluído como rotina em seu acervo geral de conhecimentos, admitindo como certo para ele e sempre à mão para os projetos futuros.

Ao apresentar a família como uma instituição, e levando em conta os trabalhos realizados com elas na atualidade, os novos arranjos que estão presentes em nossas práticas diárias de atendimento familiar, percebe-se que muitos profissionais não possuem conhecimento da realidade em que estas famílias estão inseridas. Logo o trabalho torna-se desqualificado. Muitas instituições de atendimento possuem um modelo formado, em outras palavras, o modelo habitual de família, composto por pai, mãe e filhos, como já foi explicado por Szymanski.

O trabalho torna-se dificultoso interna e externamente, porque muitos profissionais ainda carregam pré-noções e pré-conceitos relativos aos modelos atuais de famílias e, assim, comprometem seu trabalho. Isso causa a exclusão das famílias de programas sociais. Os próprios programas sociais possuem limitações relativas aos novos arranjos familiares. Este exemplo foi citado com o intuito de explicar por quê Berger & Luckmann acreditam ser necessário conhecer a realidade para entender.

Portanto a sociedade é um produto humano, é uma realidade objetiva e o homem um produto social. Então o mundo institucional, necessita ser explicado, justificado, ou melhor, legitimado, será neste mundo que o homem irá legitimar sua socialização e se projetar como cidadão (Berger & Luckmann, 1995). Diante dessa realidade, percebe-se que o mundo em que as mães adolescentes projetaram e que

as mesmas tiveram suas socializações primárias legitimadas foi, muitas vezes, baseado em valores morais duvidosos, onde a falta de sentimento de pertencimento ao grupo de origem nunca ficou claro, sempre tiveram negado o respeito, a afetividade e a responsabilidade.

Inicialmente o que me chamou atenção, e que, no meu entender, é o ponto fundamental para a compreensão do processo de construção da identidade das adolescentes, refere-se compreensão do vivido na estrutura familiar e da sua relação com as circunstâncias presentes, e, posteriormente pela experiência vivenciada diante do papel de mãe. Entendemos que a estrutura familiar é muito importante para o estabelecimento de vínculos afetivos e, posteriormente, o relacionamento entre mãe e filho, que se inicia com o nascimento da criança e que vai se fortalecendo à medida que o indivíduo se desenvolve. O processo de construção dessa identidade está diretamente relacionado com as formas como são estabelecidas essas relações, inicialmente com os pais em seu processo socializador primário. E gradativamente, com as outras pessoas, no processo socializador secundário, bem como, a partir da relação estabelecida entre as diversas circunstâncias presentes na relação indivíduo e sociedade.

Portanto, a partir de minhas indagações e das questões que nortearam a presente pesquisa, devo informar que foram todas confirmadas. O estudo apontou para a importância das categorias Socialização Primária e Socialização Secundária, como elementos direcionadores e reprodutores de valores morais a serem cultivados na família, desenvolvendo uma relação baseada no respeito mútuo, no estabelecimento de vínculos de afetividade. Consistem ainda, em estabelecer uma convivência digna e na valorização do outro como ser de direito. São compromissos que vão dar sustentabilidade e equilíbrio emocional na orientação e na educação das crianças. Essas considerações são reflexos das histórias de vida relatadas pelas adolescentes da pesquisa.

Quanto ao desejo de engravidar, ocorreu com apenas uma adolescente. Três negaram de todas as formas o desejo de engravidar, mesmo não se prevenindo. Outra relatou que engravidou porque o relacionamento ocorreu de forma momentânea e no imprevisto. Prevalece o pensamento comum entre as adolescentes do “acontece com as outras, mas comigo não vai acontecer”, fantasiando o momento, na tentativa de viver o presente.

Desse modo a gravidez aconteceu e, naturalmente, para as que desejaram, o momento foi de comemoração e felicidade juntamente com o parceiro. Para as que não desejaram, o momento da confirmação foi de desespero, angústia. Quanto a ficar com o filho, houve o pensamento de optar pelo aborto clandestino, ou até em adoção após o nascimento da criança, uma vez que a situação de ambos não permitia uma união neste momento. Apesar de algumas terem tentado morar junto com os parceiros, a relação não demorou mais que seis meses.

À medida que a gravidez evoluiu, as adolescentes aceitaram o fato de tornarem-se mães, mas não conseguiram levar a gravidez de forma “natural”, continuaram utilizando drogas, consumindo álcool, perdendo sono, alimentando-se de forma irregular. A maioria das adolescentes escondeu a gravidez da família por medo ou, por vergonha. A reação das famílias, de início, foi de rejeição, pois seria “mais uma boca para sustentar”, algumas mães falaram mal de suas filhas, as expulsaram de casa e usaram até de violência física. Novamente observei situações de violência. Não aceitavam o fato de suas filhas adolescentes tornarem-se “mães solteiras”. Após o período da notícia, o apoio das mães veio, mesmo que de forma parcial.

O significado de “ser mãe” foi expresso, por algumas adolescentes, como normal, bom e difícil. Outras negaram de todas as formas, o desejo de ser mãe, sendo expresso nas seguintes frases: “não sei bem”, “nunca desejei”, “é só na brincadeira”. Apesar de algumas mães adolescentes relatarem que a maternidade é algo bom, desvelam-se sentimentos de arrependimento, pela gravidez precoce, e de perdas de coisas que não foram feitas, como não terem aproveitado mais a adolescência, saído mais para as festa, curtido mais os garotos de sua idade e vivendo mais. Por esse motivo é que se destaca este sentimento de ambigüidade nos discursos das adolescentes.

Sobre o relacionamento mãe e filho, com o crescimento dos filhos os sentimentos de algumas adolescentes foram referidos como de felicidade, mas a percepção desse relacionamento nem sempre foi boa, pois algumas crianças não possuem vínculo afetivo com sua mãe biológica, transferindo este sentimento para as avós, tias ou outra pessoa da família que transmita segurança, ou afeto. Percebi, portanto, que a obediência e o respeito não são dirigidos às mães. Pude notar que algumas avós até incentivam os netos a criticar e a desrespeitar suas mães.

Sobre a construção dos sentimentos, o que se pode perceber nos depoimentos das adolescentes, é que as mesmas nunca tiveram presente em suas vidas, quando apareceram foi de forma insuficiente. Elas têm consciência que muitas vezes foram responsabilizadas pelas mães de seus fracassos, amorosos e profissionais, acarretando com isso sentimentos de frustrações, desesperos e raiva. Ficou perceptível que muitas adolescentes estão em situação de vulnerabilidade sócio afetiva, pois muitas vezes foram “empurradas” pela própria situação de miséria de suas famílias, tendo como única alternativa a prostituição, o álcool e as drogas.

Sobre o desenvolvimento dos sentimentos em relação ao outro, não foi percebido de forma precisa. Houve, sim, relatos de experiências frustrantes e violentas, e pouco ou quase nenhum sentimento de maternagem aparece na relação entre mães e filhos. Duas adolescentes informaram que se afastaram de seus filhos porque não conseguiram desenvolver sentimento materno, não sabiam como despertar tal sentimento. Torna-se, então, evidente que o amor incondicional para essas mães adolescentes é um mito. Porque foram capazes de gerar um ser e mesmo assim não amá-lo como exige a sociedade, mas não se pode condená-las diante de suas histórias de vida, não querendo aqui justificar tal ato. Mas, desmistificando que a maternidade não é algo inerente à condição feminina, ela apenas compõe o imaginário social.

Contudo não foi possível detectar tais orientações no cotidiano das adolescentes de minha pesquisa. À medida que submetem seus filhos a uma dinâmica de mendicância, vivência de rua, violências físicas e psicológicas, transmitem a eles noções de subserviência, humilhações e privações. Repassam a eles que devem sempre baixar a cabeça diante das frustrações que a vida os submete. Acredita-se que não se pode considerar esta família como um lugar de proteção, uma vez que elas próprias submetem seus filhos a todas as formas de violência e violações de direitos.

Compreende-se que para essas adolescentes pelas circunstâncias próprias vividas e pelas narrativas de suas histórias de vida, ao longo de seu processo formador, culminando com a fase da adolescência e o tornar-se mãe precoce, suas identidades não mudaram, tornaram-se mães sem compreender o significado da maternidade. Algumas adolescentes não conseguiram estabelecer vínculos afetivos

com seus filhos, as que conseguiram, percebeu-se vínculos frágeis, sem compromisso de respeito ou disciplina.

Destaca-se algumas informações coletadas no período da pesquisa, que se considera importantes e que por isso merece destaque. Por conta das condições financeiras das famílias, muitas mães trabalhavam fora, o que fez que o relacionamento tornou-se comprometido, frágil e, às vezes, agressivo. No tocante às mães que não trabalhavam, percebeu-se, também, um relacionamento esfacelado, relações superficiais, onde o respeito mútuo pouco se fez presente. Quanto ao relacionamento mãe e filha, o que se constatou foi uma situação de omissão ou de desinformação quando, após a primeira menstruação, não houve explicações sobre o significado e as mudanças que ocorreriam com o corpo, a sexualidade e o uso adequado dos métodos contraceptivos para a prevenção da gravidez e de doenças sexualmente transmissíveis.

Essa omissão ou desinformação acarretou dificuldades para o diálogo sobre os assuntos já citados, reforçando a cultura do tabu da discussão sobre sexo. Sendo que tais informações foram delegadas a outras pessoas como amigas, professoras, ou outras pessoas da família. O caso de maior dificuldade de relacionamento com as mães refere-se à situação de duas adolescentes, cujo relacionamento agressivo entre mãe e filhas as induziram às drogas e a um período de abandono do lar, significando uma ruptura temporária com a família. O adoecimento familiar foi marcante no relacionamento entre as adolescentes e a mães. Com figuras de mães autoritárias, omissas ou agressivas e, por esse motivo, também, a ocorrência de violência doméstica.

No processo de adolescência percebeu-se a fragilidade dos vínculos afetivos no relacionamento de mães e filhas, pelo fato das adolescentes não terem sido orientadas sobre os acontecimentos da primeira menstruação, o que provocou susto e medo. Lembra que fatores psicológicos envolvidos diante das transformações acontecidas com o rompimento da fase infantil e a entrada no mundo adulto não recebeu a devida atenção. Ainda sobre este assunto desvelou-se que as transformações psicológicas ocorridas durante o processo, às relações e interesses das adolescentes, ampliaram-se e mudaram a ocorrendo a identificação com grupos da mesma idade e dos mesmos gostos, e, portanto, a necessidade de sair com amigos, divertir-se e até namorar.

Quanto ao relacionamento familiar, a pesquisa pôde detectar como se deu o processo de construção de vínculos afetivos dessas adolescentes e seus pais. Para aquelas que foram “criadas” somente pelas mães, a infância foi marcada pela fragilidade dos vínculos afetivos, com sentimento de abandono, ou, às vezes vivenciada pela violência tanto física como psicológica. Em face das mães trabalharem, muitas adolescentes foram encaminhadas para os cuidados das avós, ou durante o dia ficavam aos cuidados dos vizinhos, ou ainda ficavam em casa com a responsabilidade de cuidar da casa e dos outros irmãos menores. A figura do pai somente foi lembrada por duas adolescentes com sentimentos de mágoa e de tristeza, pelo abandono do lar ou pelo falecimento. Essa condição de vida fez com que as adolescentes tivessem uma lembrança da infância difícil e ruim. E as atividades próprias da infância como brincar não foram possíveis, em decorrência de condições adversas das famílias.

Novamente percebeu-se a relação conflituosa entre mães e filhas, quando ocorreu a proibição de sair com amigos para festas, dificultando de forma velada, o namoro e, conseqüentemente, a sexualidade. Mesmo assim, o namoro ocorreu às escondidas e precocemente, do namoro a seqüência do relacionamento sexual e, para algumas, a gravidez. As que não engravidaram nas primeiras relações sexuais logo passaram a praticar o sexo sem compromisso ou prevenção.

Quanto ao relacionamento com os parceiros, a união repentina deu-se somente para três adolescentes. por ser difícil manter um relacionamento em função da impossibilidade de assumirem famílias muito jovens, o relacionamento logo foi rompido. Uma adolescente relatou que além das privações que passou, ainda foi vítima de violência por parte de seu companheiro, pessoa violenta devido ao consumo de drogas e das práticas de assaltos. Outra adolescente relatou que por ser assaltante perigoso, seu parceiro foi preso quando ela estava grávida do terceiro filho. E uma terceira adolescente informou que engravidou quando seu parceiro estava preso, por esse motivo foi indiferente à gravidez dela. Quando saiu da prisão, foi assassinado, não conheceu o filho. Ainda houve depoimento de uma adolescente que relatou que seu parceiro sumiu quando soube de sua gravidez, pois não acreditava ser o pai da criança, uma vez que ela fazia programas para sobreviver.

Quanto às dificuldades, a falta de dinheiro, o abandono e o retorno à escola, bem como a falta de emprego, foram pontos referidos por todas. Mas, não



descartaram que a falta do parceiro, ou da figura masculina como apoio nas horas necessárias, era o mais importante entre todas as necessidades. O dinheiro supriria as necessidades materiais básicas das crianças. O apoio fortaleceria as adolescentes das privações afetivas e do respeito social que haviam perdido por tornarem-se mães precocemente e, fatalmente prostitutas e usuárias de drogas.

O retorno à escola foi apontado como necessidade, mas também se apresenta como dificuldade, pois não teriam com quem deixar os filhos. Além disso, para poder solucionar a falta de dinheiro, tentar conseguir emprego seria o mais difícil, pois quem queria dar emprego a uma adolescente, com filho pequeno, com histórico de rua, drogas e prostituição. Forma-se, assim, um ciclo sem solução para seus problemas. Diante de tantas dificuldades, algumas adolescentes confessaram que gostariam que o tempo pudesse voltar, talvez não tivessem filhos nem envolvimento sério, e garantiriam a prevenção contra a gravidez. Quem sabe estariam na casa da mãe, estudando ou até trabalhando. Isso demonstra a tentativa de fuga do momento atual.

Outro sentimento que merece destaque são as mudanças internas que se pode perceber no decorrer das entrevistas. O modo de pensar, o modo de ser, não mudaram, continua a falsa idéia de liberdade e, por este motivo, devem sair como antes. Continuam fazendo coisas que socialmente são abominadas, agem como se não possuíssem filhos, não pensam em adquirir dinheiro de forma legal para a manutenção das crianças. Observou-se que no decorrer de suas histórias de vida e pelas experiências vivenciadas, suas identidades permaneceram: continuam com pensamentos infantis, e não compreendem o significado da maternidade e muito menos da maternagem.

Ao finalizar esta pesquisa algumas reflexões tornam-se necessárias, pois a partir dos conceitos e das categorias que nos propomos a analisar, autores como Berger & Luckmann (1995), Heller (1970), Badinter (1985), apresentam-se como grandes interlocutores.

Heller (1970) ao descrever o conceito de cotidiano como a unidade de medida da sucessão de acontecimentos vividos pelo homem em seu dia a dia na diversidade do tempo, espaço e sujeito envolvido nessa dinâmica. Exerce na vida de qualquer ser humano a qualidade de dar forma, direção e rumo para essa vivência diária. Ajuda a compreender que na vida cotidiana, sempre se vive em condições de estar

em relações inseparáveis entre o nosso eu e tudo que nos envolve. Além disso, essa relação é sempre única, individual e presente em um dado momento histórico e social, e ao mesmo tempo em que remete às idéias de tempo, refletida pela sociedade. Assim, entende-se que todo processo vivenciado por essas adolescentes é resultante de seu contínuo viver; elas e todas as circunstâncias presentes. Reflete também as idéias atuais de seus núcleos familiares.

Sobre a identidade, Berger e Luckmann (1995) assinalam que é evidentemente um elemento-chave da realidade subjetiva, acha-se em relação dialética com a sociedade, é formada por processos sociais, que uma vez cristalizados, são mantidos, modificados ou mesmo remodelados pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e na conservação da identidade são determinados pela estrutura social. A orientação e o comportamento na vida cotidiana dependem destas tipificações. Isto quer dizer que, significa que os tipos de identidades podem ser observados na vida cotidiana. A identidade é um fenômeno que deriva da dialética entre um indivíduo e a sociedade. Os tipos de identidades, por outro lado, são produtos sociais, elementos relativamente estáveis da realidade social objetiva.

Esta dialética é dada na condição humana e manifesta-se renovada em cada indivíduo humano. O homem biologicamente predestinado a construir e habitar um mundo com os outros, na dialética entre natureza e o mundo socialmente construído, o organismo humano se transforma. Nesta mesma dialética o homem produz a realidade e com isso produz a si mesmo. É importante notar que para o processo de formação da identidade do indivíduo na sociedade, assinala-se que esta relação se faz em um processo de moldagem recíproca que, cada indivíduo tem uma identidade própria, mas carrega também as marcas e o pensamento do meio que o cerca, onde se desenvolve como ser humano e da sociedade. Ao levarem consigo as crianças para o mundo que elas assimilaram como o mundo ideal para ambos, o cotidiano de incertezas e privações acaba comprometendo o futuro de seus filhos, transmitem a seus filhos o mesmo mundo que assimilaram no convívio com seus pais. É gerado ciclo vicioso e, conseqüentemente, essas crianças passarão a gerações futuras.

Quando pedi que descrevessem o sentimento que nutriam em relação a seus filhos, responderam que até gostam dos mesmos, mas que é difícil assumirem a educação dessas crianças, pois não sabem como lidar com o sentimento descrito

como o amor, o cuidado com o outro foi descrito como difícil e às vezes, complicado. Lembram suas mães quando as alertavam para não engravidarem, porque filho é para sempre e exige da mãe disponibilidade, algo que elas não têm como oferecer. Criticam as mães porque não tinham tempo para os filhos, mas agem da mesma forma. Não se doam ou não querem se permitir uma relação de amor e confiança com os outros, no caso seus filhos. Sempre utilizam suas histórias para negarem toda e qualquer forma de compromisso onde a responsabilidade seja o ponto de partida.

Com relação a vivência da maternidade precoce o que se observou foi que as adolescentes não possuem conhecimento sobre o significado da palavra e tão pouco a responsabilidades que o momento exige. Considerada como uma função social de toda mulher, a maternidade aparece como sinônimo de procriação para estas adolescentes à medida em que não despertam nem um sentimento de afetividade em relação aos filhos. Socialmente elas são rejeitadas porque se tornam mulheres que não foram capazes de maternar seus filhos, não despertaram quaisquer, sentimentos positivos na sociedade ou na família.

O estabelecimento de uma relação afetiva em família, em especial entre mãe e filhos, não é ser permissivo, sempre dizer sim, porém desenvolver suas potencialidades, trabalhando sua auto-estima e desenvolvendo tudo que tem de melhor em si. É o ato de amar que valoriza o outro construindo uma convivência que cultive laços de solidariedade e o respeito mútuo. Uma relação estabelecida na afetividade, imprimindo marcas que vão acompanhar a pessoa por toda a vida, contribui para a definição do seu modo de ser e de agir com os outros. Manter posição firme na orientação e na educação dos filhos requer regras e normas bem definidas, estabelecidas entre os membros da família, que todos conheçam os limites e as responsabilidades. Quando se defende uma relação pautada em regras e normas, em nenhum momento se está pregando a prática de violência, quando adultos arrogantes e impositivos adotamos práticas violentas para impor respeito e obediência.

O exercício da afetividade torna-se necessário em um ambiente familiar, pois propicia o desenvolvimento psicossocial tanto da criança como da mãe, os quais necessitam desse referencial, pois será com base nele que irão construir suas identidades e orientar suas vidas quando adultos. É na família que se deveria

aprender valores básicos como respeito, amor, honestidade, dignidade, enfim, parâmetros dos alicerces da convivência em sociedade. Se tais valores não são encontrados na família, o adulto responsável pela socialização das crianças cria uma lacuna na vida do indivíduo, espaço que pode ser preenchido por pessoas que nem sempre agregam valores positivos na vida do mesmo.

Ao finalizar este estudo, informo que essas famílias que por seis meses tive a oportunidade de pesquisar enquadraram-se perfeitamente nas estatísticas de famílias vulneráveis, com perfil de qualquer programa social. Mas acredito que um trabalho que valorize o fator sócio afetivo garantirá uma mudança de percepção dessas mães adolescentes, incentivando-as na tentativa de se perceber como ser humano merecedor de afeto e respeito, que poderá garantir um futuro próspero a elas e a seus filhos. No processo de pesquisa foi possível perceber que suas maiores necessidades não são materiais e sim afetivas, uma vez que seu cotidiano nada mais representa que trajetória de vivências marcadas por violência, frustrações e violações.

Para a prática profissional que sempre mostrou que os adolescentes são acompanhados pelas perspectivas familiares e, assim, conseguem construir de forma segura seus projetos de vida, essa é uma possibilidade que nem sempre se concretiza. A presente pesquisa mostrou que essa realidade só pode ser efetivada se forem trabalhadas as condições objetivas e subjetivas para que essas famílias de mães adolescentes exerçam suas responsabilidades de forma plena, se lhe forem garantidas as condições reais para o exercício de suas potencialidades em um contexto favorável para tal. Essas perspectivas concretizam-se à medida em que as políticas públicas possam dar respostas às demandas dessas famílias, que anseiam por qualidade de vida, a partir de investimentos em educação, saúde e assistência.

Também se percebe a necessidade de um trabalho mais próximo às crianças que crescem e se desenvolvem em um ambiente onde as possibilidades de cidadania são mínimas, encontram-se longe de mudanças reais, e de modo deficiente são transmitidas de geração a geração. Essas crianças necessitam de alguém que se dedique a elas com respeito e compromisso de cuidado. Um trabalho voltado para a motivação sócio afetiva dessas mães adolescentes e de suas crianças poderá criar um meio de não vê-los envolvidos em um mundo sem futuro, de marginalidade, de preconceitos e de intolerância. Deve-se incentivá-las a

acreditar que é possível, e motivá-las na busca da superação desses problemas e dar condições de mudar essa realidade. Um trabalho sério, comprometido poderá mostrar resultados positivo.

Ao Estado, como formulador e gerenciador de políticas públicas, se faz necessário o compromisso de atuar no fortalecimento da rede socioassistencial e educacional com o intuito de desenvolver programas e projetos voltados não só para os adolescentes em situação de vulnerabilidade, mas, principalmente, para suas famílias, que hoje sentem a ausência ou a insuficiência de políticas públicas de proteção e promoção familiar. Essa ausência tem criado lacunas e deixado muitas famílias sem acesso a programas dos quais são público alvo, dando margem para que seus membros busquem os caminhos da ilegalidade, da prostituição, da violência e da exploração para a sobrevivência. Também se faz primordial, criar espaço não só de atendimento, porém de acompanhamento familiar, ressaltando sempre importância dos aspectos sócio-afetivos para a elevação do indivíduo a condição de pessoa humana considerando principalmente seus aspectos subjetivos no sentido da identificação e construção subjetiva de todo o contexto em que está envolvido. Sabe-se muito bem que o contexto de desigualdade social que estão inseridas muitas famílias em nosso país e, principalmente, em nosso Estado, é um agravante para o enfraquecimento das relações familiares, muitas vezes impedindo o desenvolvimento do sentimento de pertencimento e solidariedade, dificultando, muitas vezes, a convivência familiar.

Outra possibilidade seria investir em escolas públicas e na formação de professores, para que eles não fiquem somente nas salas de aulas, mas aproximem-se das famílias do entorno das escolas, desenvolvendo trabalhos com a comunidade e tendo as famílias como parceiras. Construir creches para crianças cujas mães necessitem trabalhar e passar boa parte do dia fora do ambiente doméstico, para que essas crianças não busquem a rua como espaço de sociabilidade. Criar políticas de habitação e saneamento, voltadas para essas famílias que necessitam de moradias dignas, ambientes saudáveis para o desenvolvimento de seus filhos. Todas essas possibilidades são na verdade, tentativas de superado de problemas que essas famílias demandam, mas para que seja viável se faz necessário um comprometimento, primeiramente do Estado como gestor dos recursos, e de nossa parte enquanto educador social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABECHE, A, M. **A gestante adolescente e seus parceiros: características do relacionamento do casal e a aceitação da gravidez.** Porto Alegre; UFRGS, 2002.

ABRAMOVAY, Miriam, CASTRO, Mary Garcia de, e SILVA, Lorena Bernadete. **Juventude e Sexualidade.** Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência e direitos humanos no Brasil.** In. Revista Praia Vermelha; Estudos de Políticas Públicas e teoria social/ UFRJ. Programa de Pós- graduação em Serviço Social

AMÂNCIO, Olga Maria Silvério; VITALLE, Maria Sylvia de Souza; **Gravidez na adolescência; um outro enfoque.** CECAE-USP. 1992.

ALVARES, Maria Luíza Miranda & D'INCAO (orgs.). Maria Ângela. **A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia.** Belém: GEPEM, 1995.

ARIÉS, Philippe. **A História Social da Criança e da Família.** Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1981.

BADINTER, E. (1985, 5 edição). **Um amor conquistado: o mito do amor materno,** (W, Dutra, Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Trabalho original publicado em 1980).

BERQUÓ, E; C. SUZANA. **Sobre o rejuvenescimento da fecundidade no Brasil.** 2003. Mimeo.

BERGER, Peter L. &LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade: Trato de Sociologia do Conhecimento.** 14ª edição. Petrópolis: vozes, 1995.

BRASIL, **Política Nacional de Assistência Social- PNAS,** Resolução, n 145, de 15 de outubro de 2004(DOU 28/10/20004).

BRUSHINI, Cristina & BARROSO, Carmem. **Teoria Crítica da Família. In. Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento.** AZEVEDO, Maria Amélia & GUERRA, Viviane N, de A (orgs.). 3 edição. São Paulo: Cortez, 2000

BRUSHINI, Cristina & BARROSO, Carmem. **Educação sexual e prevenção da gravidez. In: Gravidez na adolescência.** Série Instrumentos para a ação, 6ª edição. Brasília. IPLAM/IPEA/UNICEF/FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, dezembro, 1986.

CARJAVAL, Guilherme. **Tornar-se adolescente: a aventura de uma metamorfose. Uma visão psicanalítica da adolescência.** 2ª edição. São Paulo. Cortez, 2001.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). **A Família Contemporânea em Debate.** São Paulo: Cortez, 2000.

CORRÊA, Mariza. **Repensando a família brasileira. Cadernos de Pesquisa**, (37): 5-16, maio de 1981. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.

----- **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente, 2002.

ECOS. **Comunicação em sexualidade. Dossiê Adolescente, Saúde Sexual e Reprodutiva**. São Paulo, 2003.

FERREIRA, Maria Cristina, SOUZA. Daniela Borges de. **Auto-Estima Pessoal e Coletiva em Mães e Não - Mães**.

FROMM, Erich. **A Arte de Amar**. Belo Horizonte. Itatiaia. 1966.

GUERRA, Maria Amélia, Viviane Nogueira de Azevedo (org.). **Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder: violência física e sexual contra criança e adolescentes**. São Paulo: Iglu, 1986, p. 49- 95.

GILDENS, Anthony. **A Transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: editora da UNESP, 1993.

GLENYR, Terezinha Duro Guimarães (org.). **Aspecto da teoria do cotidiano: Agnes Helles em perspectiva**. Edipurcrs.

HABERMAS, Jurgen. **Mudanças Estruturais da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1984.

HORKHEIMER, MAX. **Teoria Crítica**. São Paulo: Perspectiva: Editora da USP, 1990.

IBGE. (2002). **Censo Demográfico 2000, Questionário da Amostra**. Belém, IBGE.

IBGE. (2006). **Censo Demográfico 2006, Questionário da Amostra**. Belém, IBGE.

KOLOUSTIAN, Silvio Manoug. **Família Brasileira: a base de tudo**. 4 editoras São Paulo: Cortez, 2002.

KEHL, M. Rita. **A Juventude Como Sintoma da Cultura**. In. NOVAES, Regina & VANNUCHI, Paulo (Orgs.). **Juventude e sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. SP. Brasiliense, 1988.

MACIEL, Carlos Alberto Batista. **A Família na Amazônia: desafios para a Assistência Social**. In. **Revista Serviço Social & Sociedade**. Ano XX III, n 71, São Paulo: Cortez, 2002.

MALDONADO, Maria Tereza. **Comunicação entre pais e filhos: a do sentir**. 24ª edição. São Paulo. Saraiva, 1999.

-----**Psicologia da gravidez parto e puerpério.** 7ª edição.  
Petrópolis: Vozes, 1985.

MALINOWSKI, B, In. LIMA, C. M. G. de; DUPAS, G; OLIVEIRA, I. de ; KAKEHASHI, S. **Pesquisa Etnográfica: Iniciando sua Compreensão.** *Revista Latino Americano de Enfermagem*, Ribeirão Preto, V 4, n1, p. 21-30, Janeiro de 1996.

MARGULIS, M. **La Juventud es más que una palabra.** Buenos Aires. BÍblos, 1996.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. **A abordagem etnográfica na investigação científica.** *Revista Espaço*, n. 16, 2001. Disponível em: <  
[http://WWW.ines.org.br/página/revista/bordag%20\\_etnogr\\_para%20\\_monica.htm](http://WWW.ines.org.br/página/revista/bordag%20_etnogr_para%20_monica.htm)> Acesso em 10 de janeiro 2009.

MINAYO, M. C.S: ASSIS, S.G; SOUZA, E. R. **Fala galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro.** Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Fundação Ford, Fundação Osvaldo Cruz e Garamond, 1999.

MINAYO, Maria Célia de Souza. **O Conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica.** In. GUARESCHI, Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). *Textos em representação sociais.* Petrópolis: Vozes, 1994. pt 1. P. 89- 111

MIOTO, Regina C. T. A. **A maternidade na adolescência e a (des) proteção social.** In. *Revista Serviço Social & Sociedade*, n 83. Ano XXVI, especial 2005, p. 128 – 146.

MUSSEN, PH, CONGER, J.J, KARGAN, J.E, J HUSTON, AC. **Juventude uma aproximación conceptual.** In. Burak, S.D. (org.). **Adolescência y Juventud em América Latina, Cartago; Libro Universitario Regional, 2001.**

NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso. **Por Onde Andam Nossas Idéias Sobre Família.** In. *Conferência Amazônica de Assistência Social.* Belém/Pará. 2005.

ONU (2002). *Relatório Mundial Sobre População.*

-----Reportagem (2006) **O Diário do Pará.**

-----Relatório (2008) da **Polícia Rodoviária Federal.**

-----Reportagem (2008) **O Liberal.**

ROMERO. M I, MADDALENO. M, SILBER. TJ, MUNIST. **Salud reproductiva.** In. Silber TJ, Munist MM, Maddaleno M, Ojeda SEM, organizadores. **Manual de medicina de La adolescência.** Washigton: OPAS; 1991. P. 473- 82.

SANTOS, Lucinete S. **Adoção: da maternidade à maternagem - uma crítica ao mito do amor materno.** In. *Revista Serviço Social & Sociedade.* n 57. São Paulo, 1998.



SANTOS, Nilzaléia da Silva. **A Ausência de Afetividade e Autoridade na Família em Contexto de Infração: um estudo sobre a FUNCAP**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Junho de 2007. Belém/ Pará.

SILVA, Sandra Mônica. **Violência Social e Relações de Poder: crianças e adolescentes nos entreatos da violência doméstica**. Tese de Doutorado da Universidade Federal do Pará. Belém 2005.

SPRADLEY, J. R. **Participant Observation**. NEW YORK: WOLT, Rinehart and Winston, 1980.p .195. Tradução: José Amador 1990, São Paulo, Paz e Terra.

SZYMANSKI, Heloisa. **Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudanças**. In. **Revista Serviço Social & Sociedade**. n 71. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

-----**Teorias e “teorias” sobre família**. In. CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

WIELEWICKI, Maria Helena Gomes. **A pesquisa etnográfica como construção discursiva**. Acta Scientiarum, n 23, v .1,p.27-32, 2001.

VIDAL, Josep Pont. **A Realidade Social é Externa ao Indivíduo? Uma aproximação à pesquisa qualitativa**. Paper do NAEA, n 23. Belém-Pará-Brasil: Novembro de 2006.

VIDAL, Josep Pont & ABREU, Maurílio de. **Família, Trabalho e Participação nos Municípios Minero-metalúrgicos de Barcarena, Parauabebas e Oriximiná. Síntese do relatório de pesquisa**. (mimeo), Belém 2006.

VITALLE, Maria Amália Faller. **Famílias Monoparentais Indagações**. In. **Revista Serviço Social & Sociedade**. n 71. São Paulo: 2002.

VITALLE, Maria Amália Faller. **Socialização e Família: uma análise Intergeracional**. In. **A Família Contemporânea em Debate**. 3 edição. São Paulo